UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DE FRANCA

LUAN GABRIEL SILVEIRA VENTURINI

O milagre econômico brasileiro na perspectiva do Jornal Opinião (1972-1973)

FRANCA
2022

LUAN GABRIEL SILVEIRA VENTURINI

O milagre econômico brasileiro na perspectiva do Jornal Opinião (1972-1973)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca/SP, para a obtenção do título de Mestre em História (Área do conhecimento: Política: ações e representações).

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Biason

FRANCA
2022

V469m

Venturini, Luan Gabriel Silveira
O milagre econômico brasileiro na perspectiva do Jornal Opinião (1972-1973) / Luan Gabriel Silveira Venturini. -- Franca, 2022
110 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Biason

1. História Política. 2. História da ditadura militar brasileira (1964-1985). 3. Milagre econômico brasileiro (1968-1973). 4. Imprensa alternativa. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Franca

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: O milagre econômico brasileiro na perspectiva do Jornal Opinião (1972-1973)

AUTOR: LUAN GABRIEL SILVEIRA VENTURINI
ORIENTADORA: RITA DE CÁSSIA APARECIDA BIASON

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em História, área: História e Cultura pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. RITA DE CÁSSIA APARECIDA BIASON (Participaçao Virtual)
Universidade Estadual Paulista UNESP

Profa. Dra. CINTIA LIMA CRESCÊNCIO (Participaçao Virtual)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof. Dr. RAFAEL ATHAIDES (Participaçao Virtual)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Franca, 30 de novembro de 2022

Valter Nailton da Silva
Supervisor Técnico de Seção
Seção Téc. de Pós-Graduação Unesp Franca

Aos meus pais, Rosineide Silveira e Cláudio Venturini, obrigado por tudo e por tanto.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a quem me ensinou o valor e a importância da educação: meus pais, Rosineide e Cláudio. Trabalhadores que, com amor e determinação, me proporcionaram o estudo. Essa vitória é nossa! Eu amo vocês.

Agradeço a minha companheira Daisy, que entrou na minha vida em meio a esse processo e sempre me apoiou e incentivou. Te amo!

Aos meus amigos, em especial Eduardo Dianna, José Cracco, Murilo Peruchi, Marcos Campoli, Higor Lisboa, Guilherme Montelo, Bruno Araújo e Augusto Montanari. Amigos/irmãos com quem eu sempre pude contar.

As minhas primas, Danubia Peres e Letícia Venturini, que contribuíram e também me apoiaram ao longo do processo.

As poucas, mas bonitas amizades feitas em Franca/SP: Luís Manhani, Júlia Freitas e Fernanda Salmazo.

A minha orientadora, Profa. Dra. Rita de Cássia Biason (Unesp/Franca), pela oportunidade, confiança e orientação do trabalho. Sou muito grato à senhora!

Aos professores: Dr. Marcos Sorrilha Pinheiro (Unesp/Franca) e Dra. Cintia Lima Crescêncio (UFABC), por comporem a banca de qualificação no ano de 2021.

Aos professores: Dr. Rafael Athaides (UFMS/CPTL) e Dra. Cintia Lima Crescêncio (UFABC), por aceitarem compor a banca examinadora.

Aos professores e professoras do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL), em especial aos professores Dr. Vitor Wagner Neto de Oliveira e Dr. Rafael Athaides (meus eternos tutores do PET-História); aos queridos professores e camaradas Dr. Leandro Hecko e Dr. Luiz Carlos Bento; as queridas professoras Dra. Mariana Esteves de Oliveira e Dra. Maria Celma Borges. Por fim, a querida professora Dra. Cintia Lima Crescêncio que acreditou em mim e me auxiliou em todo o processo seletivo do Programa de Pós-Graduação.

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em História e aos professores e professoras da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca/SP, pela formação e a experiência adquirida.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O meu muito obrigado a todos e todas!

VENTURINI, Luan Gabriel Silveira. **O milagre econômico brasileiro na perspectiva do Jornal Opinião (1972-1973)**. 2022. 110 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2022.

RESUMO

Este trabalho trata das relações entre economia, imprensa e política no Brasil no contexto da ditadura militar (1964-1985). O objeto desta pesquisa é o "milagre econômico" brasileiro (1968-1973). O Jornal *Opinião (RJ)* foi utilizado como fonte, no entanto, tal impresso também é um objeto da pesquisa, em virtude da sua importância como um agente histórico de determinado tempo e espaço. Por isso, a historicidade e as peculiaridades próprias do veículo de comunicação também fazem parte da nossa análise. O "milagre" foi um fenômeno econômico contemporâneo dos jornalistas e intelectuais que faziam parte do *Opinião (RJ)*, que, aliás, nasceu no ápice do "milagre brasileiro". Sendo assim, o objetivo da pesquisa é apresentar o passado histórico nacional que provém anteriormente ao fenômeno e, da mesma forma, ao Jornal *Opinião (RJ)*, além de discorrer sobre o "presente passado" do "milagre", onde o *Opinião (RJ)*, em algum momento, se insere e atua. Ao examinar as edições selecionadas entre os anos de 1972 e 1973, observamos o empenho dos jornalistas e intelectuais em entender o fenômeno e as suas consequências, e, essencialmente, em apresentar um discurso de oposição ao discurso oficial do governo militar – pautado no seu modelo de desenvolvimento econômico. Percebemos que os integrantes do jornal não foram apenas espectadores de todos esses acontecimentos e mudanças ao longo do tempo – até a criação do periódico –, mas também, enquanto estudiosos, agentes preocupados em compreender aquele processo que resultou no "milagre brasileiro".

Palavras-chave: Jornal *Opinião (RJ)*; "milagre econômico" brasileiro; economia; imprensa e política.

VENTURINI, Luan Gabriel Silveira. **El milagro económico brasileño en la perspectiva del Jornal Opinião (1972-1973).** 2022. 110 págs. Disertación (Maestría en Historia). Universidad Estadual Paulista (UNESP), Facultad de Ciencias Humanas y Sociales, Franca, 2022.

RESUMEN

Este trabajo trata de las relaciones entre economía, prensa y política en Brasil en el contexto de la dictadura militar (1964-1985). El objeto de esta investigación es el "milagro económico" brasileño (1968-1973). Se utilizó como fuente el Jornal Opinião (RJ), sin embargo, esta forma también es objeto de investigación, debido a su importancia como agente histórico de un determinado tiempo y espacio. Por lo tanto, la historicidad y peculiaridades del vehículo de comunicación también forman parte de nuestro análisis. El "milagro" fue un fenómeno económico contemporáneo de los periodistas e intelectuales que formaban parte de Opinião (RJ), que, dicho sea de paso, nació en el apogeo del "milagro brasileño". Por lo tanto, el objetivo de la investigación es presentar el pasado histórico nacional que antecede al fenómeno y, así mismo, al Jornal Opinião (RJ), además de discutir el "pasado presente" del "milagro", donde Opinião (RJ)), en algún momento, se inserta y actúa. Al examinar las ediciones seleccionadas entre 1972 y 1973, observamos el compromiso de periodistas e intelectuales por comprender el fenómeno y sus consecuencias y, fundamentalmente, por presentar un discurso opuesto al discurso oficial del gobierno militar – basado en su modelo de desarrollo económico. Nos dimos cuenta de que los miembros del periódico no eran solo espectadores de todos estos eventos y cambios en el tiempo – hasta la creación de la revista –, sino también, como estudiosos, agentes preocupados por comprender ese proceso que resultó en el "milagro brasileño".

Palabras-claves: Jornal *Opinião (RJ)*; "milagro económico" brasileño; economía; prensa y política.

Sumário

INTRODUÇÃO 10
CAPÍTULO I – O jornal alternativo Opinião (RJ): formação e resistência 15
1.1. História, Imprensa e Política 16
1.1.1. A pesquisa histórica por meio da fonte impressa 17
1.2. A censura na imprensa e a propaganda oficial como formas de legitimação do 19
1.3. A imprensa alternativa brasileira no pós-AI-5: o caso do jornal Opinião (RJ) 23
1.3.1. Os intelectuais brasileiros: do Cebrap ao jornal alternativo Opinião (RJ) 24
A formação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) 25
As atividades e as contribuições do centro: o debate acerca do desenvolvimento 27
1.4. A rede intelectual-jornalística formada em torno do jornal Opinião (RJ) 31
1.5. Opinião (RJ): um projeto de oposição à ditadura militar brasileira e ao 34
"Para entender as notícias, você precisa de opinião" 35
CAPÍTULO II – O "milagre econômico" nas páginas do Opinião (RJ): 1972-1973 39
2.1. Antecedentes do golpe de 1964: a crise do regime político democrático e a vitória 39
2.2. A instauração e a consolidação da ditadura militar brasileira (1964-1969) 47
2.2.1. Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG): 1964-1967 50
2.2.2. Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED): 1968-1970 54
2.3. O "milagre econômico" brasileiro e o governo Médici (1969-1973) 59
2.3.1. A política econômica do governo Médici (1970-1973) 61
Metas e Bases para a ação do governo 62
I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) 64
2.4. O "milagre" de produtividade: o modelo de desenvolvimento econômico 67
2.5. O papel do Ministro Delfim Netto para o sucesso econômico do regime militar 72
CAPÍTULO III – O "milagre" e as expectativas do jornal *Opinião (RJ)* 76
3.1. Os "anos de ouro" da ditadura militar brasileira: a construção e o consenso 76
3.1.1. Médici e os números do desenvolvimento econômico brasileiro 79
Favoráveis x contrários 81
3.2. Um horizonte de expectativas amparado na experiência da acumulação de 82
3.2.1. O fenômeno de "reconcentração" da renda no Brasil 82
3.2.2. As consequências diretas do "milagre" para o Brasil 85
O crescimento do consumo alinhado à inflação: "nasce a classe média" 87
A abertura para o exterior e o endividamento como forma de conservação do 91
3.3. O legado do "milagre econômico" para o período pós-ditadura militar 97
CONSIDERAÇÕES FINAIS – A "presença" da ditadura militar no tempo 99
BIBLIOGRAFIA 104

INTRODUÇÃO

A princípio, por meio do conhecimento de Rosanvallon (2010), nosso trabalho irá refletir acerca da democracia partindo de uma análise da sensação de sua ausência[1]. A reflexão abrange as relações da democracia com o tempo, isto é, o tempo da democracia é um movimento instável[2]. Isto posto, ela não é algo que foi inventado uma vez, ela é a reinvenção incessante do social e do político, além de não conservar os direitos e, com isso, poder tirá-los ou criar novos; e, de forma contínua, subverte o estabelecido[3], o que pode levar a momentos de crise.

Isso porque a democracia é a "forma fundamental da dominação burguesa"[4], sendo o Estado o meio de expressão dos interesses dessa classe economicamente dominante. Desse modo, o Estado se mostra neutro, mas quando as crises sociais e políticas aparecem, a burguesia se dispõe a abrir mão do regime democrático com o propósito de defender o seu domínio histórico, além de manter as possibilidades de progresso dos seus negócios.[5]

Outrossim, a democracia se identifica com o liberalismo e, na ótica liberal, quando a propriedade corre perigo, por conseguinte, a democracia também corre. Para evitar o perigo, a democracia liberal pode recorrer a certos meios que preservem a sua concepção democrática: a concepção liberal oligárquica, ou seja, pautada na conservação dos seus bens.[6]

Por isso que o golpe de Estado executado entre os dias 31 de março e 1 de abril de 1964 foi uma "ruptura de época" que marcou o início de um "novo tempo"[7] no Brasil. O pós-1964 significou, então, uma reestruturação – que vai do político ao jurídico, do social ao cultural, do educacional ao econômico – do Estado brasileiro em favor dos interesses de grupos e classes sociais específicas, que viam no regime

---

[1] ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. In: _____. *Por uma história do político.* São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010, p. 96.
[2] *Ibid.*, p. 86-88.
[3] LEFORT, Claude. *A invenção democrática:* os limites da dominação totalitária. 3 ed. Autêntica Editora, 2011, p. 7-11.
[4] TROTSKI *apud* QUEIROZ, Fábio José de. *1964:* o dezoito de brumário da burguesia brasileira. São Paulo: Sundermann, 2015, p. 38.
[5] QUEIROZ, Fábio José de. *1964:* o dezoito de brumário da burguesia brasileira. São Paulo: Sundermann, 2015, p. 40-41.
[6] *Ibid.*, p. 74.
[7] ARAUJO, Cicero. Política, história e a questão da atualidade do golpe de 1964. In: NAPOLITANO, Carlo José; LUVIZOTTO, Caroline Kraus; LOSNAK, Célio José; GOULART, Jefferson Oliveira (orgs.). *O Golpe de 1964 e a Ditadura Militar em Perspectiva.* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p. 19.

implantado e comandado pelos militares um caminho confiável para o sucesso dos seus planos.[8]

O episódio de 1964 foi um golpe contra a fase "populista-democrática"[9] e o seu esboço de política reformista – reproduzida pelo governo do presidente João Goulart –, sendo substituída por um regime político ditatorial-militar[10] que afastou as pautas reformistas e distributivistas, possibilitando a "consolidação da hegemonia burguesa e monopolista, orientada pela perspectiva do capital financeiro internacional."[11]. Porém, cada governo, com as suas particularidades, pôde colaborar com o avanço do capital no Brasil e, consequentemente, com o crescimento econômico nacional.

Apesar dos 21 anos de ditadura militar representarem, naquele momento, um "novo tempo" no país, não se pode afirmar que os governos militares que se sucederam durante todo esse período foram homogêneos[12]. O que uniu os militares no poder foi o anticomunismo e a rejeição à política de massas, além da "[...] obsessão pelo desenvolvimento industrial e superação do subdesenvolvimento de forma associada ao capital multinacional, criando um ambiente de 'segurança e desenvolvimento'."[13]

Em razão do nosso recorte temático, destacaremos os três primeiros governos militares – Castelo Branco (1964-1967); Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974) – e as suas principais características, especialmente na área econômica; visto que foram esses que lançaram as bases[14] de sustentação e ascensão do "milagre econômico" brasileiro (1968-1973). Assim sendo, analisaremos a evolução política do regime ditatorial e o processo de militarização do Estado que implicou na ascendência do Executivo sobre o Legislativo/Judiciário e, portanto, na centralização do processo decisório[15], o que concretizou o regime e os interesses provenientes de tal.

Em síntese, a nossa ideia é apresentar o passado histórico nacional que provém anteriormente ao fenômeno "milagre brasileiro" e, da mesma forma, ao Jornal *Opinião* (1972-1977), além de discorrer sobre o "presente passado" do "milagre", onde o

[8] *Ibid.*, p. 19.
[9] NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro. Apontamentos para uma revisão historiográfica. *Contemporânea*. Rio de Janeiro, v. 2, pp. 209-218, 2011, p. 210.
[10] SILVA, Luiz Fernando da. Crise do regime político no pré-1964, golpe civil-militar e consolidação do regime ditatorial. In: NAPOLITANO, Carlo José; LUVIZOTTO, Caroline Kraus; LOSNAK, Célio José; GOULART, Jefferson Oliveira (orgs.). *O Golpe de 1964 e a Ditadura Militar em Perspectiva.* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p. 64.
[11] SILVA, 2014, p. 86.
[12] NAPOLITANO, *Op. Cit.*, p. 210.
[13] NAPOLITANO, 2011, p. 210.
[14] Nesse caso, estamos ressaltando os Atos Institucionais e as Políticas Econômicas criadas e implantadas pelos primeiros governos do regime militar brasileiro.
[15] CODATO, Adriano Nervo. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. *História:* Questões & Debates, Curitiba, n. 40, p. 11-36, 2004, p. 15-20.

Opinião (RJ), em algum momento, se insere e atua. Dessa forma, queremos elucidar o tempo histórico em que o periódico e os seus participantes estão envolvidos, com o princípio e a consolidação da "modernização conservadora" brasileira.[16]

Esse esforço de contextualização é importante porque, segundo Fico (2017), nem tudo o que aconteceu naqueles anos decorre da situação de ter havido uma ditadura militar. Assim, o fenômeno "milagre brasileiro", referido à ditadura, deve ser mencionado como tendo sua origem em etapas anteriores.[17]

Essas etapas englobam o início da ideia de "modernização" que não decorre do regime militar, porque já vinha sendo idealizada há algumas décadas. Concordamos com essa proposição exposta por Fico (2017) ao refletirmos que o crescimento econômico daquele período não foi apenas uma decorrência das ações e políticas dos governos militares[18], mas sim algo previamente pensado e colocado em prática, cabendo aos presidentes militares a tarefa de concretizar a "modernização conservadora".

Sugerimos que o fenômeno "milagre econômico" é fruto de um projeto pautado na "modernização conservadora" e, por isso, os caminhos tomados e as políticas econômicas implantadas pelos três primeiros presidentes militares da ditadura, até o "milagre", estão relacionadas com esse projeto. Notadamente, foram as vias autoritárias e burocráticas do aparato político-administrativo do sistema, em torno de altos funcionários e órgãos de propaganda, censura e de repressão[19] que tornaram o "milagre econômico" possível e, consequentemente, legitimaram o regime militar.

Prosseguindo, enquanto a grande imprensa, quando não censurada, caminhava rumo a monopolização, beneficiada pelo capital nacional e internacional e fortalecida pelo regime, *Opinião (RJ)* – a partir de 1972 – criticava os preceitos antinacionais, antipopulares, antirreformistas e não democráticos e se opunha ao monopólio econômico[20]. Portanto, ao examinar as edições selecionadas entre os anos de 1972 e 1973, observamos o empenho dos jornalistas e intelectuais em entender o fenômeno e as suas consequências, e, essencialmente, em apresentar um discurso de oposição ao discurso oficial do governo militar – pautado no seu modelo de desenvolvimento econômico. Percebemos que os integrantes do jornal foram não só espectadores de todos esses acontecimentos e mudanças ao longo do tempo – até a criação do periódico

[16] SILVA, *Op. Cit.*, p. 85.
[17] FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017, p. 30.
[18] *Ibid.*, p. 30.
[19] SILVA, *Op. Cit.*, p. 80.
[20] BRITO, Roberta Kelly de Souza. *Imprensa Alternativa no Brasil:* o caso do jornal Opinião. In: Anais do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, Recife, 2012, p. 3.

–, mas também, enquanto estudiosos e intelectuais, agentes preocupados em compreender aquele processo que resultou no "milagre brasileiro".

Assim, entendemos que, além de observar as críticas, também é preciso analisar o campo das ideias concebido por esses indivíduos que buscavam entender o que causou aquele rápido crescimento econômico, o que estava acontecendo naquele momento e quais as consequências disso para o Brasil e os brasileiros. Em síntese, prenunciamos que os conceitos e as ideias desenvolvidas nos artigos desses jornalistas e intelectuais são produtos dos seus espaços de experiência que auxiliavam no entendimento do processo e também na percepção quanto ao futuro, ou melhor, tinham um horizonte de expectativas a partir das experiências vividas.[21]

Por essas razões é que o conhecimento desse fenômeno econômico por meio do jornal *Opinião (RJ)* torna-se relevante.

Além disto, objetivando um estudo qualitativo, por meio dos artigos escritos pelos integrantes do jornal, na delimitação temporal e do problema de pesquisa, constatamos que este tema também tem a sua importância social ao refletirmos sobre a atualidade da ditadura militar brasileira. O que queremos ressaltar é que a "ruptura de época"[22] ocorrida em 1964 e os rumos que o país seguiu, a partir do seu projeto, não saíram de cena com a volta da democracia.

Portanto, em 1985 não se viu uma nova ruptura, mas uma transição política, nesse caso, uma "transição transada"[23], visto que conciliações e acordos foram firmados, o que possibilitou a "consolidação da hegemonia burguesa e monopolista, orientada pela perspectiva do capital financeiro internacional"[24].

Os efeitos desses arranjos são sentidos até hoje nos presentes anos, como os interesses econômicos preservados entre setores empresariais, principalmente estrangeiros[25]. Em conclusão, esses efeitos do modelo de desenvolvimento econômico do regime faziam parte do horizonte de expectativas dos jornalistas e intelectuais do *Opinião (RJ)*.

---

[21] KOSELLECK, Reinhart. História dos Conceitos e História Social; "Espaço de experiência" e "horizonte de expectativa": duas categorias históricas. In:_____. *Futuro passado:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 305-327.
[22] ARAUJO, *Op. Cit.*, p. 19.
[23] SILVA, *Op. Cit.*, p. 86.
[24] SILVA, 2014, p. 86.
[25] *Ibid.*, p. 86.

Podemos notar, por meio dessa pesquisa, a relação do passado com o presente ou do presente com o passado[26], marcados pelos interesses do capital estrangeiro, dos empresários e da burguesia, pelo autoritarismo e pelo conservadorismo, advindos da ideia do "desenvolvimento" econômico.

Por fim, a nossa metodologia foi orientada pela própria disposição de arquivamento das fontes no acervo digital. Elas não se encontram arquivadas por um critério temático, portanto, as publicações foram analisadas conforme o seu fluxo semanal, de mês a mês, iniciando em novembro de 1972 e indo até abril de 1973, totalizando 11 números e 23 textos. O intuito da pesquisa foi buscar artigos acerca do "milagre brasileiro", observando como esse desenvolvimento econômico, na visão do *Opinião (RJ),* ocorria no país, bem como as críticas e questionamentos do jornal.

Os 23 textos, escritos pelos jornalistas e intelectuais do jornal, escolhidos para essa pesquisa, foram todos analisados; porém, para a escrita do trabalho final utilizamos 13 textos, visto que eles atenderam os objetivos da pesquisa.

[26] Torna-se necessário refletir acerca do tempo histórico, visto que, segundo Guimarães (2005), o historiador constrói uma história sobre o passado a cada presente. Nesse sentido, o historiador e a sua produção histórica têm local e tempo, ou seja, ambos estão em relação com o presente.

CAPÍTULO I – O jornal alternativo Opinião (RJ): formação e resistência

A história brasileira é marcada por momentos de repressão dos governantes sobre os governados. Além disso, a tradição nacional também é afetada por outros tipos de comportamentos, como o autoritarismo e o conservadorismo. Tais práticas estão em convergência com a política. Essas ações, carregadas de valores, contribuíram para formar o que seria a cultura política brasileira.[27]

O conceito de cultura política colabora com o entendimento acerca de tais comportamentos e as relações estruturais ao longo da história. Sendo assim, veremos no decorrer desse capítulo o envolvimento direto das Forças Armadas com essas práticas da tradição brasileira e como isso transformou o contexto político nacional durante a ditadura militar, visto que, por deter o monopólio da coerção político-ideológica, o regime militar converteu o Estado brasileiro em um Estado autoritário e repressivo.[28]

Durante os 21 anos de ditadura militar, houve a concentração da repressão política em dois momentos: em 1964 (pós-golpe) e, depois, nos anos de 1969 a 1973 (pós-AI-5), sendo efetiva em todos os setores da vida nacional, incluindo militares, políticos, civis, imprensa e aparelhos do próprio Estado. No entanto, foi ainda mais incisiva no segundo momento (1969-73)[29], além de também focar na perseguição de setores da elite social, intelectual e cultural do país.[30]

Ademais, o país vivia, no começo da década de 1970, o auge do fenômeno econômico conhecido como "milagre brasileiro". Durante o governo Médici (1969-74), a economia brasileira prosperou, o movimento sindical foi enfraquecido e tornou-se submisso, já que a tecnocracia governante era eficiente e poderosa. O Brasil, por meio da aliança formada entre os generais, o capital nacional e internacional privado e os tecnocratas, transformou-se em um polo atrativo para os investimentos estrangeiros[31]. Desse modo, a produtividade total do país cresceu e virou o principal determinante do crescimento econômico naqueles anos.

---

[27] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar. 2018, p. 120-124.
[28] D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo:* a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 10-14.
[29] Nessa fase, houve o aprimoramento dos métodos, a institucionalização e a organização do sistema repressivo (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 29).
[30] D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, *Op. Cit.*, p. 29.
[31] DROSDOFF, Daniel. *Linha dura no Brasil:* o governo Médici (1969-1974). São Paulo: Global, 1986, p. 13-14.

Tendo ao fundo tal contexto político e econômico, é que podemos observar a formação da rede intelectual-jornalística em volta do projeto que resultou no jornal alternativo *Opinião (RJ)*.

1.1. História, Imprensa e Política

A compreensão do "milagre econômico" brasileiro a partir do jornal *Opinião (RJ)* não se limita ao subsistema econômico ou cultural, pois só se tornam compreensíveis quando relacionados a um quadro interpretativo mais amplo: o político. Por isso que, segundo Rosanvallon (2010), é preciso averiguar os fatos históricos em um nível "globalizante".[32]

Sendo o político um campo sem "fronteiras", tem relação direta tanto com o Estado e suas instituições quanto com a sociedade e seus setores, e, portanto, não há – praticamente – atividade ou setor que não tenha uma relação com o político. O campo da História Política reflete em todas as direções[33]. Nesse sentido, a História Política nos dá suporte tanto para a investigação do fenômeno econômico quanto do meio de comunicação.[34]

Em síntese, o fenômeno econômico é ressignificado dentro do contexto/sociedade em que ocorre, bem como a fonte da pesquisa recebe uma nova possibilidade de interpretação. Com essa perspectiva, mudamos o foco analítico para outros personagens do tempo histórico que servem como objeto para o estudo e para a formulação de hipóteses, revelando-se também como participantes envolvidos no período. Assim, notamos a importância histórica do jornal *Opinião (RJ)*, ou seja, naquele tempo e espaço houve a união de uma rede intelectual-jornalística por um projeto de oposição ao modelo de desenvolvimento econômico da ditadura militar brasileira.[35]

A ideia desse tópico é apresentar, brevemente, a contribuição teórica da História Política para a nossa pesquisa que utiliza a imprensa como fonte histórica. Sendo assim, trata-se da relação da História Política com a Imprensa.

---

[32] ROSANVALLON, *Op. Cit.*, p. 70-71.
[33] RÉMOND, René. Do político. In:_____. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 443-444.
[34] RÉMOND, René. Uma História Presente. In:_____. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 36.
[35] RÉMOND, *Op. Cit.*, p. 445-447.

1.1.1. A pesquisa histórica por meio da fonte impressa

Nesse momento, será apresentado a fonte impressa e a sua contribuição com a pesquisa para a obtenção do conhecimento histórico. Desse modo, não podemos deixar de ressaltar o aporte das pesquisadoras Tânia Regina de Lucca, Maria Helena Capelato, Maria Ligia Prado, Maria Aparecida de Aquino, Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto. Essas referências colaboraram para a formulação da nossa metodologia de análise da fonte impressa.

Porém, o número de trabalhos que utilizam jornais e revistas como fonte para o conhecimento da História no Brasil era pequeno até a década de 1970. Reconhecia-se a importância dos impressos e escrevia-se a História da Imprensa, mas havia a negação quanto a escrita da História por meio da imprensa.[36]

Os historiadores brasileiros divergiam quanto ao uso dos periódicos como documento histórico. Alguns os enxergavam como fontes suspeitas e sem validade; e outros viam o jornal como repositório da verdade.[37]

Dito isso, na segunda metade do século XX, essas concepções começaram a ser criticadas, entrando em decadência junto com a noção de documento como espelho da realidade, da verdade e da objetividade. Percebeu-se, então, que a fonte impressa ampliava os horizontes para novas reflexões e problemáticas acerca das sociedades do passado[38]. Segundo Capelato,

> [...] A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os "ilustres", mas também os sujeitos anônimos. O Jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas [...][39]

[36] LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas.* São Paulo: Contexto, 2005, p. 111.
[37] CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil.* São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 20.
[38] LEITE, Carlos Henrique Ferreira. *História e imprensa:* a importância e a contribuição dos jornais no conhecimento histórico. XIV Encontro Regional de História: Universidade Estadual do Paraná/Campo Mourão-PR, 2014, p. 823-824.
[39] CAPELATO, 1988, p. 21.

A fonte impressa, assim como qualquer outro documento histórico, são monumentos, o que os remetem ao campo da subjetividade e da intencionalidade com o qual o historiador deve lidar[40]. Portanto,

> [...] Os documentos deixaram de ser considerados apenas o alicerce da construção histórica, sendo eles mesmos entendidos como parte dessa construção em todos seus momentos e articulações. Passou a existir a preocupação em localizar o lugar de onde falam os autores dos documentos, seus interesses, estratégias, intenções e técnicas [...][41]

Os veículos de imprensa de um determinado tempo e espaço necessitam ser entendidos como linguagem constitutiva do social e do político, com uma historicidade e peculiaridades próprias. Por isso que todo historiador ou historiadora que pensa em utilizar a imprensa como fonte histórica, precisa, antes de tudo, historicizar essa imprensa, ou seja, transformá-la em uma fonte. Isso implica trazer para a conjuntura e problemática que estão em investigação as aplicações teóricas e metodológicas que as mesmas demandam, combinando a análise da publicação ao campo de lutas sociais no interior do qual se constitui e atua[42]. Luca (2016) complementa essa discussão ao ressaltar que

> [...] A imprensa não apenas tem história, com suas periodizações, personagens, temporalidades, características e possiblidades técnicas, como registra fatos e acontecimentos, aspecto que igualmente remete aos fios de uma longa tradição. A interconexão desses dois aspectos é que merece ser destacada, uma vez que o trabalho de análise do conteúdo não pode prescindir dos dados provenientes da publicação em si [...][43]

Após a leitura das referências e de uma avaliação do recorte, do objeto, da fonte e do tipo de abordagem, elaborou-se uma metodologia de pesquisa, visto que é impossível enquadrar o uso dos periódicos em uma única sistemática. Cada periódico

[40] CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007, p. 254.
[41] CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 255.
[42] *Ibid.*, p. 257-258.
[43] LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas, historiografia e escrita da história. *In*: LOHN, Reinaldo Lindolfo (Org.). *História nas bancas de revistas:* um país impresso. Entre representações sociais e culturas políticas. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016, p. 31-32.

detém as suas próprias características e isso demanda a forma da metodologia empregada[44], ou seja, o método de análise da fonte impressa não é homogêneo.

Em consideração a isso, a nossa metodologia tem como objetivo considerar as ideias e os conceitos políticos com base nos interesses e nas intenções dos sujeitos que integram o jornal *Opinião (RJ)*. Mais que isso, refletir a respeito das "linguagens políticas" em uso por eles e para aqueles aos quais os textos se dirigiam.[45]

Deste modo, a imprensa é uma fonte importante para os estudos políticos na medida em que este suporte documental se apresenta como um meio para analisar as visões e representações do nosso objeto: o "milagre econômico". Para mais, inferindo que tal fenômeno teve um peso político na organização social de um período histórico, o impresso é um ator específico e influente na conjuntura histórica, além de um espaço fundamental no qual interagem e se defrontam interesses diversos.[46]

Por fim, há riscos se os fragmentos forem isolados e não receberem as devidas considerações acerca do periódico em que foram publicados, do lugar e do espaço que ocupavam[47]. Assim, com essa contextualização, a reflexão histórica por meio do veículo de comunicação social se torna indispensável para a compreensão da vida contemporânea.[48]

1.2. A censura na imprensa e a propaganda oficial como formas de legitimação do regime militar brasileiro

Como observa Aquino (1999), no período de 1964 a 1985, os militares tiveram enorme interesse e preocupação com o chamado setor de informações. O regime procurou munir-se com amplo material de informações sobre a sociedade, a partir dos órgãos criados pelo aparato repressivo. Além disso, também deram atenção a outra face do setor de comunicação social: a informação veiculada aos cidadãos.[49]

---

[44] LAPUENTE, Rafael Saraiva. *O jornal impresso como fonte de pesquisa:* delineamentos metodológicos. 10º Encontro Nacional de História da Mídia. Porto Alegre: UFRGS, 2015, p. 2.

[45] POCOCK *apud* MARTINS, L. C. dos P. História dos conceitos e conceitos na história: a imprensa como fonte/objeto da história conceitual do político. *In*: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza (orgs.). *Capítulos de História Política:* fontes, objetos e abordagens. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 56.

[46] MARTINS, L. C. dos P. História dos conceitos e conceitos na história: a imprensa como fonte/objeto da história conceitual do político. *In*: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza (orgs.). *Capítulos de História Política:* fontes, objetos e abordagens. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 61.

[47] LUCA, *Op. Cit.*, p. 32.

[48] CRUZ; PEIXOTO, *Op. Cit.*, p. 254.

[49] AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978):* o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999, p. 15.

Dessa forma, foi dada absoluta importância a censura sobre os veículos de comunicação, para a construção de uma imagem do regime militar, que, nesse caso, ocultasse a existência dos instrumentos repressivos no cotidiano da população, além de ocultar as ações do governo, por exemplo, nos âmbitos econômico e político[50]. Esse controle sobre a imprensa tinha o objetivo de impedir críticas ao regime e tudo aquilo que pudesse ir contra os interesses dos militares. Logo, a ideia era impossibilitar que a informação e o conhecimento chegassem aos brasileiros.[51]

Por isso, "[...] o projeto repressivo baseado numa 'operação limpeza' violenta e longeva estava presente desde os primeiros momentos do golpe [...]"[52]. O AI-5[53] foi, então, o amadurecimento de um processo iniciado anteriormente e não uma decorrência dos episódios de 1968 – ano de muita agitação e movimentação nas ruas por parte de estudantes, operários e crescimento da Frente Ampla –, sendo o ato "apenas" o golpe mortal no assassinato da liberdade e cidadania brasileira.[54]

Foi a implantação da ditadura sem qualquer disfarce. A imprensa e as criações artísticas e culturais tiveram que se submeter ao controle do governo, sem poder esboçar qualquer crítica ao comportamento das autoridades.[55]

Os grandes veículos de comunicação[56] tiveram suas sedes invadidas e postas sob rígido controle militar, podendo, apenas, divulgar o AI-5, sem fazer críticas[57]. Vale ressaltar que essa medida de censura realizada pelos dispositivos militares contra a grande imprensa levou em consideração o alcance e a proporção de suas notícias, uma vez que esses jornais abrangiam diferentes localidades do país.

Todavia, tanto a grande imprensa quanto a alternativa[58] sofreram, cotidianamente, com a prática da censura política. Por isso, os grandes veículos

---

[50] *Ibid.*, p. 23.
[51] SAMWAYS, Daniel Trevisan. *Censura à imprensa e a busca de legitimidade no regime militar*. IX Encontro Estadual de História da ANPUH – Seção Rio Grande do Sul, 2008, p. 1.
[52] FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p. 29-60 – 2004, p. 34.
[53] O Ato Institucional nº 5, segundo Silva (2014, p. 79-80), iniciou uma nova etapa ditatorial, onde a já existente repressão política ganhou nova definição ainda no final do governo Costa e Silva. A partir desse momento, a censura é institucionalizada e burocratizada, as perseguições, torturas e mortes aumentam e o regime militar se consolida (NAPOLITANO; LUVIZOTTO; GONZALES, 2014, p. 256).
[54] FICO, *Op. Cit.*, p. 35-40.
[55] BARROS, Edgard Luiz de. *Os governos militares*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 42.
[56] A diferença entre uma imprensa de pequeno para grande porte está no tamanho do empreendimento e na divulgação que possui. A grande imprensa conta, portanto, com esquemas de distribuição nacional e, às vezes, com uma veiculação que abarca outros países (AQUINO, 1999, p. 37).
[57] MOTTA, Rodrigo P.S. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 63.
[58] "Alternativa" vem de *alter*, que sugere alterações, mudanças. Sendo assim, "imprensa alternativa" é a imprensa que não está ligada a política dominante. Foi, para as gerações dos anos 1960 e 1970, a única saída para a situação difícil que viviam e, além disso, o desejo de protagonizarem as transformações sociais que pregavam (KUCINSKI *apud* BARROS, 2003, p. 63).

optaram, em geral, pela aceitação da censura prévia[59] transmitida pelos censores do governo militar, incluindo-se no campo da autocensura[60]. Isso não quer dizer que não houve resistência por parte desses meios de comunicação; a resistência e a denúncia acerca da censura ocorreram por meio da "[...] substituição dos cortes por elementos que causassem estranhamento pelo insólito de sua presença [...]".[61]

Foram também diversos os veículos alternativos submetidos à censura prévia, o que leva ao *boom* alternativo da década de 1970. Esse "estouro" da imprensa alternativa revela a sua característica de não aceitação da censura. A todo momento surgiam novos periódicos que buscavam se desvencilhar de acordos comerciais e políticos com o poder estabelecido. Sendo assim, o interesse desses meios de comunicação era o de informar e procurar a verdade.[62]

Apesar do esforço em resistir, de ambas as imprensas, o AI-5 foi de certo modo um estado de sítio, ou melhor, a ausência de um pleno estado de direito no Brasil. Isso para manter a imagem de um "bom" governo e impedir que "influências negativas" chegassem à sociedade. Assim, discursos de oposição – considerados inimigos – não tinham espaço, apenas os discursos oficias poderiam ter voz.[63]

Foi-se montando um "[...] aparato controlador de grande eficiência, que iria espalhar censores por toda a parte, cortando e alterando tudo aquilo que não atendesse aos ideais militares e conservadores".[64]

A censura à imprensa foi um dos pilares da repressão de Estado praticada pela ditadura, visto que limitou o alcance e a circulação de opinião e de informações de interesse geral[65]. Logo, buscou-se legitimar o regime e, também, formar uma imagem de nação, uma imagem positiva que se alcançaria oprimindo o discurso inimigo[66]. O controle dos meios de comunicação foi essencial na ideia do "Brasil Grande" e na eliminação dos conflitos que abrigava.[67]

Para a construção dessa "grande" nação somou-se à censura os instrumentos de propaganda do Estado. Com a propaganda, o intuito do regime militar era criar a imagem de um país bom, seguro, de uma "potência" em ascensão que ninguém

---

[59] Dava-se por meio de ordens telefônicas ou bilhetes encaminhados às redações pelas instituições designadas, como o Ministério da Justiça, com o intermédio da Polícia Federal (AQUINO, 1999, p. 22).
[60] AQUINO, *Op. Cit.*, p. 23.
[61] AQUINO, 1999, p. 23.
[62] *Ibid.*, p. 121.
[63] SAMWAYS, *Op. Cit.*, p. 4.
[64] SAMWAYS, 2008, p. 4.
[65] NAPOLITANO, Marcos. *1964:* História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014, p. 130.
[66] SAMWAYS, *Op. Cit.*, p. 1-2.
[67] GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 215.

seguraria, que devia ser amado por suas qualidades e que era livre de atos autoritários, uma vez que agia, exclusivamente, para contribuir com a segurança nacional.[68]

Então, como sustenta Cartoce (2017), não foi por acaso e nem por necessidade técnica que, a partir de 1964, os militares promoveram a publicidade a um nível maior dentro de sua lista de prioridades para o Brasil. Os seus profissionais criaram uma estrutura publicitária voltada para o indivíduo, a fim de estimular as suas aspirações individualistas e tratando-o nas suas relações com a nação, ou seja, trouxeram à sociedade brasileira o sentimento de pertencimento, a obediência e o ganho pessoal com o cumprimento das ordens da nação.[69]

Nas palavras de Fico (1997),

> [...] aos propósitos de anunciação de um novo tempo patrocinado pelos militares. Tempo novo em que certos valores e certas conquistas materiais estavam para ser obtidos: a convivência pacífica e feliz do núcleo familiar, a fartura material dos que podem fazer um churrasco no quintal, dos que possuem a casa própria e, de lambujem, um cachorro e um riacho. [...] A afirmação das promessas políticas da propaganda do regime militar (promessas de um novo tempo, de fartura e de felicidade) dava-se através de recursos alegóricos, figurados, com a pacífica comemoração da família [...] que, afinal, poderia ser qualquer família brasileira, bastando ser convencida de que "a luz do futuro acaba de nascer" (seja Cristo ou a "Revolução") e de que as mudanças virão, desde que todos estejam unidos em torno de certos ideais, ou dos ideais certos [...][70]

Assim sendo, a propaganda oficial retratava uma "nova era" garantida pelo governo militar, já que este era "brasileiro e bom"[71]. À população restava, portanto, evocar a "alma nacional" e seguir corretamente o encaminhamento para o futuro[72]. O "novo tempo" que se anunciava iria se materializar com a chegada do "milagre econômico" em fins da década de 1960 – em especial, nos primeiros anos da década de 1970.

Uma nova sociedade estava sendo moldada por meio do aparato político de repressão/censura e de propaganda do Estado. Os obstáculos e inimigos que haviam, deviam ser retirados do caminho da "potência" que estava surgindo. Usando, então, da

---

[68] SAMWAYS, *Op. Cit.*, p. 10.
[69] CARTOCE, Raquel Elisa. *O Milagre anunciado:* publicidade e a Ditadura Militar Brasileira (1968-1973). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 131.
[70] FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo:* ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 123.
[71] *Ibid.*, p. 122.
[72] *Ibid.*, p. 122.

justificativa de "transformação" do Brasil[73], os militares reprimiram, perseguiram e censuraram qualquer veículo de comunicação ou jornalista que tentasse dizer o contrário do que pregava e executava o regime.

Todavia, a censura a grande imprensa foi de forma "delicada", isso porque o governo militar tinha preferência pela censura indireta, ou seja, a autocensura dos meios de comunicação social. Os militares não podiam censurar por inteiro esses grandes jornais, devido à popularidade e ao alcance que tinham no território nacional, além dessa mesma imprensa ter sido sócia na conspiração que levou ao golpe de 1964 contra João Goulart. Tais considerações demonstram que, para o regime, a grande imprensa tinha um papel na "construção" daquele Brasil: ser uma interlocutora confiável do governo com a "opinião pública".[74]

Já com a imprensa alternativa, não havia a mesma preocupação. Os alternativos sofreram tanto com vetos parciais quanto com vetos totais, perseguição e até prisão de jornalistas[75]. Apesar disso, como veremos a seguir, a imprensa alternativa foi quem mais resistiu e lutou pela liberdade de imprensa, de expressão e por todas as liberdades democráticas que eram direito da sociedade, além de opinar e informar sobre os problemas acobertados no "Brasil Potência".

1.3. A imprensa alternativa brasileira no pós-AI-5: o caso do jornal Opinião (RJ)

A imprensa alternativa que se formou no Brasil, entre os anos 1960 e 1970, se dividiu em três classes: a primeira consistia em jornais predominantemente políticos, baseados nos ideais de valorização do nacional e do popular; a segunda consistia na imprensa denominada "existencial", de contracultura, feita por pessoas que recusavam a predominância do discurso militante da esquerda tradicional; a terceira era formada pelos jornais satíricos, com destaque para o jornalista Millôr Fernandes.[76]

Em nosso trabalho, vamos destacar a primeira classe, especificamente, o jornal *Opinião (RJ)*, que foi um dos mais importantes da imprensa alternativa dos anos 1970 e era produzido por uma rede intelectual-jornalística de oposição ao regime militar brasileiro.

[73] *Ibid.*, p. 121-124.
[74] NAPOLITANO, *Op. Cit.*, p. 131.
[75] *Ibid.*, p. 131.
[76] KUCINKSK, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários nos Tempos da Imprensa Alternativa.* São Paulo: Editora Página Aberta, 1991, p. 50-60.

Isto posto, notemos que, após o golpe de 1964, os intelectuais – e também alguns jornalistas que não apoiaram o golpe de estado – formaram uma frente de resistência à ditadura instaurada, por isso, foram perseguidos e até expurgados de seus cargos. Com o AI-5 em 1968 e a censura escancarada aos meios de comunicação, às atividades da intelectualidade brasileira ficaram ainda mais difíceis e se reduziram aos espaços acadêmicos – quando possível, devido às aposentadorias compulsórias[77] -, isto é, os intelectuais foram inibidos de desempenharem o seu papel perante a sociedade[78]. Já os jornalistas, tiveram que se adequar a nova realidade dentro das redações ou arcarem com as consequências.

Com a grande mídia e praticamente todos os segmentos sociais silenciados pelo AI-5, não havia meios "legais" de oposição e luta contra o regime. Os mesmos sujeitos que não aceitaram o golpe e a ditadura instaurada a partir de 1964, também não consentiram com a censura imposta pelos órgãos de repressão.

Os jornalistas que compunham o elenco dos grandes jornais e revistas, e que eram contra as arbitrariedades do regime, se retiraram de seus cargos – ou foram obrigados a sair – e fundaram – juntamente com outros segmentos da resistência – periódicos alternativos[79]. Entretanto, o aparelho militar passou a distinguir os jornais alternativos dos demais, ou seja, eles foram os principais veículos de comunicação perseguidos e submetidos a um sistema de censura prévia.[80]

No caso dos intelectuais, podemos ressaltar a criação, em 1969, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), tendo à frente Fernando Henrique Cardoso e José Arthur Gianotti, com o intuito de reunir esses sujeitos em torno de um objetivo comum: continuar as pesquisas e as discussões no Brasil, ou seja, resistir por meio das ideias e do conhecimento.[81]

1.3.1. Os intelectuais brasileiros: do Cebrap ao jornal alternativo Opinião (RJ)

Vamos realizar uma reflexão acerca da formação do grupo de intelectuais em volta do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), que, em seguida, leva

[77] NAPOLITANO, *Op. Cit.*, p. 215-223.
[78] O papel desses sujeitos históricos, chamados de "intelectuais", seria especificamente elaborar e transmitir conhecimentos, teorias, doutrinas, ideologias, etc., que acabam por constituir as ideias ou os sistemas de ideias de uma determinada época e de uma determinada sociedade (BOBBIO, 1997, p. 110).
[79] MACHADO, José Antônio Pinheiro. *Opinião x Censura:* momentos da luta de um jornal pela liberdade. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda, 1978, p. 5-10.
[80] KUCINSKI *apud* CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa:* jornalismo de oposição e inovação. São Paulo: Editora Ática, 1995, p. 22.
[81] NAPOLITANO, *Op. Cit.*, p. 217-218.

alguns dos integrantes a colaborarem com a construção de um projeto jornalístico, organizado entre proprietário, jornalistas e também por intelectuais de fora do Cebrap. Além disso, veremos que o jornal, enquanto um projeto, buscou dar respostas ao seu contexto imediato. Tais respostas eram pautadas nos princípios democráticos e nos interesses nacionais, isto é, oposição ao modelo econômico autoritário vigente.

Posto isso, ao pensar na formação do Cebrap, a discussão é sobre o caráter das contribuições intelectuais do grupo dentro do contexto de sua constituição específica e o seu significado, porque, apesar do círculo de amizade dentro do grupo, a questão não é só essa, mas, essencialmente, notar que eles estavam unidos conscientemente por um objetivo em comum: a democracia. O que deve ser questionado é se algumas ideias e atividades compartilhadas foram elementos de sua amizade, colaborando justamente para a sua formação e distinção enquanto grupo.[82]

Em relação a formação do jornal *Opinião (RJ)*, diferente do Cebrap que contava com um círculo de amizade dentro do grupo, o periódico – como será visto – não foi formado por amigos. Desse modo, a amizade não foi um fator relevante para a sua construção, mas sim o projeto almejado pelo coletivo, ou melhor, o que o jornal representava para o grupo[83]. Vale ressaltar a diversidade da equipe, já que contava com críticos, militantes políticos, economistas, jornalistas, intelectuais, que viam nesse projeto mais do que a representação dos seus pontos de vista, mas também a chance de intervenção política naquele contexto.

Opinião (RJ) funcionou, portanto, como um elemento dinamizador das ideias de jornalistas e intelectuais (tanto do Cebrap quanto dos intelectuais de fora do centro), porque puderam – por meio dele – alcançar um público mais amplo, expandindo "o seu raio de ação intelectual para além do círculo restrito dos intelectuais [...]".[84]

A formação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)

Em 1958, um grupo de professores da USP passa a se reunir para estudar a obra *O capital* e também discutir a realidade brasileira, dando o nome ao núcleo de

[82] WILLIAMS, Raymond. O círculo de Bloomsbury. In: _____. *Cultura e Materialismo.* São Paulo: Ed. Unesp, 2011, p. 203.
[83] CRESPO, Regina Aída. Revistas Culturais e Literárias Latinoamericanas: objetos de Pesquisa, fontes de conhecimento histórico e cultural. In: FRANCO, Stella Maris Scatena; JUNQUEIRA, May Anne (orgs.). *Cadernos de Seminário de Pesquisa.* São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo / Humanitas, 2011, p. 102-103.
[84] CRESPO, 2011, p. 102.

"Seminário do Capital". Esses intelectuais são: Fernando Henrique Cardoso, Fernando Novais, José Arthur Giannotti, Octávio Ianni, Paul Singer e Ruth Cardoso.[85]

Essa ideia coletiva – pautada na leitura sistemática e discussão do *Capital*, fazendo ligações com o Brasil, ou melhor, pensando o Brasil e como seria possível engrenar o desenvolvimento –, durou até 1964, quando veio o golpe contra o governo democrático de João Goulart e deu fim às visitas, aos sábados, dos amigos à casa de Ruth e Fernando Henrique Cardoso[86]. Muitos, temendo a repressão e a prisão, se exilaram no Chile e na Argentina e puderam atuar em instituições como a Flacso (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais) e a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe).[87]

As discussões realizadas no Seminário e as relações mantidas nessas instituições contribuíram para a formação intelectual dos membros fundadores do Cebrap[88]. Desse modo, o centro reuniria intelectuais progressistas que queriam continuar pesquisando e resistindo no Brasil durante a segunda metade da década de 1960.

Após os primeiros anos de ditadura militar, quando a situação política do país parecia estar mais calma para as oposições, alguns dos intelectuais exilados começaram a retornar para o Brasil; Fernando Henrique Cardoso é um desses exemplos. Ele voltou para assumir a cátedra de Ciência Política na USP, no entanto, ficou apenas seis meses, já que foi aposentado compulsoriamente pelo Ato Institucional nº 5 de 1968.

Cardoso não quis, novamente, deixar o Brasil, e decidiu ficar e tentar criar – junto com outros professores cassados e que também não queriam sair do país outra vez – um centro de pesquisas independente, privado[89]. Portanto, apesar da inciativa de Fernando Henrique, a ideia de um centro de pesquisas partiu de discussões coletivas entre os antigos amigos do Seminário do Capital[90] - características herdadas do antigo núcleo: o diálogo e a coletividade.

Não será discutido aqui a questão dos recursos obtidos da Fundação Ford para a criação do centro, uma vez que o nosso foco é outro: as razões que levaram a união desses intelectuais em torno do centro e, mais que isso, que levaram alguns a participar do jornal *Opinião (RJ)*. Apenas vale pontuar que foi essencial – junto com o trabalho do próprio grupo – para a sustentação do centro, além de ter possibilitado a manutenção da

[85] MONTERO, Paula; MOURA, Flávio (orgs.). *Retrato de grupo – 40 anos do Cebrap*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, s/p.
[86] José Arthur Giannotti *apud* MONTERO; MOURA, *Op. Cit.*, p. 54-55.
[87] MONTERO; MOURA, *Op. Cit.*, s/p.
[88] *Ibid.*, s/p.
[89] Fernando Henrique Cardoso *apud* MONTERO; MOURA, *Op. Cit.*, p. 32.
[90] Paul Singer *apud* MONTERO; MOURA, *Op. Cit.*, p. 80-81.

intelectualidade no país, ou seja, não houve a fuga de pensadores e pesquisadores brasileiros; algo que, naquele contexto das ditaduras latino-americanas, estava ocorrendo frequentemente.

Assim, nasce em 1969 o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)[91], um nome técnico e que transmitia a ideia de que o grupo queria viver do mercado. O objetivo era mesmo despistar, pois seria melhor para poder sobreviver àquela conjuntura[92]. Além disso, contaram com dois aspectos que foram fundamentais para protegê-los dos órgãos de repressão e censura da ditadura militar, possibilitando uma maior liberdade para as discussões e as pesquisas.

Isso porque, primeiro, alguns integrantes do grupo tinham notoriedade, até mesmo internacional, e isso os protegia[93], e segundo, devido às figuras políticas de Paulo Egydio Martins e Severo Gomes, pois eram homens que integravam o poder político dominante e colaboraram com a negociação entre o centro e os militares. Houve a necessidade dessa conversa, no entanto, nada foi imposto, apenas ficou claro que poderiam pesquisar tranquilamente, publicar cuidadosamente e não ter atividades didáticas, isto é, o regime não queria que eles formassem gente[94] – por isso os afastamentos compulsórios das universidades.

Posteriormente, entre 1970-71, Octávio Ianni, Francisco de Oliveira, Bolívar Lamounier, Lúcio Kowarick, Vilmar Faria e Carlos Estevam Martins se juntam ao centro de pesquisadores, que também agregaria ainda outros intelectuais, como, por exemplo, Francisco Weffort, Luiz Werneck Vianna, Boris Fausto e Régis de Castro Andrade.[95]

As atividades e as contribuições do centro: o debate acerca do desenvolvimento brasileiro

Agora, analisaremos as contribuições intelectuais do grupo dentro do contexto de sua constituição e também em que medida as ideias e atividades compartilhadas foram elementos de sua amizade, e como isso ajudou na sua formação e distinção enquanto grupo. Além disso, observar a forma encontrada pelo centro para obter visibilidade no debate público e não ficar restrito ao seu próprio círculo. É nesse

[91] Inicialmente, o centro é composto por Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Giannotti, Elza Berquó, Paul Singer (cassados pelo AI-5), Juarez Brandão Lopes e Cândido Procópio Ferreira de Camargo, que assume a presidência e a ocupa até 1979 (MONTERO; MOURA, 2009, s/p).
[92] Paul Singer *apud* MONTERO; MOURA, *Op. Cit.*, p. 81.
[93] Fernando Henrique Cardoso *apud* MONTERO; MOURA, *Op. Cit.*, p. 32-34.
[94] Fernando Henrique Cardoso; José Arthur Giannotti *apud* MONTERO; MOURA, *Op. Cit.*, p. 32-60.
[95] MONTERO; MOURA, *Op. Cit.*, s/p.

momento, portanto, que a publicação do jornal *Opinião (RJ)* aparece, tornando-se um canal direto entre a intelectualidade brasileira e o público brasileiro.

Antes de mais nada, é ideal relembrar que o Cebrap foi possibilitado pela base de leitura do *Capital* – vinda do Seminário – e pela formação interdisciplinar[96]. Desse modo, por causa da experiência do estudo do *Capital*, os membros estavam muito próximos, tanto em posições pessoais quanto políticas. Apesar de não haver uma identidade partidária, o grupo estava politicamente mais à esquerda e, por essa perspectiva, tinham uma vontade comum de encontrar saídas para o Brasil. O Cebrap foi criado para isso: almejando um país diferente, esses indivíduos decidiram resistir, ou melhor, o centro foi criado como ponto de resistência intelectual da ditadura.[97]

Então, retomaram a metodologia do antigo núcleo do *Capital*, só que agora sem a leitura da obra. Todos davam cursos uns aos outros e eram de nível elevado, sendo responsáveis, posteriormente, em grande parte pela produção teórica. Era mesmo uma atividade interdisciplinar muito intensa e o grupo tinha orgulho de ser um centro interdisciplinar[98], pois eram contra a visão de grupo fechado e a favor dessa diversidade[99]. Nesse sentido, havia vários grupos especializados em um único lugar, como o grupo de demografia de Elza Berquó, o grupo do cientista político Francisco Weffort sobre o movimento operário, o grupo do economista Singer de economia política[100], o grupo do sociólogo Fernando Henrique Cardoso que contava com pessoas da ciência política, e o grupo de religião de Cândido Procópio.[101]

Assim como no Seminário, naquele contexto do começo da década de 1970, não havia divergência política entre os membros, só havia as diferenças das especialidades de cada um[102]. Esse é o ponto: as posições diferentes que o Cebrap reuniu[103] contribuíram positivamente para que se tornasse o grupo que foi; interdisciplinar, movido por pesquisas, debates e discussões, onde se aprendia muito um com o outro. Por exemplo: os filósofos leem textos com um rigor que as outras ciências não leem e Giannotti os ensinou a ler dessa forma; Elza Berquó e os seus estudos sobre demografia contribuíram para as análises sociológicas e sociais de outros membros, isso em um clima de amizade. Portanto, a ideia era até superar a interdisciplinaridade, ou melhor,

[96] José Arthur Giannotti *apud* MONTERO; MOURA, *Op. Cit.*, p. 57.
[97] Paul Singer *apud* MONTERO; MOURA, *Op. Cit.*, p. 82-83.
[98] *Ibid.*, p. 83.
[99] Fernando Henrique Cardoso *apud* MONTERO; MOURA, *Op. Cit.*, p. 38.
[100] Chico Oliveira, que era cientista social, estava mais inserido nesse grupo.
[101] Francisco de Oliveira *apud* MONTERO; MOURA, *Op. Cit.*, p. 166-167.
[102] Paul Singer *apud* MONTERO; MOURA, *Op. Cit.*, p. 79-80.
[103] WILLIAMS, *Op. Cit.*, p. 227.

entrar mesmo na disciplina dos outros, tentar entender a maneira de pensar das pessoas de outras áreas, absorver outros conhecimentos.[104]

Uma atividade que precisa ser ressaltada, devido a sua importância dentro do grupo, é o "mesão". Esse é o nome que se deu aos encontros nos quais todos os integrantes do centro se reuniam para ler e discutir o que era produzido pelos colegas[105]. Essa ideia surgiu com o intuito de que, para formar um centro interdisciplinar, era preciso que as pessoas pudessem pelo menos ter a possibilidade de se entender umas com as outras.

Discutia-se o trabalho de alguém, de forma dura e livre, mas que não tinha nada de pessoal[106]. Era possível criticar as ideias e propostas, algo que não ocorria em outros lugares, pois essa era a dinâmica de sobrevivência do grupo, que precisava "[...] reagir, refletir, pensar e contestar intelectualmente [...]"[107]. Seguidamente, começaram a convidar pessoas de fora, dentre elas pode-se destacar Maria da Conceição Tavares e Celso Furtado, dando início a uma sequência de "mesões" com convidados externos. Essa atividade foi, portanto, além dos limites do próprio centro.[108]

Os anos 1970 – com foco no começo da década – foi a primeira fase do Cebrap, e para alguns membros foi a grande fase do centro, porque todos os grandes temas latino-americanos e brasileiros se cruzaram ali, tornando possível a produção de discussões sobre quase tudo. Foi um período muito fértil para o Cebrap. Contudo, o momento era muito difícil e manter um objetivo estratégico – para a luta conjuntural – também era difícil. Assim mesmo, o centro conseguiu se manter por meio de um ideal: a democracia. O Cebrap sempre apostou na democracia e foi o que uniu firmemente o grupo.[109]

Uma contribuição importante do centro – naquele contexto – e que interessa ao presente trabalho é a construção de um debate acerca do desenvolvimento brasileiro. Essa reflexão surgiu no Cebrap nos 1970 – auge do "milagre econômico" –, por meio de uma discussão sobre um texto de Maria da Conceição Tavares, e foi algo muito significativo[110]. Intelectuais como Paul Singer, Fernando Henrique Cardoso, Chico de Oliveira e Celso Furtado (sendo este participante externo do Cebrap), estavam muito

[104] Paul Singer *apud* MONTERO; MOURA, *Op. Cit.*, p. 79-83.
[105] *Ibid.*, p. 84.
[106] José Arthur Giannotti *apud* MONTERO; MOURA, *Op. Cit.*, p. 57-58.
[107] Elza Berquó *apud* MONTERO; MOURA, *Op. Cit.*, p. 100.
[108] Paul Singer *apud* MONTERO; MOURA, *Op. Cit.*, p. 84.
[109] Francisco de Oliveira *apud* MONTERO; MOURA, *Op. Cit.*, p. 170.
[110] Paul Singer *apud* MONTERO; MOURA, *Op. Cit.*, p. 84.

estimulados a estudar, entender e discutir sobre aquele desenvolvimento que tornou possível o "milagre" da ditadura brasileira.

Todos se empenhavam, mesmo sendo contra o regime militar, para serem objetivos quanto ao que estava ocorrendo na economia nacional, porque o país, de fato, avançava economicamente, mesmo que deixando de lado os aspectos políticos e sociais, inibidos pelo autoritarismo e pela repressão[111]. Dessa forma, via-se um desenvolvimento sem democracia.

Fernando Henrique Cardoso tratou aquele processo de desenvolvimento nacional como crescimento econômico – mesma percepção do economista Celso Furtado – e afirmou que realmente havia crescimento, isso era inegável; porém, assim como os outros, repugnava as formas políticas autoritárias que faziam a economia crescer. O sociólogo ainda destacou dois pontos fundamentais para o processo: primeiro, devido a influência cepalina, entendia que não se pode discutir a questão econômica, ou melhor, do crescimento econômico, sem discutir também os fatores políticos; segundo, as multinacionais eram a chave para a compreensão, porque foram elas que dispersaram o processo produtivo pelo mundo e depois que isso ocorreu, entre as décadas de 1960 e 1970, havia crescimento econômico real.[112]

Interessante pontuar, novamente, que os indivíduos que participavam ou passaram pelo Cebrap trouxeram, de outros lugares, uma bagagem de conhecimento, que foi relevante para pensar esse ponto econômico. Essa questão do desenvolvimento no Brasil já fazia parte das discussões do núcleo do Seminário do Capital e a discussão em torno dos fatores políticos como agentes determinantes para o crescimento econômico, isto é, aliar economia e política nos estudos, influenciou outros intelectuais que também passaram pela Cepal, como Chico de Oliveira e Celso Furtado.[113]

Para concluir, os estudos desses intelectuais queriam demonstrar que por ter ocorrido um grande desenvolvimento desde o governo JK até o período do "milagre econômico", houve um agravamento da desigualdade, o que era para o grupo um argumento primordial contra a ditadura e contra o capitalismo. O desenvolvimento, então, quando começa muito intensamente, produz maior desigualdade.[114]

Todavia, com relação à visibilidade dessas discussões no debate público, o grupo entendia a necessidade de dirigi-las à sociedade, mas não ocorreu logo nos primeiros anos. Foi a partir de 1972 – já no fim do ano –, que ocorreu a primeira tentativa de

[111] *Ibid.*, p. 85.
[112] Fernando Henrique Cardoso *apud* MONTERO; MOURA, *Op. Cit.*, p. 31-32.
[113] Paul Singer *apud* MONTERO; MOURA, *Op. Cit.*, p. 84-85.
[114] *Ibid.*, p. 86.

resistir para fora daquele círculo intelectual. Trata-se da publicação do jornal alternativo *Opinião (RJ)*, que, no início, muitos foram contra, pois achavam que era loucura e que a ditadura não iria permitir. Foi permitido – apesar de censurado –, e viu-se que havia então, por meio daquele periódico, uma chance de se dirigir ao público brasileiro.[115]

1.4. A rede intelectual-jornalística formada em torno do jornal Opinião (RJ)

O jornal *Opinião (RJ)* pertencia a Fernando Gasparian, que era dono da Editora Inúbia que editava o impresso[116]. Além disso, foi professor de economia da Mackenzie – apesar de formado em engenharia civil e engenharia elétrica pela mesma faculdade – e diretor de fábricas da sua família, no ramo têxtil.[117]

Gasparian foi aliado do governo João Goulart, sendo representante das entidades empresariais nacionais, além de fazer parte do Conselho Nacional de Economia, até ser retirado do cargo – que ocupava desde 1963 – em 1967 pela ditadura militar. No início de 1970, ele foi para o exílio e passou a atuar como professor convidado em Oxford e na Universidade de Nova York.[118]

Alguns acontecimentos ao longo do ano de 1971 – dentre eles, o assassinato de um amigo político –, fizeram com que Gasparian decidisse criar um jornal de oposição ao regime militar. Para isso, inicialmente, ele obteve ajuda do jornalista Bernardo Kucinski, que também estava em exílio. Foi ele quem indicou a Gasparian o nome do jornalista Raimundo Rodrigues Pereira, para ser o futuro editor do jornal, já que eram amigos.[119]

Entretanto, essa não foi a primeira experiência jornalística de Fernando Gasparian. Ao longo da década de 1950, influenciado por posições nacionalistas – principalmente durante o seu período acadêmico –, ele esteve imerso em discussões quanto ao petróleo brasileiro, o que marcou os seus ideais.[120]

Esses debates o levaram, em 1955, tendo em vista a defesa da Petrobras, juntamente com um grupo de amigos, a fazer parte da segunda fase do *Jornal de Debates*, que circulou apenas nos últimos cinco meses daquele ano. É nesse momento

---

[115] *Ibid.*, p. 83.
[116] Posteriormente, ele também iria adquirir a editora Paz e Terra.
[117] ADAMATTI, Margarida Maria. *A crítica cinematográfica no jornal alternativo Opinião:* frentismo, estética e política nos anos setenta. São Paulo: Tese de doutorado – Escola de Comunicações e Artes/Universidade de São Paulo, 2015, p. 1.
[118] *Ibid.*, p. 1-2.
[119] *Ibid.*, p. 1-2.
[120] CANDIDO, Jeferson João. *Para além da frente ampla:* Fernando Gasparian e a educação das elites. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Literatura, Florianópolis, 2018, p. 23.

que também começa a trabalhar nas indústrias da família, em Jundiaí/SP. Porém, nesse início de atividade empresarial, Gasparian ainda arruma tempo para "[...] mais uma empreitada político-editorial [...]"[121], comprando, junto com seus amigos Fernando Henrique Cardoso e Fernando Pedreira, um jornal local, *O Jundiaiense*, em 1958.[122]

O novo jornal também não durou muito e os "Fernandos" abandonam a empreitada para trilharem os seus próprios caminhos: Gasparian vai se dedicar à política industrial, setor em que se destacaria; enquanto Cardoso continuaria como professor da USP e com o seu núcleo do Seminário do Capital. Isso até o golpe de 1964 e os novos rumos políticos e institucionais no país.[123]

Antes do projeto *Opinião (RJ)* realmente se concretizar, foi preciso superar as diferenças e os desentendimentos durante a elaboração do acordo. Raimundo Rodrigues Pereira era nordestino, classe média baixa[124] e foi jornalista na *Veja*, editor da *Folha da Tarde*, repórter policial de *O Dia*, redator de revistas técnicas, além de participar da revista *Realidade*[125]. Foi justamente no núcleo da *Realidade* que "[...] surgiu a união entre um grupo de jornalistas de esquerda, dando início à imprensa alternativa de base política sob o comando de Raimundo Pereira".[126]

Esse grupo comandado por Raimundo também era formado por filhos de imigrantes ou nordestinos e de classe média baixa, enquanto Fernando Gasparian era um empresário, professor universitário e membro da elite brasileira[127]. Foi, portanto, uma aproximação de dois lados opostos. A conversa entre Fernando Gasparian e Raimundo Rodrigues Pereira levou a união em volta de uma mesma ideia: criar um jornal de oposição ao governo militar, sendo portador de um projeto nacional[128], ou seja, o que uniu os dois foi a visão da importância histórica que o jornal teria.[129]

O objetivo dos dois também se assemelhava ao posicionamento dos indivíduos que integravam ou que participavam – em algum momento – das atividades do Cebrap, o que levou então Gasparian a se reaproximar do amigo Fernando Henrique Cardoso, tendo em mente essa nova "empreitada".

Um dos desentendimentos foi quanto a característica e o público alvo do jornal, uma vez que Gasparian queria um periódico de intelectuais para a elite do país, isto é, o

[121] CANDIDO, 2018, p. 25.
[122] *Ibid.*, p. 25.
[123] *Ibid.*, p. 25-26.
[124] CHINEM, *Op. Cit.*, p. 56.
[125] ADAMATTI, *Op. Cit.*, p. 2.
[126] ADAMATTI, 2015, p. 2.
[127] CHINEM, *Op. Cit.*, p. 68.
[128] ADAMATTI, *Op. Cit.*, p. 2-3.
[129] CHINEM, *Op. Cit.*, p. 68.

público a que ele pertencia, como professores, intelectuais, industriais e empresários nacionais, já Raimundo queria um jornal de propriedade coletiva de jornalistas com viés popular.[130]

Tal desentendimento foi superado por meio de outro desentendimento: a questão salarial. Fernando Gasparian iria pagar salários muito abaixo do mercado, por isso, durante a elaboração do projeto, Raimundo quis "[...] incorporar uma grande quantidade de colaboradores engajados que aceitaram receber pouco, porque queriam fazer a luta contra a ditadura na imprensa [...]"[131]. Com os salários mais baixos, Raimundo e sua equipe conseguiram o direito de a redação comandar o jornal, editando-o também para um público mais amplo e popular.

Dessa forma, nasceu em outubro de 1972, por meio da união entre várias tendências políticas que buscavam fazer oposição ao regime militar – a conhecida Frente Ampla –, o jornal alternativo *Opinião (RJ)*. Essa ideia de um jornal de Frente Política de Oposição, como observa Adamatti (2015), nascia da vontade entre intelectuais, jornalistas, políticos e perseguidos pelo regime, de lutar.[132]

Apesar da censura dos "anos de chumbo", surgiu um tipo de crítica progressista caracterizada pelo profundo debate político e estético[133]. Isso devido à rede de intelectuais que Fernando Gasparian conseguiu aglutinar em torno do periódico e também a equipe de jornalistas comandada por Raimundo Rodrigues.

Do acordo entre um jornalista e um empresário e, também, de uma tensão entre jornalistas e intelectuais, constituiu-se um jornal alternativo de aliança instável – assim como toda a imprensa alternativa – e com uma equipe de caráter diversificado.[134]

> [...] O editor de cultura, Júlio Cesar Montenegro […] era trotskista; o editor de economia, após a desistência de última hora de Aloysio Biondi, era Marcos Gomes, antigo dirigente da Ação Popular em São Paulo; o secretário de redação, Antonio Carlos Ferreira, era mais afinado à dissidência; o correspondente em Londres, Bernardo Kucinski [sic], era um independente; Dirceu Brisola, editor de nacional [editoria de assuntos nacionais], e Maurício Azedo identificavam-se com a linha do PC [...][135]

[130] ADAMATTI, *Op. Cit.*, p. 2-3.
[131] ADAMATTI, 2015, p. 3.
[132] *Ibid.*, p. 2-3.
[133] *Ibid.*, p. 1.
[134] MARQUARDT, Eduard. *Cultura em Opinião:* as páginas de Tendências Culturais (1972-1977). Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Literatura, UFSC, Florianópolis-SC, 2003, p. 43.
[135] KUCINSKI *apud* MARQUARDT, 2003, p. 44.

Como aponta Adamatti (2015), a aliança entre liberais e a esquerda no jornal funcionou bem nesse primeiro momento. Apresentando-se como um veículo sem vínculos partidários, voltado à defesa dos direitos dos cidadãos e das liberdades democráticas, o projeto original de Frente Ampla reuniu muitas *frentes* em um mesmo lugar[136], ou seja, o espírito de Frente possibilitou o convívio entre diversas correntes de oposição, desde a burguesia nacional até a extrema esquerda[137], refletindo o sentimento de solidariedade para combater o inimigo comum.

Opinião (RJ) foi, por isso, um pacto político que amenizava as diferenças até a derrota do inimigo[138]. Outra característica semelhante ao Cebrap: uma diversidade de ideias e posicionamentos, mas que se encontravam unidos pelo mesmo objetivo, formando uma só força pelo fim da ditadura.

1.5. Opinião (RJ): um projeto de oposição à ditadura militar brasileira e ao modelo de desenvolvimento econômico

Opinião (RJ) foi um semanário sediado na cidade do Rio de Janeiro, com boa qualidade gráfica e jornalística, com uma linha nacionalista, democrática e independente, o que lhe proporcionou, rapidamente, uma posição de influência.[139]

Nos primeiros números, o periódico publicou textos e artigos com temas polêmicos para a época, a respeito da distribuição de renda, a dívida externa, o "milagre brasileiro", entre outros. Essas publicações ganharam importância, porque ninguém naquele momento escrevia sobre esses assuntos, eram "problemas que não existiam".[140]

A publicação do periódico significou uma renovação na imprensa brasileira, onde jornalistas importantes – demitidos de seus empregos – e intelectuais brasileiros – aposentados das universidades ou afastados de qualquer contato com o público – puderam ter uma oportunidade livre, independente e democrática para expor suas ideias.[141]

[136] ADAMATTI, *Op. Cit.*, p. 4.
[137] KUCINSKI *apud* ADAMATTI, *Op. Cit.*, p. 4.
[138] ADAMATTI, *Op. Cit.*, p. 6.
[139] MACHADO, *Op. Cit.*, p. 25.
[140] MACHADO, 1978, p. 25.
[141] *Ibid.*, p. 126-127.

> [...] Nossa preocupação foi fazer um jornal inteligente, aberto, democrático. Não havia uma linha política pré-determinada, rígida. Quem tivesse uma ideia inteligente a expor, era convidado a escrever. No jornal se expressaram as mais diversas opiniões [...][142]

O proprietário e diretor Fernando Gasparian, com esse pensamento, sendo líder empresarial com atuação no Rio e em São Paulo, comprometido com uma linha nacionalista, marcadamente anti-imperialista, em defesa de um desenvolvimento nacional independente[143], convidou, por meio de Fernando Henrique Cardoso, os intelectuais do Cebrap, além de outros intelectuais de fora do centro que compartilhavam dos mesmos ideais.

Gasparian obteve a ajuda dos intelectuais do centro, não por parte do Cebrap como instituição, mas de um grupo de pessoas ligadas a ele. Isso porque era um centro de pesquisa em que, mesmo todos sendo contra o regime autoritário, eles tinham posições e pensamentos divergentes. Então, não foi a instituição que colaborou, e sim os indivíduos que concordaram e se dispuseram a ajudar[144]. Além do próprio Fernando Henrique Cardoso, nomes como Chico de Oliveira, Paul Singer e Francisco Weffort colaboraram com a publicação. Entre os intelectuais de fora do centro, pode-se destacar Celso Furtado e o jornalista econômico Aloysio Biondi – esse foi um personagem muito ativo na escrita de artigos para a seção "A Economia".

Desse modo, ao longo das fontes consultadas, foi possível notar o empenho dos jornalistas e intelectuais que participavam do projeto em apresentar as versões, as declarações e os números oficiais, dos representantes do governo, a respeito do "milagre econômico". Ao mesmo tempo, há o esforço de desenvolver um discurso oposto ao divulgado pelo regime militar. Percebe-se que o intuito dos participantes do *Opinião (RJ)* é contestar a ideia de um "milagre" na economia brasileira e, também, apontar os caminhos a que leva tal modelo de desenvolvimento. Além disso, indicam outros meios a serem seguidos na economia nacional.

"Para entender as notícias, você precisa de opinião"[145]

Submerso no contexto dos anos iniciais da década de 1970 no Brasil[146] e com o objetivo de ser porta-voz desse grupo de jornalistas e intelectuais, o projeto do jornal

[142] GASPARIAN *apud* MACHADO, 1978, p. 127.
[143] MACHADO, *Op. Cit.*, p. 125.
[144] Fernando Henrique Cardoso *apud* MONTERO; MOURA, *Op. Cit.*, p. 36.
[145] *Merchandising* do jornal *Opinião (RJ)*, presente em suas páginas.

Opinião (RJ) tomou, a partir de então, uma posição em relação aos acontecimentos que interferiam de forma significativa na vida política, social e econômica do país; e, com isso, buscava dar respostas a tais acontecimentos.[147]

Uma das respostas foi ao fenômeno econômico conhecido como "milagre brasileiro", que era tratado – pelo discurso oficial – como uma grande conquista da economia dirigida pelo governo militar, ou seja, abordava-se de forma positiva.

Assim, ao olhar para o *Opinião (RJ)*, nota-se um projeto jornalístico e intelectual que visou retomar a produção de debates críticos, de forma independente – características dos veículos do século XIX. Por isso, foi um veículo de comunicação que destoou do discurso da grande mídia, inclusive por se opor ao discurso oficial.[148]

Foi por meio da retomada do cronista, do chargista, do escritor letrado (intelectual), sem dar muitos espaços para propagandas e publicidades (dando maior possibilidade de desenvolvimento das ideias), que o periódico se constituiu como um veículo de oposição à ditadura brasileira e ao seu "milagre". Desse modo, não representou apenas um fenômeno jornalístico, mas sim um fenômeno político, visto que se constituiu em um instrumento de luta política.[149]

O "milagre" aparece, então, em um campo que está em disputa, uma disputa interna e externa.

Essa "disputa" fica evidente no texto *"Milagre brasileiro" - o grande debate*[150]. Nesse artigo, o autor (ausente) apresenta os discursos e os estudos da época – oficiais e de oposição – acerca do "milagre". O interessante nessa análise é destacar de onde vêm a oposição, ou melhor, essa corrente de pensamento crítico em relação aos rumos da economia brasileira, tornando-se o reduto desses pensadores e de suas ideias.

> [...] Um dos locais mais ativos para a discussão dessas ideias fica hoje numa casa [...] em São Paulo, onde todo dia se reúne um pequeno grupo de economistas, sociólogos, cientistas políticos e filósofos. Esses homens, na maioria professores aposentados compulsoriamente pela AI-5, escolheram ficar no Brasil para – [...] – continuar seu

---

[146] Com o AI-5, houve o acirramento da censura, o aumento das perseguições efetuadas no "mundo das ideias" e um novo ciclo de punições a jornalistas e pensadores, desde o golpe de 1964 (NAPOLITANO, 2014, p. 206-215).
[147] CRESPO, *Op. Cit.*, p. 108.
[148] KUCINSKI *apud* MENDES, Sérgio Luiz da Silva. A imprensa alternativa durante a ditadura militar no Brasil (1964-1984): um olhar historiográfico. *CONTRAPONTO* – Revista Eletrônica de História, Teresina, n. 1, v. 1, jun. 2011, p. 37.
[149] ARAÚJO *apud* MENDES, *Op. Cit.*, p. 35.
[150] AUSENTE. "Milagre brasileiro" o grande debate. Jornal *Opinião (RJ)*, edição nº 4, Editoria Tendências e Cultura, p. 11-14, 1972. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=123307&pesq=&pagfis=87. Acesso em: 10/02/2022.

> trabalho. Na fachada da casa, uma placa diz simplesmente "Centro Brasileiro de Análise e Planejamento" – CEBRAP [...][151]
>
> [...] Foi ali que, pela primeira vez, em 1969, o "Além da estagnação" foi discutido entre os economistas, mais tarde responsáveis por trabalhos na mesma linha. É ali que, agora, tem início uma série de reuniões para assimilar tudo que foi dito desde então [...][152]

A princípio, pode-se notar nesses fragmentos do jornal a importância do Cebrap, enquanto uma das instituições mais ativas na formulação de ideias a respeito do desenvolvimento brasileiro entre 1964 e o começo da década de 1970, nesse caso, das ideias de oposição ao modelo que levou ao comemorado – pelo governo – desenvolvimento.

Vale também observar que foi com a elaboração do trabalho "Além da estagnação", feito em 1967 por Maria da Conceição Tavares e com a colaboração do também economista José Serra, que se formou, a partir de então, essa nova corrente de pensamento econômico no Brasil: a corrente de oposição, que trouxe uma bibliografia crítica sobre o modelo econômico brasileiro em curso desde 1964. Autores como José Serra, Celso Furtado, Chico de Oliveira e Paul Singer[153] publicaram, entre 1971 e 1972, trabalhos críticos ao modelo brasileiro e ao seu resultado: o "milagre".

Nesse sentido, se vê a importância desse grupo multidisciplinar para a construção da crítica e, além disso, a influência das suas discussões no jornal *Opinião (RJ)*, porque integrantes do centro, como Paul Singer e Chico de Oliveira, escreviam para o semanário e traziam consigo as questões debatidas durante as reuniões, além de suas reflexões advindas dos trabalhos que desenvolviam.

Mas a influência do centro não fica restrita apenas aos membros, já que indivíduos como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e José Serra (mais tarde, esse último participaria do Cebrap), não faziam parte diretamente da instituição, todavia, participaram, em algum momento, de algumas discussões (os mesões) e, também, eram – como se viu – intelectuais debatidos internamente e que auxiliavam no desdobramento dos debates.

Em síntese, tudo isso, de alguma forma, colaborou para o projeto que se viu em *Opinião (RJ)* e que se tornou o porta-voz ou o canal direto para esses intelectuais e jornalistas com um público brasileiro mais amplo.

---

[151] *Ibid.*, edição nº 4, p. 11.
[152] *Ibid.*, edição nº 4, p. 11.
[153] *Ibid.*, edição nº 4, p. 11.

Esse era o desejo, principalmente, do editor-chefe Raimundo Rodrigues Pereira. Porque, para ele, apesar do tom de seriedade, o semanário buscaria atingir uma ampla faixa de leitores e não apenas os intelectuais[154].

Opinião (RJ) realmente encontrou uma variedade de leitores em todo o país, porém, a grande maioria foi formada por empresários, intelectuais e estudantes universitários[155]. Portanto, a vontade de Raimundo em produzir um jornal para um público mais amplo até que, no início, deu certo, mas não durou, muito por divergências internas entre ele e o proprietário Fernando Gasparian. Divergências essas que, mais tarde, levariam Raimundo a abandonar o jornal e fundar o seu próprio veículo de comunicação, o *Movimento*.[156]

Apesar disso, o nosso foco é o período entre 1972 e 1973. Foi nesse tempo que ocorreu a união entre um empresário (Fernando Gasparian) e um jornalista de esquerda (Raimundo Rodrigues Pereira) e, ao mesmo tempo, de intelectuais e jornalistas que juntos formaram uma rede intelectual-jornalística para lutar e resistir contra o "terrorismo cultural"[157] daqueles anos. Mais que isso, juntos elaboraram um projeto de oposição aos discursos oficiais do regime e – no nosso caso – aos discursos do desenvolvimento econômico propiciado pelo "milagre brasileiro".

O "milagre" irá aparecer agora, nos próximos capítulos, em disputa no campo político; dois lados, dois discursos e duas visões acerca do tempo, ou seja, passado, presente e futuro formam a percepção da realidade dos sujeitos inseridos em tal contexto, e, em nossa análise, priorizaremos as percepções dos membros do jornal *Opinião (RJ)*.

---

[154] PEREIRA, Raimundo Rodrigues. Edição de apresentação - "Um novo semanário nacional". Jornal *Opinião (RJ)*, edição nº 0, p. 1, 1972. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=123307&pesq=&pagfis=1. Acesso em: 15/03/2022.

[155] HOGLFELD, Antonio; CASAGRANDE, Elisa; MANZANO, Júlia. A América Latina nos jornais brasileiros alternativos Opinião e Movimento (1972-1976). *Comun. & Inf.*, v. 15, n. 1, p. 06-20, jan./jun., 2012, p. 10.

[156] PEREIRA, Raimundo Rodrigues. Vive a imprensa alternativa. Viva a imprensa alternativa! In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Orgs.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986, p. 54-75.

[157] A expressão se tornou um eixo de resistência, fazendo convergir liberais e comunistas. A luta contra o regime se transformou, para todos e todas, na defesa dos princípios gerais da liberdade de pensamento que ia além de qualquer simpatia pelo projeto reformista ou pelo comunismo em si mesmo. A defesa da cultura era o campo privilegiado de ação que poderia ser a trilha para a unidade das oposições (NAPOLITANO, 2014, p. 211).

CAPÍTULO II – O "milagre econômico" nas páginas do Opinião (RJ): 1972-1973

Neste capítulo, examinaremos o contexto histórico que envolve o fenômeno econômico conhecido como "milagre brasileiro". Para tanto, então, além de uma simples explanação sobre o período do "milagre" (1968-1973), como sustenta Motta (2021), é preciso "aplicar um olhar capaz de abarcar um período mais amplo. A ditadura se inscreveu no grande crescimento experimentado pela economia brasileira a partir dos anos 1940, cujo carro-chefe foi a industrialização"[158]. Para falarmos em "milagre", no caso brasileiro, temos que nos referir a um período maior e não apenas ao da ditadura.[159]

Além disto, esse crescimento econômico iniciado na década de 1940 se deve, em grande parte, ao quadro externo favorável com o ciclo dos "trinta anos dourados" que o capitalismo internacional viveu após o fim da Segunda Guerra Mundial[160]. Devido a essa ascensão do capital, surgiu, no fim da primeira metade do século XX, um novo espectro na economia moderna: as "companhias multinacionais". O surgimento dessas empresas representa a mudança fundamental da organização do sistema econômico mundial, pois elas vão se estender – por meio de subsidiárias – por vários países e, às vezes, com orçamentos que até superam os das nações.[161]

Isso posto, observaremos, por meio da análise das edições do *Opinião (RJ)*, os discursos dos integrantes do jornal, naquele tempo e espaço, como um condutor para a nossa interpretação acerca de um país que, em fins da década de 1950 e começo da década de 1960, passava por uma crise econômica e política, e, apesar disso, conseguiu se recuperar economicamente e engatar um rápido e significativo processo de crescimento econômico a partir do ano de 1968.

2.1. Antecedentes do golpe de 1964: a crise do regime político democrático e a vitória dos interesses multinacionais

Entre o ano de 1914 e o fim da década de 1950, o Brasil passou pelo auge do processo de substituição das importações, o que proporcionou a substituição de grande parte dos bens de consumo presentes na economia brasileira (têxteis, mobiliários, produtos alimentícios, carros, etc.), além de certos bens de produção (equipamentos).

---

[158] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes:* o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 222.
[159] *Ibid.*, p. 223.
[160] *Ibid.*, p. 231-237.
[161] GOMES, Marcos. O gigantismo do capital. Jornal *Opinião (RJ)*, edição nº 12, seção "A Semana", p. 6, 1973. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=123307&pagfis=273. Acesso em: 20/06/2022.

Tal processo alimentou a tímida industrialização brasileira por décadas, diminuindo a necessidade de importar de outros países e promovendo o Brasil a um certo nível de protagonismo industrial.[162]

Todavia, no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), as oportunidades de substituição começaram a dar sinais de enfraquecimento, visto que muitos dos bens de consumo já haviam sido substituídos. Mesmo assim, o processo continuou até o final do governo e somou-se a ele o primordial apoio do capital estrangeiro que adentrou no país e colaborou de forma direta e indireta com a industrialização brasileira.[163]

O projeto nacional-desenvolvimentista[164] do presidente Juscelino Kubitschek, apoiado pelo capital multinacional, foi o que levou o país a um rápido processo de crescimento econômico, porém, com o aumento da inflação e do endividamento externo, agravaram-se as tensões políticas oriundas do governo de Getúlio Vargas.[165]

Havia por parte do capital multinacional, segundo Dreifuss (1981), a ambição de se consolidar, tanto economicamente quanto politicamente, e o interesse de expansão para outros centros ainda em desenvolvimento. O objetivo central era, por meio de empreendimentos conjuntos, tornar-se hegemônico[166]. Ou seja, é possível constatar que as ações das multinacionais não são só direcionadas para o setor econômico, pelo contrário, interferem sobretudo na política.[167]

A penetração desses investimentos e a sua concentração em setores importantes da economia nacional[168], colocaram, significativamente, a produção industrial brasileira nas mãos do grande capital estrangeiro; algo que aumentaria essencialmente após 1964.[169]

---

[162] AUSENTE, *Op. Cit.*, edição nº 4, p. 11.
[163] *Ibid.*, edição nº 4, p. 11.
[164] O Plano de Metas, segundo Delgado (2014, p. 12), inaugurou uma nova fase do capitalismo no Brasil. Ele estabelecia um audacioso desenvolvimento pautado em: incentivo à industrialização; parceria com o capital internacional, por meio, principalmente, de empréstimos de bancos e governos estrangeiros; incentivo ao investimento de empresas multinacionais no programa de industrialização e aumento da concentração de renda, favorecendo uma camada exclusiva da população brasileira.
[165] MATTOS, Marcelo Badaró. As lutas da classe trabalhadora e o golpe de 1964. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964:* o golpe contra a democracia e as reformas. Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2014, p. 64-65.
[166] DREIFUSS, René Armand. *1964:* a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 49.
[167] GOMES, *Op. Cit.*, edição nº 12, p. 6.
[168] O assentamento do bloco multinacional no Brasil foi possível, segundo Dreifuss (1981, p. 105-131), graças aos extraordinários privilégios concedidos pelas administrações do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e do curto governo do presidente Jânio Quadros (31 de janeiro de 1961 – 25 de agosto de 1961).
[169] DREIFUSS, *Op. Cit.*, p. 65.

> [...] a montagem – na década dos cinquenta – das indústrias que constituíram o Plano de Metas do governo Kubitschek, a automobilística, a de construção naval, a própria siderurgia, a química [...]
>
> [...] Sob a proteção da Instrução 113 – [...] – entraram no País unidades inteiras de fabricação, que repercutiram favoravelmente sobre a produção de bens de consumo duráveis e não-duráveis e bens intermediários, mas que repercutiram pobremente sobre a indústria de fabricação de bens de capital: máquinas e equipamentos de toda a ordem para a própria indústria. E o resultado dessa política é que a indústria nacional de equipamentos foi a que menos cresceu durante a última década [...][170]

A instrução nº 113 foi uma "medida tomada pela Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) em 17 de janeiro de 1955 durante o governo de João Café Filho, que tinha como Ministro da Fazenda Eugênio Gudin e como superintendente da Sumoc Otávio Gouveia de Bulhões."[171]

Apesar de ter sido implantada durante o governo de Café Filho, a instrução nº 113 – como constatamos na passagem escrita pelo sociólogo Chico de Oliveira – estimulou a instalação no país de unidades inteiras de fabricação, principalmente a indústria automobilística, que era um dos maiores objetivos do Plano de Metas.[172]

Essa instrução permitia, basicamente, a

> [...] entrada de capitais estrangeiros no país em condições substancialmente mais vantajosas do que se os investidores internalizassem seus capitais à taxa "livre" e depois utilizassem os cruzeiros daí resultantes para recomprar dólares e importar equipamentos à taxa cambial da categoria relevante. O subsídio em cruzeiros, por unidade de moeda estrangeira, correspondia à diferença, frequentemente substancial, entre a taxa cambial do mercado "livre" e a taxa cambial da categoria do bem a ser produzido pelo bem de capital em questão. À sombra da Instrução nº 113 aumentou de forma notável o ingresso de capitais de risco estrangeiros, pois o sistema era extremamente favorável às filiais de firmas estrangeiras operando no Brasil. A quase totalidade dos cerca de quinhentos milhões de dólares que ingressaram no país entre 1955 e 1961, estimulados pelos benefícios da Instrução nº 113, correspondeu a investimentos em firmas controladas por capitais estrangeiros [...][173]

---

[170] OLIVEIRA, Chico de. Hong-Konguização. Jornal *Opinião (RJ)*, edição nº 1, seção "A Economia", p. 4, 1972. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=123307&pagfis=8. Acesso em: 10/02/2022.
[171] SUPERINTENDÊNCIA DA MOEDA E DO CRÉDITO; Relatório. INSTRUÇÃO 113. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instrucao-113. Acesso em: 25/07/2022.
[172] *Ibid.*, INSTRUÇÃO 113.
[173] *Ibid.*, INSTRUÇÃO 113.

Confirma-se, por meio das duas últimas passagens, a importância do governo Juscelino Kubitschek para a mudança na relação do Brasil com as multinacionais, ou seja, o país alavancava o movimento de "modernização" da produção industrial baseado no ingresso de capitais estrangeiros, deixando de lado os interesses nacionais. Isso mostra que o país, realmente, necessitava de dólares para impulsionar o processo de industrialização; porém, esses dólares – em grande maioria – correspondiam a investimentos das próprias firmas estrangeiras em suas filiais no Brasil.

Esse método foi vantajoso às filiais que operavam em solo nacional, e, em contrapartida, trouxe benefícios imediatos ao Brasil, objetivo que interessava, naquele momento, aos governantes locais.

Ao fim do governo Juscelino Kubitschek, o processo de substituição das importações no Brasil estagnou, isto porque o país não possuía um mercado interno que possibilitasse à produção de bens de produção mais sofisticados (locomotivas, turbinas, altos tornos, etc.), ao mesmo tempo que o mercado para os bens de consumo era pequeno, devido ao baixo poder aquisitivo da massa de consumidores. Com isso, as indústrias aqui instaladas foram impedidas de expandir.[174]

Além disso,

> [...] o desenvolvimento distributivista propalado pelo discurso governamental não conseguiu se efetivar na realidade social brasileira, há muito assolada por problemas estruturais de desigualdade e profundas contradições; problemas estes que exigiam soluções complexas que considerassem não somente o crescimento econômico, mas também o desenvolvimento na sua dimensão social [...][175]

Isto posto, o Brasil entrou na década de 1960 com a produção industrial impedida de lançar artigos mais modernos e também inibida de aumentar a fabricação dos bens já produzidos. Era preciso uma solução que desse um novo impulso à produção industrial.[176]

[174] AUSENTE, *Op. Cit.*, edição nº 4, p. 11.
[175] DELGADO, 2014, p. 13.
[176] AUSENTE, *Op. Cit.*, edição nº 4, p. 11.

> [...] Chegava assim a economia brasileira ao esgotamento do processo de substituição das importações. A desaceleração da atividade industrial no princípio dos anos sessenta mostrava isso. Restava como saída a aplicação de reformas de estrutura na distribuição da renda – o que implicava, entre outras coisas, em reforma agrária – para expandir o mercado interno e evitar a estagnação da indústria.[177]

Contemplamos acima a solução ressaltada, pelos economistas cepalinos – dentre eles, Maria da Conceição Tavares e Celso Furtado que viria a se tornar ministro do Planejamento do Brasil no governo de João Goulart –, para acelerar a economia brasileira que se encontrava em um impasse com o término do processo.[178]

A melhor distribuição da renda no Brasil, objetivando um desenvolvimento econômico que não esquecesse o social, era uma proposta reformista para as estruturas desiguais do país e Celso Furtado, durante a sua trajetória na Cepal e posteriormente como idealizador do Plano Trienal de desenvolvimento para o Brasil, priorizava o desenvolvimento atrelado aos interesses sociais e também nacionais, ou seja, um desenvolvimento dos setores nacionais de produção vinculado ao desenvolvimento humano.[179]

No entanto, uma proposta reformista contrariava, acima de tudo, as camadas conservadoras brasileiras, posto que o capital multinacional não tinha uma oposição intransigente a reformas, pois até aceitavam determinadas reformas, mas que se conciliassem com os valores "democráticos e cristãos"[180]. Isso quer dizer que as mudanças não deviam alterar os poderes estabelecidos dentro do Estado democrático capitalista.

No princípio da década de 1960 houve, então, um choque de interesses que, posteriormente, abalaria as estruturas políticas do Brasil.

Isso porque a penetração do bloco multinacional – liderado por interesses americanos – aumentou e o Brasil acompanhou o surgimento de novas relações econômicas e políticas.[181]

Voltando à ideia da interferência das multinacionais no meio político, elas ocorrem no sentido de buscar facilitadores para benefícios próprios, ou seja, aumentar

---

[177] *Ibid.*, edição nº 4, p. 11.
[178] *Ibid.*, edição nº 4, p. 11.
[179] FURTADO, Celso. Objetividade e Ilusionismo. Jornal *Opinião (RJ)*, edição nº 1, seção "A Economia", p. 8, 1972. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=123307&pesq=&pagfis=12. Acesso em: 05/02/2021.
[180] MOTTA, 2021, p. 68.
[181] DREIFUSS, *Op. Cit.*, p. 49.

ainda mais suas margens de lucros. Os seus interesses fundamentam todas as suas medidas.[182]

Tínhamos, portanto, a estabilidade dos interesses multinacionais unida aos interesses das classes conservadoras brasileiras, de tal forma que se tornaram, a partir daquele momento, a força socioeconômica dominante e um novo conjunto de agentes sócio-políticos aparecia na economia e na política brasileira.[183]

Diante disso, podemos ressaltar o grupo de oficiais dentro das Forças Armadas – devido a experiência ideológica e militar em cursos de instrução e treinamentos nos Estados Unidos da América – como um agente interessado no processo de desenvolvimento no Brasil[184]. Esses militares que compartilhavam desse interesse já haviam fundado, em 1949, uma organização para servir de reduto político e ideológico, a Escola Superior de Guerra (ESG)[185], e tinham uma congruência de valores com os tecno-empresários e compartilhavam dos interesses multinacionais tanto em relação à perspectiva, quanto no "sentido de urgência em transformar o ritmo e a orientação do processo de crescimento em direção à criação de uma sociedade industrial capitalista"[186]. O resultado disso foi a formação, entre civis, militares e o capital multinacional, de uma coalizão direitista.[187]

Foram os atores dessa coalizão que prepararam e causaram a ruptura institucional de 1964. Existiam, portanto, interesses estrangeiros e até um caráter antinacional contra o governo reformista do futuro presidente João Goulart.[188]

Em nossa análise, esse grupo se mostrava preocupado em modernizar e impulsionar a produção industrial nacional, mas sem alterar o controle exclusivo sobre a produção ou qualquer outra mudança que considerasse a grande maioria da sociedade. O intuito era, unicamente, aumentar as taxas de lucro das indústrias e das empresas (crescimento econômico), favorecendo a minoria rica nacional e o capital multinacional.

Assim, ocorreu, principalmente, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), uma crescente racionalização e incremento da eficiência da produção, o que proporcionou o avanço da industrialização[189]. No entanto, estamos falando do

[182] GOMES, *Op. Cit.*, edição nº 12, p. 6.
[183] DREIFUSS, *Op. Cit.*, p. 71.
[184] *Ibid.*, p. 77.
[185] *Ibid.*, p. 78.
[186] DREIFUSS, 1981, p. 78.
[187] MOTTA, *Op. Cit.*, p. 65.
[188] *Ibid.*, p. 65-73.
[189] DEL VECCHIO, Angelo. *A era Delfim:* planejamento estratégico e regime militar (1967-1973). Dissertação de mestrado apresentada à USP. São Paulo, 1992, p. 5.

interesse, por modernização, de agentes sociais modernizante-conservadores[190] (os empresários e a burguesia nacional, os militares e o capital multinacional).

Após o breve governo de Jânio Quadros – com concessão de privilégios –, João Goulart chega ao poder (1961-1964) em um cenário turbulento e incerto, principalmente, em relação às classes economicamente dominantes e ao capital estrangeiro que viam na sua figura política a interrupção dos planos de "modernização conservadora".[191]

Além disso, o ex-presidente Juscelino Kubitschek não havia deixado uma herança favorável para Goulart, visto que o crescimento econômico nacional submisso ao capital estrangeiro trouxe consequências negativas, o que freou o processo de desenvolvimento e levou o país, no começo da década de 1960, a uma conjuntura econômica declinante.[192]

A principal virtude do governo Goulart foi a ideia da revisão da agenda política brasileira na direção de uma democratização da cidadania e da propriedade[193], abrindo o caminho para as "reformas de base" – reforma agrária, bancária, eleitoral, tributária, além da regulamentação da remessa de lucros das multinacionais para suas matrizes (algo extremamente delicado)[194]. Com essas amplas reformas, o Brasil caminharia em outra direção, que seria a "transição de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada".[195]

Sendo assim, o presidente João Goulart foi, desde a sua posse, perseguido pelos opositores, principalmente os militares, e o contexto foi se tornando crítico para a democracia-populista. Por isso, o golpe de 1964 teria um caráter antipopulista, uma vez que, por Jango ser um líder popular e atender às demandas populares, o ambiente político nacional se tornou perigoso pela sensação de que os trabalhadores não se comportariam mais como o esperado pelas classes altas e, com esse cenário, as reinvindicações populares se radicalizariam.[196]

---

[190] DREIFUSS, *Op. Cit.*, p. 71.
[191] A liderança de João Goulart, um político nacional-reformista, dividiu o país que, apesar de caminhar em direção a uma modernização baseada no capital estrangeiro, via "[...] uma evidente ascensão das lutas da classe trabalhadora urbana na conjuntura dos primeiros anos da década de 1960. Lutas de dimensões inéditas na história brasileira até então, [...]" (MATTOS, 2014, p. 73).
[192] QUEIROZ, *Op. Cit.*, p. 70.
[193] NAPOLITANO, *Op. Cit.*, p. 16-17.
[194] *Ibid.*, p. 36-38.
[195] FERNANDES *apud* TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: esquerdas, democracia e golpismo. In: _____ (org.). *1964:* o golpe contra a democracia e as reformas. Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2014, p. 130.
[196] MOTTA, *Op. Cit.*, p. 63-64.

Goulart não conseguiu conter a crise dos últimos anos, isto é, as tensões da primeira metade da década de 1950 não tiveram vida curta[197], pelo contrário, cresceram ainda mais e levaram a um forte embate entre interesses de duas forças sociais fundamentais: os interesses do capital multinacional e das classes trabalhadoras mobilizadas.[198]

O crescimento das lutas dos trabalhadores urbanos e operários contra o projeto político-econômico conservador polarizou o país pelas ideias trabalhistas, desenvolvimentistas, nacionalistas e reformistas de Goulart e os seus aliados, em oposição aos políticos civis, empresários, militares e capital multinacional.[199]

Ademais, o Brasil também vivia

> [...] em um ambiente político profundamente conservador e excludente, marcado pela tradição liberal oligárquica e pelo autoritarismo pragmático, ambos elitistas e avessos à participação das massas na política, esta mudança de agenda serviu para fazer convergir contra o governo Jango tanto o golpismo histórico, que vinha do começo dos anos 1950, alimentado pelo medo do comunismo nos marcos da Guerra Fria, como o eventual, engrossado no calor da crise política conjuntural do seu governo [...][200]

Em função desse ambiente político nacional, rodeado por crescentes interesses estrangeiros e também das elites locais, uma "democracia de participação ampliada" apoiada por um bloco "modernizante-reformista"[201] (os trabalhadores, os empresários nacionalistas, os políticos trabalhistas, o presidente João Goulart e os integrantes do seu governo) virou um alvo a ser barrado pelos agentes modernizante-conservadores. Para isso, era necessário substituir a democracia-populista, uma vez que ela não era mais capaz de "disciplinar" as massas e nem retomar o crescimento econômico dos anos anteriores.

Após maio de 1963, a economia brasileira encontrava-se descontrolada, o que levou ao pior dos cenários econômicos: recessão e inflação exponencial. Assim, o caos econômico do governo Goulart tornou-se não só um fator, mas, fundamentalmente, uma justificativa para o golpe que se aproximava.[202]

---

[197] QUEIROZ, *Op. Cit.*, p. 40.
[198] DREIFUSS, *Op. Cit.*, p. 125.
[199] DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Movimentos sociais e políticas reformistas no governo João Goulart. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964:* o golpe contra a democracia e as reformas. Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2014, p. 10.
[200] NAPOLITANO, 2014, p. 17.
[201] DREIFUSS, *Op. Cit.*, p. 131.
[202] DROSDOFF, *Op. Cit.*, p. 24.

> [...] A data 31 de março de 1964 é, desta forma, sobretudo um marco temporal do ingresso do Brasil numa nova quadra histórica. As profundas transformações econômicas e sociais, que se tornaram evidentes a partir de meados dos anos 60 não foram obra exclusiva do movimento militar que tomou o poder em 1964. Ao contrário, estas transformações são, em verdade, elementos de uma revolução molecular, que ocorria de forma imperceptível, a qual, durante anos, foi satisfazendo os pré-requisitos do próprio movimento que viria a potencializá-la. O novo padrão de acumulação, baseado numa nova forma de articulação externa de nossa economia, havia sido gestado em meados da década de 50 e já era praticamente dominante na época do golpe. A economia brasileira tinha percorrido, durante dez anos, o caminho que levava à substituição de seu papel de colaboradora passiva da expansão do capitalismo monopolista nos países centrais do sistema, pelo de polo dinâmico, e, portanto, ativo, da periferia do próprio sistema [...][203]

O golpe civil-militar de 1964 foi mais do que uma rebelião militar. Segundo Napolitano (2014), foi "uma complexa trama de engenharia política" que envolveu um conjunto de conspiradores, desde civis e militares à liberais e autoritários; empresários e políticos; classe média e burguesia, contra Goulart e suas reformas de base.[204]

Nas palavras de Motta (2021), "[...] em 1964, portanto, ocorreu um casamento de interesses locais e internacionais para a promoção do golpe [...]"[205]. Ou seja, os golpistas nacionais agiam sim por interesses próprios, na ocasião idênticos aos norte-americanos.[206]

Por fim, esse panorama culminou com a instalação da ditadura militar que, ao longo dos seus 21 anos, foi útil ao projeto econômico modernizador e tornou o empresariado um dos setores mais entusiastas do novo regime[207], o que transformou o contexto político brasileiro.

2.2. A instauração e a consolidação da ditadura militar brasileira (1964-1969)

O golpe de 1964 encerrou o regime liberal-democrático populista vigente e instaurou um regime político ditatorial comandado por militares. A escolha dos setores civis liberais, apoiadores do golpe, pelos militares para intervir e comandar o novo

[203] DEL VECCHIO, 1992, p. 15-16.
[204] NAPOLITANO, *Op. Cit.*, p. 43-44.
[205] MOTTA, 2021, p. 81.
[206] *Ibid.*, p. 82.
[207] *Ibid.*, p. 66.

regime é justificada sob o pretexto de "preservar a legalidade"[208]. Porém, por trás do novo governo do general Castelo Branco (1964-1967) – primeiro militar no poder – havia muito mais.

O exército brasileiro fornecia dois elementos importantes para os planos capitalistas nacionais e internacionais: a eficiência e a muito necessária legitimação, isso porque a instituição militar, ao longo da história brasileira, sempre foi respeitada e bem vista pela sociedade, além de contar com a hierarquia e a autoridade institucionais, primordiais para o tipo de crescimento econômico pensado pelas elites.[209]

Com a missão de "preservar a legalidade e a democracia brasileira", o general Castelo Branco tomou posse ainda no mês de abril de 1964, afirmando que o exército nacional devolveria, em breve, o poder a um civil; por isso ainda não se tinha um programa concreto para o país[210]. Em vista disso, coube ao seu governo fazer, de forma rápida, a "transição", pondo ordem na economia, reformando a administração e corrigindo os erros do governo passado. Contudo, não foi o que aconteceu; os militares continuaram no poder e, durante a década de 1960, trilharam uma trajetória que começou com o surgimento do regime, passando por sua consolidação e, após, a sua institucionalização.[211]

A face autoritária do regime, logo nos primeiros anos, indicava que a escolha pelos militares atendia ao requisito para que "[...] esta elite dirigisse o país acima das classes e da sociedade, arbitrando interesses burgueses que comportavam, entre si, graves contradições, as quais deveriam ser forçosamente conciliadas [...]"[212]. Desse modo, formaram, juntamente com os tecnocratas, uma nova elite governamental que cumpriria as exigências do novo padrão de acumulação capitalista, mediante a centralização do sistema de decisões e da concentração do poder.[213]

Para esse fim, o governo Castelo Branco deu início à pulverização das estruturas segmentadas concorrentes com o poder central[214] por meio da promulgação do Ato Institucional nº1 e também do nº2. O primeiro Ato concedeu ao Executivo poderes especiais para cassar mandatos e suprimir direitos políticos, decretar estado de sítio sem aprovação parlamentar e para obrigar o Congresso a aprovar emendas constitucionais. O segundo Ato definiu o uso de eleições indiretas para presidente e ampliou os seus

[208] DROSDOFF, *Op. Cit.*, p. 20.
[209] DREIFUSS, *Op. Cit.*, p. 76.
[210] DROSDOFF, *Op. Cit.*, p. 22.
[211] FICO, Carlos. *Além do Golpe:* versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 72.
[212] DEL VECCHIO, 1992, p. 17.
[213] *Ibid.*, p. 17.
[214] GOULART, *Op. Cit.*, p. 39.

poderes, dissolveu todos os partidos que atuavam na época e instaurou o sistema bipartidário (de um lado, a Aliança Renovadora Nacional-ARENA; do outro, o Movimento Democrático Brasileiro-MDB), além de autorizar a intervenção nos cenários políticos estaduais, a demissão de funcionários que não se adequassem ao novo governo e a emissão de decretos relacionados à segurança nacional.[215]

Segundo Barros (1997), a existência desses primeiros Atos definia as principais características do golpe de 1964: a militarização do Estado brasileiro e a centralização do poder no Executivo[216]. A intenção era destruir qualquer instituição que pudesse representar e fortalecer os movimentos de oposição, como o estudantil e o dos trabalhadores[217] (esse último perseguido e enfraquecido após a queda do governo reformista de João Goulart).

A desarticulação dos trabalhadores, por meio do enfraquecimento dos sindicatos e a perseguição aos seus líderes, e a formatação do arranjo federativo de modo centralizado no executivo são inseparáveis das dinâmicas política e econômica do regime.[218]

O desmonte dos sindicatos trabalhistas e a repressão às reivindicações dos trabalhadores brasileiros devem ser apontadas como fatores decisivos do processo de acumulação capitalista que o país vislumbraria durante o regime militar. Indo mais além, a estrutura débil dos sindicatos auxiliou a manutenção do "milagre".[219]

O regime foi se desenvolvendo através de um movimento centralizador e com a progressiva destruição do legado populista. Isso demonstra que o projeto político e econômico da ditadura militar também precisava neutralizar os líderes políticos e a força dos seus governos estaduais, e, assim, o fez.[220]

Ressaltamos que a economia era a chave do funcionamento do regime militar, já que o seu projeto de país dependia de uma economia forte e estável. Com um rápido crescimento econômico, visando tornar o Brasil uma "grande potência", os militares conservariam não só o apoio dos empresários nacionais e das multinacionais, mas principalmente da classe média e dos recém-formados em universidades e cursos

---

[215] BARROS, Edgard Luiz de. *Os governos militares.* São Paulo: Contexto, 1997, p. 19-20.
[216] *Ibid.*, p. 20.
[217] GOULART, *Op. Cit.*, p. 39.
[218] *Ibid.*, p. 40-42.
[219] WEFFORT, Franciso. Os trabalhadores calados. Jornal *Opinião (RJ)*, edição nº 12, seção "A Semana", p. 5, 1973. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=123307&pesq=&pagfis=272. Acesso em: 10/03/2022.
[220] GOULART, *Op. Cit.*, p. 37-40.

técnicos que buscavam um emprego. Se a economia fosse mal, o futuro do governo era incerto.[221]

Assim, destacaremos as principais características do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), do governo militar de Castelo Branco (1964-1967); do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), do governo Costa e Silva (1968-1970); o *Metas e Bases* para a ação do governo e o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), do governo Médici (1970-1973).

2.2.1. Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG): 1964-1967

No contexto do desenvolvimentismo, o lucro é um alvo a ser alcançado pela empresa privada, com o apoio do Estado que faz uma intermediação importante no processo de acumulação do capital[222]. Isso ocorreu nos governos anteriores, especialmente no de Juscelino Kubistchek. Mas foi a partir do governo do general Castelo Branco (1964-1967) que a acumulação do capital ganhou ainda mais força e se consolidou.

Isso se tornou possível quando o governo Castelo lançou o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) em novembro de 1964. Esse Programa foi desenvolvido e apresentado por Roberto Campos e Otávio Bulhões, respectivamente, o Ministro do Planejamento e o Ministro da Fazenda do primeiro presidente. Na lógica econômica de Campos e Bulhões, o desenvolvimento econômico permitia a tolerância dos eventuais desajustes sociais, visto que era impossível desenvolver e distribuir simultaneamente[223]. Esse é um "método socialmente injusto, mas eficaz de promover a acumulação de capital".[224]

Essa característica de maximizar o progresso a qualquer custo, sem se importar com as perdas sociais, indicava quais seriam os objetivos do novo regime e deixava claro a sua oposição à política do governo deposto.

O principal objetivo do PAEG era solucionar as questões conjunturais, deixadas pelo governo Goulart: a altíssima inflação e o balanço de pagamentos. Apesar disso,

[221] DROSDOFF, *Op. Cit.*, p. 34.
[222] BEHRING, Elaine Rossetti. Octavio Ianni e a ditadura do grande capital. In: IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital.* São Paulo: Expressão Popular, 2019, p. 15.
[223] MORAES, Rafael. O governo Castello Branco e a federação das indústrias do estado de São Paulo: as bases do "milagre" (1964-1967). *Am. Lat. Hist. Econ.*, maio-agosto, 2016, p. 69.
[224] WEFFORT, *Op. Cit.*, edição nº 12, p. 5.

também tinha como objetivo a estruturação do Estado, para que se posicionasse como gestor do processo de desenvolvimento ao longo do regime.[225]

Nesse sentido, o que queremos salientar é que a ditadura militar, ao priorizar o processo de estatização, na verdade, priorizou uma atuação do Estado pelo capital monopolista, ou seja, ele atuou como "capital estatal" mediante um sistema financeiro público que assegurou infraestrutura ao capital internacional[226]. Foi assim que a política econômica do primeiro governo militar favoreceu o ingresso de capitais estrangeiros no país, sendo um dos seus pontos fundamentais[227] e uma das bases que sustentaram a recuperação da economia nacional e, dessa forma, levou ao crescimento dos "anos de ouro".

Voltando ao ponto da inflação, o PAEG estabeleceu os custos que deveriam ser reduzidos para conter o processo inflacionário que atingiu a marca de 90,5% em 1964[228]; essa era a prioridade explícita e enfática do governo Castelo.[229]

Os primeiros seriam os salários que tiveram uma perda real de 25% entre 1964 e 1966[230]; os últimos, as tarifas das empresas estatais e os rendimentos reais do setor financeiro[231]. O Programa tinha a pretensão de se mostrar neutro, porém, como se vê, os tecnocratas conservadores do regime não hesitaram em aplicar a sua orientação racional e totalmente eficiente[232] que, de certa forma, priorizou o empresariado nacional e internacional.

Disso decorreu um programa centrado, fundamentalmente, na contenção dos reajustes salariais dos trabalhadores[233]. Nos anos que se seguiram, os assalariados não obtiveram aumentos, porque foram criados impedimentos contra os direitos trabalhistas, como o arrocho salarial, a lei de greve, a eliminação da estabilidade e outros ataques à classe trabalhadora[234], o que tornou os primeiros anos da ditadura militar insuficientes para quem apoiara o golpe de 1964.

Esses ataques aos direitos dos trabalhadores foram inovações importantes naquele momento, visto que possibilitaram a elevação da produtividade, a modernização

---

[225] MORAES, *Op. Cit.*, p. 70.
[226] BEHRING, *Op. Cit.*, p. 20.
[227] IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital.* São Paulo: Expressão Popular, 2019, p. 31.
[228] MORAES, *Op. Cit.*, p. 72-73.
[229] MACARINI, José Pedro. *A política econômica da ditadura militar no limiar do "milagre" brasileiro:* 1967/69. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 99, set. 2000, p. 2.
[230] NAPOLITANO, *Op. Cit.*, p. 149.
[231] MORAES, *Op. Cit.*, p. 73.
[232] MACARINI, *Op. Cit.*, p. 2.
[233] *Ibid.*, p. 3.
[234] WEFFORT, *Op. Cit.*, edição nº 12, p. 5.

da economia e a contenção da inflação[235], ou seja, o plano de "modernização" econômica, compartilhado entre empresários, militares e capital multinacional, ganhou força e estabilidade com o governo Castelo.

Diante disso, é preciso ressaltar o fato de que

> [...] a representatividade dos sindicatos brasileiros nunca terá alcançado desde os anos 50 um nível tão baixo. Eles sempre foram insuficientes como mecanismo de representação dos trabalhadores, mas de qualquer modo puderam, no geral, garantir sempre um mínimo de eficácia que precisamente os transformava num instrumento de alguma utilidade. [...]. Depois de 1964, contudo, este estado de coisas parecer ter mudado radicalmente: as duas únicas greves industriais importantes havidas desde então parecem evidenciar que a estrutura sindical oficial já se encontra inteiramente falida [...]
>
> Numa situação como esta, em que os trabalhadores não contam com nenhum meio efetivo de expressão e, além disso, submetidos a uma rigorosa política de controle salarial, não é fácil encontrar motivos para considera-los satisfeitos [...][236]

Weffort observa que, durante o primeiro governo militar de Castelo (1964-1967), ocorreram processos históricos e políticos que produziram uma maior debilidade dos sindicatos. Portanto, após 1964, os sindicatos iniciaram a sua deterioração com a política econômica conduzida pelo ministro Roberto Campos.

Apesar dos sindicatos terem sido instituídos não para representar as reinvindicações econômicas dos trabalhadores e sim para fins de sustentação política do regime populista – de Vargas à Juscelino Kubitschek –, isto é, a sua liberdade nunca foi outra coisa que a liberdade de apoiar os governos, Castelo não apenas preservou a estrutura sindical – como instrumento do Estado –, como também reforçou o seu caráter repressivo.[237]

Ainda assim, o PAEG de Castelo não deixou de agir com relação às outras duas causas tradicionais da inflação brasileira: os déficits públicos e a expansão do crédito às empresas. Por conta disso, o Programa não incluiu só os trabalhadores assalariados – apesar de serem os mais prejudicados –, mas estabeleceu também duas importantes

[235] *Ibid.*, edição nº 12, p. 5.
[236] *Ibid.*, edição nº 12, p. 5.
[237] *Ibid.*, edição nº 12, p. 5.

linhas de ataque à inflação: combate ao déficit público e a revisão da política de crédito às empresas.[238]

Desse modo, foi o governo de Castelo Branco que tomou as medidas essenciais – elevar os impostos e controlar os salários dos trabalhadores com uma política de progressivo rebaixamento salarial[239] – para que o regime conseguisse atingir uma estabilidade econômica ao final do seu mandato.

Todavia, essa imagem e atitude "tecnocráticas" trouxeram a insatisfação dos segmentos sociais, tornando o governo Castelo impopular[240]. Isso porque, para a classe média e algumas frações da burguesia, o golpe de Estado que apoiaram representava não apenas o afastamento do comunismo, mas seria também a entrada imediata do Brasil no grupo das sociedades capitalistas de consumo, ou seja, à felicidade prometida pelo capitalismo.[241]

Apesar desse preço político, como sustenta Drosdoff (1986), deter a altíssima inflação do governo reformista de João Goulart era um dos objetivos básicos do golpe de 1964, e Castelo e sua equipe econômica conseguiram, por meio do "tratamento de choque", retardar essa inflação e, por isso, obteve um bom nível de estabilidade econômica.[242]

Afinal, as prioridades do primeiro governo militar eram estruturais, visto que, primeiro, era necessário remover os entraves do desenvolvimento capitalista e, para tanto, não poupou medidas. Castelo Branco e seus tecnocratas controlaram a inflação e conseguiram reorganizar institucionalmente o ambiente macroeconômico do Brasil.[243]

O gradual processo de concentração de poder posto pelos militares, a partir do governo Castelo, não foi um capricho da instituição militar[244] e "[...] se não há dúvida quanto à concentração de poder, isso só foi possível em razão de uma sólida aliança entre o comando militar e as elites civis"[245]. A formatação desse arranjo de força entre militares e civis foi, portanto, em razão da dinâmica da política econômica pensada e colocada em prática pela ditadura militar.

Tendo isso em mente, a concentração e centralização do capital – desejo das elites econômicas nacionais e de interesse do capital multinacional – são, segundo Behring (2019), instrumentos postos em prática pelo Estado, que mantém parte do

[238] DEL VECCHIO, *Op. Cit.*, p. 28.
[239] *Ibid.*, p. 14.
[240] DROSDOFF, *Op. Cit.*, p. 26.
[241] NAPOLITANO, *Op. Cit.*, p. 152.
[242] DROSDOFF, *Op. Cit.*, p. 36.
[243] NAPOLITANO, *Op. Cit.*, p. 152.
[244] GOULART, *Op. Cit.*, p. 27.
[245] GOULART, 2014, p. 38.

excedente no país visando a industrialização[246]. Assim, o governo Castelo Branco impulsionou, no Brasil, a articulação entre capital nacional, capital estrangeiro e a participação estatal direta e indireta[247], que foram essenciais para a formação da sociedade industrial capitalista que se veria nos anos 1970, porém, com a predominância do capital externo em relação ao nacional.

O governo que se iniciou após o golpe de 1964 seria apenas de "transição", para, em seguida, entregar novamente o poder a um civil que fosse capaz de dar sequência e concretizar o projeto de "modernização conservadora" pensado pelas elites econômicas, o capital multinacional e os militares. No entanto, o governo Castelo se estendeu e, ao longo do seu mandato, houve a crescente militarização do regime, a centralização do poder e a progressiva institucionalização do aparato repressivo[248] que se consolidaria no governo seguinte de Costa e Silva (1967-1969), com o AI-5.

Os rumos tomados pelo Estado brasileiro a partir do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), do presidente Costa e Silva, e da efetiva institucionalização da ditadura militar, levaram ao limiar do "milagre brasileiro".

2.2.2. Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED): 1968-1970

O governo do presidente Costa e Silva (1967-1969) se iniciou com um desafio: reorientar a política econômica deixada pela administração passada[249]. Apesar de necessário para uma certa estabilização econômica do país, o notável rigor do "tratamento de choque" de Castelo não foi bem visto pelos militares, uma vez que fez crescer a impopularidade do novo regime e não proporcionou, ao fim de seu mandato, um nível desejável de desenvolvimento econômico. Posto isto, o zelo ortodoxo do governo passado[250] foi deixado de lado e em seu lugar um "tratamento gradual" se encarregou de preparar a economia brasileira para o avanço econômico dos "anos dourados".

Com a chegada de um representante da "linha dura" ao poder, a intervenção militar na cena política brasileira tomou rumos mais duros. Enquanto Castelo era mais contido, Costa e Silva procurou desbancar os pudores castelistas[251] e tratou de

[246] BEHRING, *Op. Cit.*, p. 16.
[247] *Ibid.*, p. 16.
[248] FICO, *Op. Cit.*, p. 38.
[249] MACARINI, *Op. Cit.*, p. 3.
[250] *Ibid.*, p. 4.
[251] Após o golpe de 1964, os militares ficaram divididos em dois grupos: o "grupo da Sorbonne" ou "castelistas", associado ao general Castelo Branco; e o grupo da "linha dura", associado ao general Costa

progredir, a passos largos, com a institucionalização da repressão e da censura[252]. Para Goulart (2014), os militares que lideraram o golpe de 1964 cultivavam uma desconfiança quanto as elites civis, pois as enxergavam como incapazes de conduzir o processo de modernização no Brasil, não o levando à posição de potência mundial[253]. Assim, trataram de militarizar o regime, para conduzirem o processo de desenvolvimento, porém, preservando a aliança com as elites civis.

Nesse sentido,

> [...] Não por acaso, as medidas mais agudas de concentração de poder se situam nos governos Costa e Silva, Médici e Geisel (1967-1979). Estas não só foram as gestões mais 'duras' como concentram a agenda decisiva do regime: do endurecimento e os 'anos de chumbo', passando pelos louros e depois pelo rescaldo do 'milagre' até chegar à agenda da abertura e ao apogeu e crise do desenvolvimentismo, esses governos foram impelidos a fazer as escolhas estratégicas do regime [...][254]

Antes do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) ser colocado em prática no ano de 1968, o governo de Costa e Silva estabeleceu, em 1967, o "Diretrizes do governo", que, como o próprio nome sugere, definia diretrizes gerais para a ação do governo na área econômica e também social. Por meio dessas diretrizes, a nova administração elencou como prioridade a estabilização do crescimento industrial em torno de uma tendência de longo prazo, mas sem abandonar o objetivo da redução da inflação, visto que Antônio Delfim Netto e Hélio Beltrão, respectivamente, os novos Ministros da Fazenda e do Planejamento, também compartilhavam da percepção ortodoxa de que a inflação tem efeitos negativos para o desenvolvimento[255]. Segundo o Ministro Delfim,

---

e Silva. Enquanto os "castelistas" eram mais moderados, a "linha dura" apoiava medidas mais severas para eliminar a oposição aberta (DROSDOFF, 1986, p. 22-25).

[252] FICO, *Op. Cit.*, p. 73-75.

[253] GOULART, *Op. Cit.*, p. 28.

[254] GOULART, 2014, p. 38.

[255] MACARINI, *Op. Cit.*, p. 5.

> [...] Tanto o combate à inflação quanto a estabilização da produção industrial em torno de seu padrão normal de longo prazo apresentam-se, portanto, como pré-condições à retomada do desenvolvimento econômico. A política econômica executada em 1967 e a delineada para 1968 são calcadas nos objetivos de redução das taxas de inflação, estabilização do nível de atividade em torno de sua tendência de longo prazo e retomada do desenvolvimento acelerado [...][256]

Como podemos ver, o governo Costa e Silva claramente trouxe uma nova postura em relação à economia[257]. Tanto o combate à inflação, como ocorreu no governo Castelo, quanto a retomada do desenvolvimento econômico não seriam esquecidos, ou seja, a política econômica de então concentrou-se, da mesma maneira, nos dois pontos. Assim sendo, no lugar do "tratamento de choque" entrou o "gradualismo".[258]

O método gradualista tomou força após 1968, com o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) que foi elaborado sob a supervisão do Ministro do Planejamento Hélio Beltrão e implementado pelo Ministro da Fazenda Antônio Delfim Netto. Para Drosdoff (1986), o método de Delfim ficou marcado pelo "jeitinho brasileiro". O Ministro da Fazenda operava mensalmente a máquina do governo, com correção monetária e aumentos salariais, importação e exportação, subsídios, incentivos fiscais e investimentos estatais. Com Delfim, o país aprendeu a crescer enquanto convivia com a inflação.[259]

Essa política do "gradualismo" somada ao artifício da correção monetária fizeram de Delfim um dos mais poderosos e influentes civis no governo militar[260]. Ele conseguiu manter a economia crescendo ao mesmo tempo que diminuía as tensões trabalhistas por meio da correção monetária. Esse método elevava as taxas de juros, os rendimentos e os salários enquanto tentava acompanhar o ritmo da inflação, o que amenizava os seus efeitos.[261]

Foi dessa forma que Costa e Silva e sua nova direção econômica aumentaram a base popular do regime militar: aumentos salariais – que diferente do período Castelo Branco, levou a uma perda real de 15% entre 1967 e 1973[262] – e manutenção do

[256] DELFIM NETTO *apud* MACARINI, 2000, p. 6.
[257] *Ibid.*, p. 7.
[258] DROSDOFF, *Op. Cit.*, p. 37-40.
[259] *Ibid.*, p. 37-40.
[260] *Ibid.*, p. 26.
[261] *Ibid.*, p. 26.
[262] NAPOLITANO, *Op. Cit.*, p. 149.

crescimento econômico. Com uma maior popularidade, as chances de manter o poder na mão militar, por mais tempo, aumentavam.[263]

Aqueles anos de PED retardaram a inflação, mas não a pararam, por isso, essa necessidade de aprender a conviver com ela em todos os âmbitos da economia: salários, rendimentos, juros, impostos, entre outros[264]. Nesse sentido, Ianni (2019) observa um ponto que se tornou fundamental para a sequência da ditadura: o planejamento. "Planejar" passou a ser a palavra para o exercício do regime.[265]

O planejamento econômico da ditadura, feito pelos tecnocratas conservadores, levou a formulação de planos e programas mais consistentes que, em geral, eram colocados em prática[266], como o PED. O programa de Costa e Silva tornou o Estado ainda mais aberto à empresa privada, ou melhor, o poder estatal, enquanto instituição econômica e política, passou a efetuar uma função basilar na acumulação monopolista.[267]

Então, se desenhou ao longo do governo Castelo até ganhar força e se definir no governo Costa e Silva, a economia política do regime sob o lema "segurança e desenvolvimento"[268]. Como sustenta Ianni (2019), foi dessa forma que se definiu e consolidou "[...] o núcleo principal do planejamento econômico estatal: o Estado foi posto a serviço de uma política de favorecimento do capital imperialista, política essa que se assentou na superexploração da força de trabalho assalariado, na indústria e na agricultura".[269]

O Brasil conseguiu, assim, o que mais desejava: tornou-se um exemplo do "desenvolvimentismo" na América Latina. Delfim fez da elevada taxa de crescimento econômico o principal objetivo do país, sem dar tanta atenção à estabilidade monetária[270]. Ou seja, a principal meta era o desenvolvimento da economia, um desenvolvimento a qualquer custo ou, nesse caso, uma acumulação de capital a qualquer custo.

[263] *Ibid.*, p. 26.
[264] *Ibid.*, p. 37.
[265] IANNI, *Op. Cit.*, p. 28.
[266] *Ibid.*, p. 29.
[267] *Ibid.*, p. 34.
[268] *Ibid.*, p. 31.
[269] IANNI, 2019, p. 31-32.
[270] DROSDOFF, *Op. Cit.*, p. 37.

A política econômica militar funcionava, então, por meio do "fazer dinheiro com dinheiro", o que não contribui para um real desenvolvimento nacional, apenas eleva os números do PIB na mesma proporção que amplia a desigualdade no país.[271]

A política econômica foi ainda facilitada com a edição do Ato Institucional nº5, em 13 de dezembro de 1968, que finalmente institucionalizou a censura e a repressão no país. Barros (1997) destaca que o AI-5 foi "[...] a implantação acabada do totalitarismo estatal, o comando de todos os brasileiros [...], a ditadura sem qualquer disfarce [...]"[272]. Todos os setores da vida brasileira, sobretudo os trabalhadores e a imprensa, foram submetidos ao imperioso controle do governo, sem poder reagir ou esboçar qualquer crítica.[273]

O exposto acima é observado por Giannazi (2013) ao relacionar o comportamento autoritário e repressivo do regime militar com o processo de desenvolvimento econômico[274]. O componente que caracteriza o autoritarismo da ditadura é a aplicação na política brasileira dos conteúdos da Doutrina de Segurança Nacional[275]. Por isso,

> [...] A Doutrina de Segurança Nacional foi de grande importância no que se relacionava à expressão dos valores vigentes entre os militares brasileiros e seus aliados civis; inspirou e justificou o comportamento autoritário dos sucessivos governos castrenses, justificou como motivação de força maior, o processo de desenvolvimento econômico que privilegiava a acumulação capitalista à base da compressão salarial, em detrimento das contraprestações de benefícios sociais aos trabalhadores, e mais que tudo, favoreceu o capital estrangeiro estabelecido no país, promovendo a desnacionalização de boa parte da economia brasileira [...][276]

Por esse ângulo, observamos que o funcionamento da política econômica do regime fez "vítimas do progresso".

---

[271] BIONDI, Aloysio. Ou é ou não é. Jornal *Opinião (RJ)*, edição nº 3, seção "A Economia", p. 4, 1972. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=123307&pesq=&pagfis=56. Acesso em: 30/03/2022.
[272] BARROS, 1997, p. 42.
[273] *Ibid.*, p. 42.
[274] GIANNAZI, Carlos. *A doutrina de Segurança Nacional e o "milagre econômico" (1969/1973).* São Paulo: Cortez, 2013, p. 105.
[275] A Doutrina de Segurança Nacional surgiu em consequência da Guerra Fria. Durante esse período, os militares brasileiros passaram a frequentar cursos militares estadunidense e, assim, foram influenciados a proteger a nação dos "inimigos internos". Essa doutrina, que vira lei em 1968, com a publicação do decreto-lei nº 314/68, tinha como objetivo principal identificar e eliminar esses inimigos, ou seja, todos aqueles que questionavam e criticavam o regime estabelecido. Os comunistas eram os principais inimigos identificados pelo Estado (FERNANDES, 2009, p. 844-847).
[276] GIANNAZI, 2013, p. 105.

> [...] qualquer política econômica tem uma capacidade infinita de encobrir seus erros durante anos, e, às vezes, até mesmo de apresentar como méritos novos o que eram velhas aberrações. Não há reações, não há consequências. Nada é cobrado a ninguém. Há sempre tempo para remendos, ainda que pelo caminho fiquem os estropiados das Bolsas de Valores ou os mortos aos 30 anos das fazendas, os favelados ou os marginalizados da rede educacional, os falidos das pequenas empresas ou os desamparados do INPS – as vítimas do progresso [...][277]

Entre os anos 1968-1969, a ideia de um "modelo brasileiro de desenvolvimento"[278] tomou forma, tendo como base o lema "segurança e desenvolvimento". Esses foram os anos iniciais do "milagre econômico" da ditadura militar brasileira. Em vista disso, o governo Costa e Silva proporcionou ao Brasil a passagem em definitivo para uma sociedade industrial capitalista e, também, capitalista de consumo, o que revelava o "novo tempo" em que o país se encontrava após 1964, ou seja, a "modernização conservadora" idealizada pela aliança formada entre a elite civil nacional, os militares e o capital multinacional, havia levado o país a redefinição do processo de acumulação de capital, logo, estava atendendo aos interesses em pauta no momento do golpe.

Se Costa e Silva possibilitou a passagem para o fenômeno econômico e o que ele representava, coube a Médici (1969-1974) a tarefa de continuar o processo e conduzir o Brasil, ao longo dos "anos de ouro", ao posto de "potência", de país "grande". Sendo assim, veremos nos próximos tópicos o que foram e o que representaram os "anos milagrosos" do governo Médici para o Brasil.

2.3. O "milagre econômico" brasileiro e o governo Médici (1969-1973)

Como ressaltado, o fenômeno econômico denominado "milagre brasileiro" teve início ainda nos momentos finais do governo de Costa e Silva (1968 e 1969). Assim, a inflexão promovida em 1967-1968, com a predominância de uma orientação expansionista e o contexto de crescimento acelerado, pregados pela política econômica, tiveram continuidade sob o comando do Ministro Delfim Netto.[279]

[277] BIONDI, *Op. Cit.*, edição nº 3, p. 4.
[278] IANNI, *Op. Cit.*, p. 35.
[279] MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo Médici (1970-1973). *Nova Economia*_Belo Horizonte_15 (3)_53-92_setembro-dezembro de 2005, p. 54.

Ainda assim, como observa Macarini (2005), a *práxis* delfiniana da época de Costa e Silva, apesar de conservar a política macro, não se projetou da mesma forma sobre todo o período do "milagre", ou seja, ocorreu em 1969, por efeito da mudança de conjuntura política advinda da decretação do AI-5[280], uma nova inflexão da política econômica do regime militar. Portanto, Médici assumia o comando do país tendo no AI-5 um importante instrumento de poder, deixado pelo governo anterior, tanto para o plano político quanto para o plano econômico.

Médici, representante da "linha dura", foi escolhido pelo Alto Comando Militar com esse objetivo: prosseguir com as medidas instituídas pelo Ato, ou melhor, dar continuidade com a gestão autoritária interrompida com a morte de Costa e Silva[281]. Como sustenta Drosdoff (1986), Médici cumpriu essa tarefa ao ser o único presidente militar que manteve em vigor o truculento AI-5 durante todo o seu mandato (1969-1974)[282]. Dessa forma, no plano político, ele apertou ainda mais as leis de segurança nacional[283] - para livrar o país da "ameaça" comunista – ao reprimir movimentos políticos de esquerda (guerrilha, movimento estudantil, entre outros) e os trabalhadores, ao censurar os meios de comunicação e as criações artísticas; no plano econômico, ao elevar as taxas de crescimento econômico a qualquer custo, isto é, preservar os interesses do empresariado e da classe média, mesmo com a piora da distribuição de renda e, consequentemente, dos problemas sociais.[284]

Com isso, o "milagre" desponta na virada de 1969 para 1970: o método delfiniano adquiriu no governo Médici – o período mais duro e repressivo da ditadura – o estatuto de núcleo estratégico da política econômica, levando o Brasil a um impressionante expansionismo econômico, em curto prazo, nos anos 1972-1973[285]. Em função disso, foi a Médici que coube a fama de presidente do "milagre", de líder do rápido e ousado processo de desenvolvimento econômico que o país experimentou entre os anos de 1969 e 1973.

O termo "milagre" circunscreve-se ao desempenho macroeconômico do Brasil durante o governo Médici, posto que, na área social, não houve o mesmo nível de desenvolvimento[286]. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo que o governo elevou as

[280] *Ibid.*, p. 54.
[281] ARAUJO, Victor Leonardo de. A macroeconomia do governo Médici (1969-1974): uma contribuição ao debate sobre as causas do "milagre" econômico. *Economia Ensaios*, Uberlândia, 33(1): 41-70, Jul./Dez. 2018, p. 42.
[282] DROSDOFF, *Op. Cit.*, p. 32.
[283] *Ibid.*, p. 29.
[284] ARAUJO, *Op. Cit.*, p. 42.
[285] MACARINI, *Op. Cit.*, p. 54.
[286] ARAUJO, *Op. Cit.*, p. 42-43.

taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e proporcionou o consumo de massa – encostado em uma ampla difusão de crédito ao consumidor – aos segmentos altos e também médios da sociedade brasileira, ele extinguiu as greves dos trabalhadores, fechou sindicatos, perseguiu e reprimiu lideranças trabalhistas e, além disso, a renda no país se concentrou ainda mais nas camadas altas da sociedade, os assalariados de baixa renda e sem cursos de aperfeiçoamento perderam o poder de compra para a inflação[287] e o padrão de vida dos mais pobres piorou.[288]

Diante do exposto até o momento, nos anos Médici (1969-1974) houve quem viveu "anos de ouro", enquanto outros viviam "anos de chumbo" e de desigualdade.

A seguir abordaremos as políticas e os mecanismos econômicos empregados pelos tecnocratas do governo Médici para alavancar o processo de crescimento nacional iniciado no governo anterior. Essas observações nos permitirão especificar os artifícios dessa nova administração econômica – que tinha no Ministro Delfim Netto a sua principal liderança – do regime militar. Essa análise técnica é imprescindível para exibirmos os caminhos que levaram não só ao "milagre", como o mantiveram e abriram a perspectiva de um "Brasil Potência".

2.3.1. A política econômica do governo Médici (1970-1973)

Para entendermos o sucesso da política de desenvolvimento econômico do governo Médici, no período 1970-1973, precisamos ter em mente dois pontos: primeiro, o período 1964-1973 deve ser visto de forma unificada (o que buscamos elucidar ao longo do trabalho), porque, a partir da ruptura em 1964, há uma mudança no modelo de desenvolvimento econômico nacional, o que tornou a economia brasileira uma economia de mercado aberta ao exterior[289], além disso, possibilitou uma reorganização na concentração e centralização da renda no país.

Na ótica de Veloso, Villela e Giambiagi (2008), o período 1964-1967 (governo Castelo) ficou caracterizado por um "esforço de restauração", diante do descontrole

[287] DROSDOFF, *Op. Cit.*, p. 31.
[288] ARAUJO, *Op. Cit.*, p. 42-43.
[289] VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André e GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. *Rev. Bras. Econ.*, Jun 2008, vol.62, no.2, p.221-246. ISSN 0034-7140, p. 223.

econômico da gestão João Goulart[290]. O PAEG, portanto, criou as condições para a retomada do crescimento econômico a partir do próximo governo.[291]

O governo Costa e Silva (1967-1969) herdou, então, um Estado com o ambiente macroeconômico reorganizado e com maior estabilidade financeira, desse modo, com predisposição para iniciar um processo de crescimento econômico. A política macro de Costa e Silva, dirigida pelo Ministro Delfim Netto, levou ao limiar do "milagre", sendo conservada, porém, intensificada após o AI-5, pelo mesmo Ministro no governo de Médici (1969-1974).[292]

Segundo e não menos importante, o ambiente externo completamente favorável[293], isto é, a economia internacional estava em larga expansão, por isso, as multinacionais buscavam por nações abertas e receptivas ao capital estrangeiro. O Brasil, durante a década de 1970, se tornou um dos países mais abertos – se não o mais aberto –, no mundo, ao capital multinacional.

Juntam-se agora, aos dois pontos expostos acima, as políticas econômicas do período 1969-1973, especialmente o Metas e Bases para a ação do governo e o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), do governo Médici.

Foram essas as condições oferecidas e o caminho percorrido pelo regime militar brasileiro até o ápice do seu processo de desenvolvimento econômico: o "milagre econômico". Tal fenômeno foi um resultado satisfatório para a coalizão direitista[294], visto que o "milagre" representou a concretização da "modernização conservadora" no Brasil e a entrada do país, em definitivo, ao grupo das sociedades industriais capitalistas.

Metas e Bases para a ação do governo

O programa Metas e Bases[295] foi lançado em outubro de 1970 e substituía, no papel, o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) do governo Costa e Silva –

[290] No último ano de governo do presidente João Goulart, 1963, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu apenas 0,6%, enquanto a inflação bateu 75,4%. Esses números negativos na economia colaboraram com a queda do regime democrático em 1964 (MORAES, 2016, p. 87).
[291] VELOSO; VILLELA e GIAMBIAGI, *Op. Cit.*, p. 223.
[292] ARAUJO, *Op. Cit.*, p. 41.
[293] VELOSO; VILLELA e GIAMBIAGI, *Op. Cit.*, p. 222.
[294] MOTTA, *Op. Cit.*, p. 65.
[295] O Metas e Bases foi um sucedâneo do I PND que ainda demoraria a sair. O que caracterizava esse programa, segundo Del Vecchio (1992, p. 89-91), era o tom de continuidade em relação ao PED e à gestão anterior – liderada pelo Ministro da Fazenda Delfim Netto. O programa destacava a intenção do terceiro governo militar em manter, de maneira geral, a política econômica do período Costa e Silva. Ele ainda corporificava a imagem de "país grande" que vinha sendo construída, desde 1969, por meio de uma campanha de comunicação social (DEL VECCHIO, 1992, p. 91).

que havia continuado durante o começo do governo Médici. Ele foi apresentado em um momento que o país experimentava um rápido processo de crescimento econômico, uma vez que, por meio do AI-5, as medidas econômicas advindas das diretrizes do PED e orientadas pela equipe do governo Médici tiveram o seu caminho aberto, ou melhor, as questões relacionadas a economia não precisavam mais ser avaliadas pelo Congresso e passaram a ser resolvidas diretamente entre o Executivo – auxiliado pelos tecnocratas oficiais – e os grupos econômicos interessados no desenvolvimento brasileiro.[296]

Assim, o Ato nº5 possibilitou a completa ação do governo na economia, buscando acelerar o crescimento econômico[297]. Essa foi a prioridade máxima do Metas e Bases: continuar à aceleração da taxa de crescimento nacional. Apesar do programa conter uma preocupação oficial com a injusta distribuição de renda, identificada como um dos grandes problemas do país, ele descartava qualquer possibilidade de redistribuição da renda que sacrificasse a incessante busca pelas altas taxas de crescimento.[298]

O programa partia, então, da hipótese de que o Brasil deveria sustentar uma taxa de crescimento de 9% ao ano, o que era muito ambicioso ao se comparar com a taxa real de 6% a 7% perseguidos e alcançados pelo PED[299]. Para isso, havia um aspecto importante que diferia o Metas e Bases do PED: o tratamento estatal proposto ao capital privado nacional. Tanto um como o outro programa, detectaram a fragilidade da empresa privada nacional em relação às estatais e às empresas multinacionais, mas, foi o Metas e Bases que propôs uma política específica para à superação dessa disparidade.[300]

Dessa maneira, a participação do capital privado nacional cresceu e foi de muita importância para o impulso da economia[301]. Giannazi (2013) ressalta a necessidade de, num país como o Brasil – capitalista subdesenvolvido –, ocorrer o investimento estatal, visto que é uma necessidade para o crescimento e a diversificação da economia nacional, apesar do capital externo ser o maior favorecido.[302]

Para a continuação do pleno funcionamento da economia brasileira, crescia, cada vez mais, a participação das estatais, formando junto com as multinacionais e com o

[296] DEL VECCHIO, *Op. Cit.*, p. 87.
[297] *Ibid.*, p. 88.
[298] MACARINI, *Op. Cit.*, p. 71.
[299] GIANNAZI, *Op. Cit.*, p. 180; MACARINI, *Op. Cit.*, p. 12.
[300] DEL VECCHIO, *Op. Cit.*, p. 92.
[301] GIANNAZI, *Op. Cit.*, p. 180-181.
[302] *Ibid.*, p. 181.

próprio capital privado nacional o tripé que manteve o desempenho da economia no decorrer do regime militar brasileiro.[303]

Cabe salientar mais dois aspectos do Metas e Bases que, segundo Del Vecchio (1992), foram fundamentais para a aceleração do desenvolvimento. O primeiro é o grande investimento público na área de infraestrutura econômica, como em energia, transportes e comunicações. O segundo é o investimento na agricultura que possibilitou a diversificação das exportações brasileiras de origem agrícola.[304]

Em relação à agricultura, observamos que a orientação da política econômica de Médici teve como base de apoio o "modelo agrícola-exportador" do Ministro Delfim Netto. Esse modelo visava um aumento considerável da produção agrícola e, com isso, o aumento das exportações, o que motivava uma rápida ampliação do mercado interno e também levava a expansão do setor industrial.[305]

A seguir, aprofundaremos um pouco mais sobre os investimentos públicos na área de infraestrutura e acerca do "modelo agrícola-exportador" de Delfim Netto, que ganharam ainda mais destaque com a edição do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). Tal plano materializava o desejo do regime em construir um "Brasil Potência".

I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND)

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) foi divulgado pelo governo federal, com cerca de um ano de atraso, em dezembro de 1971. No I PND haviam pontos que foram sugeridos no Metas e Bases, cabendo ao novo plano retoma-los e desenvolve-los.[306]

Os anos 1970-1971 foram muito convincentes, com uma "[...] distribuição generosa de incentivos (à agricultura, aos exportadores, à indústria, aos bancos); colheita farta de crescimento econômico (incluindo, em 1971, a longamente aguardada supersafra agrícola), inflação estabilizada, aumento progressivo das reservas internacionais [...]."[307]

Dessa maneira, o período de aplicação do I PND corresponde aos anos de maior "brilho" do "milagre brasileiro": 1972-1973. Isso porque, nesses dois anos, houve a combinação da conjuntura econômica internacional favorável com uma conjuntura

[303] *Ibid.*, p. 182.
[304] DEL VECCHIO, *Op. Cit.*, p. 92-93.
[305] MACARINI, *Op. Cit.*, p. 61.
[306] DEL VECCHIO, *Op. Cit.*, p. 95.
[307] MACARINI, 2005, p. 77.

nacional em intenso crescimento[308], como visto acima. Para o economista Macarini (2005), pode-se considerar esse subperíodo como uma nova fase – final – da política econômica do "milagre".[309]

Araujo (2018) afirma que se a política macroeconômica havia sido, até então, bem sucedida ao reduzir a capacidade ociosa, nesse momento a expansão dessa capacidade seria imprescindível para a manutenção das taxas de crescimento[310]. Assim, a inovação na área tecnológica visando o aumento da produtividade e competividade internacional constituía as diretrizes do I PND.

O Plano visava investir em pesquisa nas áreas de energia elétrica, comunicações, siderurgia, pesquisa mineral, entre outros[311], ou seja, queria aperfeiçoar e consolidar a infraestrutura econômica para a produção industrial e, preferencialmente, para o estímulo do setor agropecuário. O estímulo à agropecuária partia daquilo que Macarini (2005) caracterizou como modelo "agrícola-exportador" do Ministro Delfim Netto.

Delfim sabia que o mercado interno tinha dimensões limitadas para um desenvolvimento que se amparasse nele, por isso que o setor externo era a saída capaz de equilibrar o processo. Para tanto, essa demanda passou a exercer um papel de protagonismo no modelo brasileiro de desenvolvimento. O estímulo às exportações era a chave para o equilíbrio do crescimento e, de preferência, o incentivo às exportações do setor agropecuário[312]. A indústria continuou recebendo os incentivos estatais, mas, agora, esses também eram compartilhados com o campo.

A estratégia de Delfim parecia uma aposta ousada e arriscada para o crescimento nacional, visto que ele estava sugerindo uma rejeição às políticas do passado, ou seja, ele ofereceu ao regime militar um modelo econômico "novo" que demonstrava uma ruptura com os ideais do pré-1964. Tratava-se, portanto, de um movimento que colocava a agricultura no centro do processo[313] e não mais a indústria. Apesar de, num primeiro momento, ter sido taxada de arriscada, posteriormente essa suposição foi negada, pois o crescimento econômico acelerado aconteceu.[314]

A centralização da agricultura no processo e a expansão das exportações de seus produtos teve a função de criar as condições para uma forte expansão industrial[315]. Porém, assentadas nos incentivos estatais, prevaleceu a expansão das indústrias

[308] *Ibid.*, p. 77.
[309] *Ibid.*, p. 77.
[310] ARAUJO, *Op. Cit.*, p. 44.
[311] *Ibid.*, p. 44-45.
[312] *Ibid.*, p. 45.
[313] MACARINI, *Op. Cit.*, p. 63-67.
[314] *Ibid.*, p. 67.
[315] *Ibid.*, p. 65.

estrangeiras, uma vez que a política industrial proposta por Delfim continha objetivos que, ao mesmo tempo que buscava o fortalecimento da empresa industrial privada nacional, a deixava, na disputa pelo mercado interno, exposta a uma desequilibrada concorrência com seus similares estrangeiros.[316]

Na visão de Del Vecchio (1992), o I PND pregava a equiparação entre o capital nacional e o capital estrangeiro, no entanto, ocorria um descaso com a empresa industrial brasileira[317]. Essa política industrial era, para o segmento nacional, um fator de desestímulo ao seu desenvolvimento, apesar de não causar um retrocesso tecnológico.[318]

O Plano não causava retrocesso tecnológico, mas as suas frequentes colocações subordinavam o fortalecimento da empresa industrial nacional às políticas de metas para o crescimento econômico acelerado, isso quer dizer que buscavam um crescimento a qualquer custo, ou seja, independentemente da origem da tecnologia para o aumento da produção industrial, o I PND visava assegurar um fluxo tecnológico necessário à conservação das altas taxas de crescimento do "milagre".[319]

Dito isso, houve isenções fiscais e tarifas reduzidas para beneficiar diretamente as importações de equipamentos industriais. Isso levou a um aumento das importações em relação ao volume das exportações. Além disso, apesar do contexto internacional ser favorável às exportações brasileiras, o Estado proporcionava ainda mais facilidades para os compradores dos seus produtos, nesse caso, o sistema de minidesvalorizações cambiais que barateavam o produto nacional e facilitavam o cálculo dos compradores[320]. Como pontua Drosdoff (1986), essas minidesvalorizações eram realizadas a cada mês, geralmente de menos de 2%, com o intuito de alavancar as exportações e evitar que os exportadores segurassem o produto por muito tempo.[321]

Esses artifícios, descritos acima, deixaram a balança comercial do período um pouco negativa, mesmo que a liquidez daqueles anos estivesse permitindo o financiamento do déficit. Todavia, com o passar dos meses e o aumento do processo, a dívida externa que era de US$ 4,5 bilhões em 1966, cresceu gradativamente, e chegou à US$ 12,6 bilhões em 1973.[322]

---

[316] DEL VECCHIO, *Op. Cit.*, p. 107-108.
[317] *Ibid.*, p. 107-108.
[318] *Ibid.*, p. 108.
[319] *Ibid.*, p. 109.
[320] GIANNAZI, *Op. Cit.*, p. 187-188.
[321] DROSDOFF, *Op. Cit.*, p. 37.
[322] GIANNAZI, *Op. Cit.*, p. 187-188.

Para Araujo (2018), a expansão do endividamento externo durante o mandato de Médici pode ser caracterizada como uma forma de "crescimento com endividamento"[323]. O rápido crescimento econômico brasileiro daqueles anos era dependente do capital internacional e, logo, do endividamento do país. Esse mecanismo tornou-se eficaz para elevar as taxas de crescimento, porque, na medida em que ocorria o aumento do endividamento externo, automaticamente as divisas internacionais também aumentavam, o que era essencial para o financiamento do processo de industrialização nacional.[324]

Apesar das condições internas que visavam prover as necessidades tecnológicas e também de financiamento do setor produtivo – levando aos déficits –, a natureza desse endividamento externo decorria essencialmente das condições impostas pelos mercados financeiros internacionais, como as taxas e os prazos.[325]

Ao fim do governo Médici, o PIB havia crescido em média 11,9% ao ano; a indústria atingiu um crescimento de 13% ao ano; a inflação caiu sistematicamente, chegando a atingir 15% no último ano de governo, algo espantoso se comparado com a década passada que chegou a superar os 90%[326]. Ademais, esse período ficou caracterizado por uma grande expansão real da moeda e do crédito, esse último foi direcionado para as classes alta e média, e, principalmente, para o setor privado.[327]

2.4. O "milagre" de produtividade: o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro como instrumento dos interesses industriais capitalistas

Após tratarmos a respeito das políticas e dos dispositivos econômicos, empregados pelo governo Médici e os seus tecnocratas conservadores, para alcançar as altas taxas de crescimento econômico perseguidas pelo regime militar, ou seja, o caminho trilhado pelos militares até o "milagre", analisaremos como esse modelo de desenvolvimento econômico da ditadura serviu aos interesses da coalizão direitista[328] que rompeu, em 1964, com o regime liberal democrático populista. Nesse sentido, trata-se de apresentar a efetivação da "modernização conservadora" no país, tendo o "milagre" como representação das suas conquistas.

[323] ARAUJO, *Op. Cit.*, p. 58.
[324] *Ibid.*, p. 58.
[325] *Ibid.*, p. 58-59.
[326] *Ibid.*, p. 46.
[327] VELOSO; VILLELA e GIAMBIAGI, *Op. Cit.*, p. 226.
[328] MOTTA, *Op. Cit.*, p. 65.

Em contrapartida, em nossa análise, ao mesmo tempo que o "milagre" consistiu, para o regime militar e para os interesses econômicos, em um avanço do Brasil ao desenvolvimento industrial capitalista – criando-se a imagem de "país do futuro" –, o fenômeno não atendeu, de modo efetivo, as carências do outro lado: a grande massa de brasileiros assalariados.

Com base nisso, uma dimensão importantíssima do "milagre" – pensando no alto nível de crescimento econômico que ele representou – é o fato dele ter sido determinado, sobretudo, pelo crescimento da produtividade total. Isso significa que o rápido avanço econômico brasileiro daqueles anos foi um "milagre" de produtividade.[329]

O "milagre brasileiro" pode ser considerado um "milagre" de produtividade se pensarmos que a ditadura militar submeteu grande parte da sociedade civil, em especial os trabalhadores industriais, às condições de eficiência necessárias para as altas taxas de produtividade.[330]

Para isso, o regime militar adotou uma política de aniquilamento das conquistas políticas e econômicas que a classe operária e também os trabalhadores rurais haviam conseguido antes do golpe de 1964[331], além da militarização do trabalho e das relações de produção – algo ainda inédito para os operários. Dessa forma, por meio, de mecanismos de disciplina e hierarquia – características da instituição militar – dentro do ambiente de trabalho, ocorreu a melhora da eficácia, reduziu-se a capacidade ociosa e a produtividade também foi melhorada.[332]

O resultado foi a desejada dinamização das forças produtivas e relações de produção, o que beneficiou a economia política da ditadura[333] e, mais do que isso, os interesses econômicos nacionais e, singularmente, internacionais.

A submissão dessa parcela da sociedade levou a uma política de superexploração do operário e que, segundo Ianni (2019), caracterizou o desenvolvimento da "modernização" do processo produtivo fabril[334]. Nessa perspectiva, a coerção foi importante e necessária para o progresso daqueles anos, ou seja, a repressão às reivindicações sociais dos trabalhadores em favor da promoção do grande capital.[335]

[329] VELOSO; VILLELA e GIAMBIAGI, *Op. Cit.*, p. 225.
[330] IANNI, *Op. Cit.*, p. 269.
[331] *Ibid.*, p. 269.
[332] *Ibid.*, p. 265.
[333] *Ibid.*, p. 265.
[334] *Ibid.*, p. 265.
[335] SILVA, *Op. Cit.*, p. 67.

Por conseguinte, os interesses nacionais eram colocados à prova em relação aos interesses estrangeiros. Isso, porque, além dos trabalhadores explorados que perdiam cada vez mais poder aquisitivo, os órgãos estatais/nacionais, encarregados de controlar a área cambial, estavam decidindo sobre as remessas de lucros em favor das empresas internacionais, visto que os lucros dessas companhias aumentavam de forma progressiva.[336]

Por esse ângulo, concluímos que o autoritarismo governamental foi um elemento vital para que o modelo de desenvolvimento econômico do regime militar funcionasse plenamente[337]. Com o autoritarismo, a política econômica é, ao mesmo tempo, burocratizada e privatizada, e, dessa forma, o Estado se torna a instância mediadora, assegurando a dominação e os interesses burgueses, e, por meio do recurso à coerção, exclui os setores populares do jogo político.[338]

Isso quer dizer que o Estado contou com um planejamento político em sentido regressivo, ou seja, a exclusão das classes populares de qualquer possibilidade de participação no bloco de poder representa o enfraquecimento das instituições democráticas.[339]

Sendo assim, houve a combinação bem-sucedida da centralização política e do endurecimento político com a dinâmica produtiva e econômica do regime militar, levando ao êxito econômico do período do "milagre".[340]

O fenômeno econômico "milagre brasileiro" não foi, portanto, acompanhado de melhorias sociais, de melhores salários e nem de serviços públicos para atendimento dos trabalhadores. O que se viu foi a rígida compressão salarial, elemento fundamental da acumulação capitalista e fator para a decisiva mobilização do capital nacional e internacional.[341]

Assim, o Brasil, como muitos outros países em desenvolvimento, adotou uma política econômica "entreguista" para desenvolver-se. Enquanto algumas nações, ao longo do século XX, fechavam-se ao capital estrangeiro e erguiam barreiras contra o

---

[336] BIONDI, Aloysio. A sabedoria cabocla. Jornal *Opinião (RJ)*, edição nº 2, seção "A Economia", p. 4, 1972. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=123307&pagfis=32. Acesso em: 20/05/2022.
[337] GIANNAZI, *Op. Cit.*, p. 13.
[338] VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. *A administração do Milagre:* o Conselho Monetário Nacional 1964-1974. Petrópolis: Editora Vozes, 1987, p. 35.
[339] DEL VECCHIO, *Op. Cit.*, p. 11.
[340] GOULART, *Op. Cit.*, p. 42.
[341] GIANNAZI, *Op. Cit.*, p. 13.

comércio externo, o que levava a um saudável balanço de pagamentos, o Brasil abria-se.[342]

O Japão é um exemplo desses países que, no decorrer do século passado, trancou seu mercado, investiu no seu desenvolvimento tecnológico – um dos grandes motivos para o sucesso – e trabalhou pelos seus próprios interesses, inclusive da sua população.[343]

Os tecnocratas do governo brasileiro utilizavam o modelo de desenvolvimento japonês como exemplo para justificar o modelo brasileiro. Porém, "quantas mentiras são ditas diariamente sobre o chamado 'milagre japonês', seja por desinformação ou conveniência? Tantas quantas se costuma dizer sobre qualquer outro fenômeno econômico?"[344]

Esses questionamentos, além de fazerem referência direta ao "milagre japonês", levam a pensar, indiretamente, no fenômeno econômico brasileiro que ocorria naquele tempo, isto é, há o esforço em comparar os dois[345]. De fato, o "milagre brasileiro" precisa de uma análise lúcida que observe que o país se entregou a uma política econômica que, apesar da modernização no setor industrial e econômico e do considerável aumento da produtividade, é exatamente oposta ao do Japão.[346]

Se fossemos comparar o "milagre" da ditadura brasileira com o caso japonês, teríamos que salientar, acima de tudo, os diferentes resultados sociais alcançados por cada um, uma vez que, no Japão, ao contrário do Brasil, a expansão econômica foi acompanhada de melhorias nos indicativos sociais.[347]

Por meio do exposto até o momento, constatamos que

> [...] um regime autoritário, mesmo sendo desmobilizador, pode possuir uma orientação transformadora da sociedade, ainda que limitada e, basicamente, conservadora. Transformadora porque atua no sentido de promover a modernização material do país, notadamente no campo da economia e das distintas tecnologias, como as comunicações, transportes e outros setores. Conservadora porque não se preocupa em criar melhorias sociais, a começar das restrições que impõe à melhor redistribuição de renda [...][348]

---

[342] BIONDI, Aloysio. O sorriso amarelo. Jornal *Opinião (RJ)*, edição nº 1, seção "A Economia", p. 7, 1972. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=123307&pagfis=11. Acesso em: 27/05/2022.
[343] *Ibid.*, edição nº 1, p. 7.
[344] *Ibid.*, edição nº 1, p. 7.
[345] O artigo do jornalista Aloysio Biondi é de novembro de 1972, auge do "milagre brasileiro".
[346] BIONDI, *Op. Cit.*, edição nº 1, p. 7.
[347] MOTTA, *Op. Cit.*, p. 223.
[348] GIANNAZI, 2013, p. 63.

Os anos eufóricos do "milagre econômico", em especial 1972-1973, representam a modernização dos modos de produção nacional, da sua infraestrutura e, logo, a modernização material do país como um todo, visto que o Brasil passava por uma visível transformação e almejava se tornar uma "potência".[349]

A "modernização conservadora" deixava a grande maioria da população de lado e, na sua lógica, era a ampliação do investimento estatal nos setores produtivos de infraestrutura e bens de capital[350], o que aumentou a renda das classes altas e expandiu numericamente as classes médias – consequentemente, favoreceu o capital estrangeiro. Para o sistema econômico conservador, a melhora desses dois segmentos era o que bastava. Dessa maneira, o dinamismo econômico no Brasil conviveu com a extrema concentração de renda.[351]

Para poder administrar esse processo o Estado contou, na área econômica, com o suporte imprescindível de um órgão comandado pelo Ministro Delfim Netto, o Conselho Monetário Nacional (CMN). Tal Conselho era consistido por Ministros, com recursos abundantes e manobráveis, onde Delfim, os outros Ministros – das principais áreas –, banqueiros, empresários e representantes do primeiro escalão da administração federal, deliberavam acerca dos recursos e das prioridades de investimentos.[352]

Dessa forma, o aparelho administrativo do Estado era

> [...] incumbido da formulação e gestão das políticas econômicas e social, unificado por um órgão colegiado (o CMN, Conselho Monetário Nacional) sob o comando de Delfim Netto. O CMN era um "*locus* privilegiado de barganha e negociação, onde as demandas das diversas frações de capital eram filtradas, hierarquizadas e diferencialmente contempladas pela política estatal" [...][353]

Como sustenta Vianna (1987), coube a esse Conselho a tarefa de realizar a rápida transferência de recursos, de acordo com as necessidades regionais e setoriais do país. Essa velocidade era o que distinguia este órgão de todos os outros, visto que se tinha, conjuntamente, a decisão e a execução combinadas.[354]

Sob a regência de Delfim Netto, entre 1969 e 1974, o CMN foi tanto uma agência governamental de coordenação econômica quanto de intermediação vertical de interesses. O Conselho desempenhava esse duplo papel para subordinar programas

[349] IANNI, *Op. Cit.*, p. 37-38.
[350] GIANNAZI, *Op. Cit.*, p. 199-200.
[351] *Ibid.*, p. 192-193.
[352] VIANNA, *Op. Cit.*, p. 124.
[353] MARINELI, 2017, p. 206.
[354] VIANNA, *Op. Cit.*, p. 128-129.

setoriais a um determinado padrão de acumulação e, com isso, fortalecer certos interesses em detrimento de outros. O Estado pôde, assim, administrar a execução do "milagre", isto é, o processo de acumulação de capital.[355]

Em síntese, tivemos a transição para um novo padrão de industrialização – uma "modernização" no setor produtivo e nas relações de produção –, logo, um novo padrão de acumulação capitalista veio à luz. O poder estatal e os seus representantes – órgãos, instituições, tecnocratas, ministros, entre outros – estiveram presentes em todo o processo e conduziram o crescimento econômico daqueles anos, intercedendo, administrando, reprimindo e criando um consenso político e social em volta do desenvolvimento acelerado.[356]

Outro ponto que precisa ser discutido é a importância da figura do Ministro Antônio Delfim Netto para o modelo de desenvolvimento econômico daqueles anos; já que, durante muito tempo, ele concentrou enormes poderes na direção da economia, sendo, então, considerado o dirigente máximo de todo o sistema econômico do governo militar[357]. Mais do que isso, observamos que era Delfim quem fazia a intermediação política, entre os civis (empresários) e os militares, para o funcionamento da economia nacional, o que mostra a sua credibilidade e eficiência perante o regime.

2.5. O papel do Ministro Delfim Netto para o sucesso econômico do regime militar

A ditadura militar brasileira (1964-1985) acabou com qualquer possibilidade de projetos alternativos para o Brasil – como era o Plano Trienal do economista Celso Furtado – e, por isso, os únicos que tiveram espaço para expor as suas ideias foram aqueles que estavam de acordo com as bases políticas e sociais do regime.[358]

Nesse sentido, surgiu um novo agente no contexto político brasileiro: o tecnocrata[359]. Esse personagem aceitou os métodos burocráticos e autoritários do sistema econômico ditatorial e, a partir disso, auxiliou no processo de acumulação capitalista, logo, passou a administrar o desenvolvimento no Brasil[360]. O Ministro da Fazenda – nos governos Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974) –, Antônio

[355] *Ibid.*, p. 178-179.
[356] MARINELI, Felipe. *O pensamento de Antônio Delfim Netto e o milagre econômico brasileiro (1968-73).* Dissertação de mestrado em História Econômica – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017, p. 19.
[357] VIANNA, *Op. Cit.*, p. 176.
[358] MARINELI, *Op. Cit.*, p. 17-18.
[359] Em nossa perspectiva, trata-se de um alto funcionário que busca apenas soluções técnicas ou racionais para os problemas, sem levar em consideração aspectos humanos e sociais.
[360] MARINELI, *Op. Cit.*, p. 18.

Delfim Netto, foi, segundo Marineli (2017), o tipo-ideal de tecnocrata para o Brasil[361], criando as condições, no setor econômico, para que o projeto político do regime militar se estabilizasse.[362]

Para Delfim, a existência do governo militar era necessária devido à ausência, no regime anterior, de um processo interno significativo de acumulação de capital[363]. Por isso que

> [...] O projeto nacional da ditadura se arrogou a encarnação daquilo que a burguesia nacional não foi capaz de fazer por si só: a acumulação em níveis suficientes para a autopropulsão do processo de desenvolvimento e a integração do setor industrial com o setor financeiro, passos importantes para sua efetivação como classe social [...][364]

Tanto para o regime militar, quanto para Delfim, o objetivo era o da "modernização", ou melhor, a incrementação de altas taxas de acumulação de capital por meio da "retração relativa do consumo, da abertura ao mercado externo e do maior controle sobre a classe trabalhadora e sobre o processo de trabalho [...]".[365]

Tendo em mente as características descritas acima, o próprio Delfim entendia como primordial a institucionalização de mecanismos e condições que facilitassem o desenvolvimento econômico. Por isso que, a partir de 1968, a ditadura buscou "limpar" o caminho para que os projetos econômicos do então Ministro pudessem ser postos em prática.[366]

O Ato Institucional nº5 foi, portanto, criado com esse objetivo: facilitar as atividades e decisões autoritárias do regime, além de conter a contestação da sociedade civil em relação ao processo de desenvolvimento em curso. Com a coação política e os meios de decisão nas mãos, o Ministro Delfim Netto transformou fins políticos em termos do projeto econômico[367]. Segundo Giannazi (2013), Delfim Netto afirmou que, com esse Ato, aproveitaria para fazer tudo o que precisava do ponto de vista econômico.[368]

---

[361] *Ibid.*, p. 18.
[362] *Ibid.*, p. 238-239.
[363] *Ibid.*, p. 241.
[364] MARINELI, 2017, p. 241.
[365] MARINELI, 2017, p. 248.
[366] *Ibid.*, p. 249-250.
[367] *Ibid.*, p. 249-250.
[368] GIANNAZI, *Op. Cit.*, p. 178.

Por esse ângulo, durante o período, ocorreu a implantação de um novo tipo de Estado e que, na concepção de Vianna (1987), era "[...] mais abrangente, dinâmico, penetrante, repressivo, burocratizado, tecnocrático e estreitamente vinculado ao capital internacional"[369]. O Estado BA (Estado Burocrático-Autoritário)[370] atendeu à necessidade do regime em eliminar os entraves, os perigos que ameaçavam a continuidade da reprodução capitalista.[371]

Foi, então, uma solução política para as questões socioeconômicas, ou seja, a necessidade das classes dominantes em afastar o restante da sociedade como garantia da conservação e expansão dos seus interesses[372]. Para tanto, as mudanças no sistema econômico – dirigido por Delfim e os outros participantes do CMN (Conselho Monetário Nacional) – representaram "[...] um alto grau de integração vertical e de concentração da indústria e da estrutura produtiva em geral, orientadas em benefício de grandes organizações [...]".[373]

O projeto que Delfim representava viabilizou-se exatamente por não ser democrático e não tolerar modificações que afetassem os interesses econômicos defendidos por ele.[374]

Segundo Delfim,

> [...] o desenvolvimento econômico [é] exatamente a mesma coisa que aumento de produtividade da mão-de-obra". [...] o que importa são os fatores que influem nessa produtividade, cujo elemento mais fundamental é a "quantidade de capital associada a cada elemento da mão-de-obra", que se associa a melhorias tecnológicas que têm de ser assimiladas pelo trabalhador através de "todo um processo educacional, toda uma nova forma de produzir" [...] [375]

Em suma, com esses mecanismos, a taxa de acumulação de capital se elevaria e seria maior que o crescimento da população economicamente ativa, logo, o desenvolvimento, na concepção delfiniana, se realizaria[376]. O acelerado crescimento econômico é, assim, resultado das ideias do economista Delfim Netto que soube administrar o processo conjuntamente com empresários, militares (o Estado), capital estrangeiro e outros tecnocratas do governo.

---

[369] VIANNA, 1987, p. 81.
[370] *Ibid.*, p. 80.
[371] *Ibid.*, p. 80-81.
[372] *Ibid.*, p. 81.
[373] VIANNA, 1987, p. 80-81.
[374] MARINELI, *Op. Cit.*, p. 249.
[375] DELFIM NETTO *apud* MARINELI, 2017, p. 121.
[376] *Ibid.*, p. 124.

O poder e a autonomia política dentro do governo militar, para decidir os rumos econômicos do país, renderam a Delfim Netto o apelido de *czar* da economia, ou seja, "o grande regente por trás do processo conhecido como milagre econômico brasileiro (1968-73)".[377]

[377] MARINELI, 2017, p. 18.

CAPÍTULO III – O "milagre" e as expectativas do jornal *Opinião (RJ)*

Nesse capítulo, retomaremos a reflexão acerca da ideia de uma "ruptura de época"[378] ocorrida em 1964 no Brasil, observando como o golpe foi um marco que redefiniu o processo de acumulação de capital[379] e, consequentemente, a direção do desenvolvimento econômico no país, o que beneficiou classes sociais específicas.

Foi, então, por meio das vias autoritárias e burocráticas do aparato político-administrativo do sistema, em torno de altos funcionários e órgãos de propaganda, censura e de repressão, que o regime militar iniciado em 1964 e o projeto que representava alteraram o tempo e o espaço histórico.[380]

Nesse sentido, nossa análise irá avançar acerca da ideia do "tempo", ou seja, tanto o regime militar brasileiro, quanto o jornal *Opinião (RJ)*, foram contemporâneos do fenômeno econômico e, por isso, compartilharam experiências e expectativas sobre o "milagre brasileiro". Apesar disso, são claras as discordâncias entre o discurso oficial do governo e o discurso do jornal – a oposição.

Em primeiro lugar, vamos observar como o regime construiu a imagem do "milagre" – naquele tempo histórico – e como buscou passa-la para a sociedade brasileira. Dessa forma, vamos nos atentar à oposição do *Opinião (RJ)* ao discurso positivo e otimista do governo acerca das "conquistas" e das expectativas constituídas pelo "milagre".

Ao final, ressaltaremos as consequências imediatas apontadas pelo jornal e, mais do que isso, as expectativas desanimadoras para o futuro brasileiro. Assim, o tão comemorado "milagre" da ditadura é desbancado por uma conjuntura de grave crise econômica e sérios problemas sociais.

3.1. Os "anos de ouro" da ditadura militar brasileira: a construção e o consenso

O início da década de 1970 representava a chegada do futuro no Brasil. Isso porque o país vivia, sob o governo do presidente Médici, tempos extraordinários: não havia incertezas ou dúvidas, mas sim um "milagre".[381]

---

[378] ARAUJO, *Op. Cit.*, p. 19.
[379] SILVA, *Op. Cit.*, p. 81.
[380] *Ibid.*, p. 80.
[381] CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre:* comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 9-10.

O “novo tempo” se tornou real na medida em que era construída nos brasileiros a sensação do “Brasil Potência”, devido às grandes obras de infraestrutura do governo militar, à industrialização do país e aos ganhos materiais no tempo presente. A atmosfera de modernização que a população vivia era o que gerava o otimismo no futuro da nação.[382]

Para tanto, os ditadores lançaram mão de modernas técnicas de propaganda e publicidade, elaboradas por profissionais do regime. O intuito foi criar “[...] uma relação entre o indivíduo e a nação, na qual este não apenas se sente participante dela, mas enxerga um ganho pessoal nesta participação [...]”[383]. Desse modo, para que a ditadura e as suas conquistas econômicas garantissem o apoio popular, foi preciso criar na população o sentimento de pertencimento ao crescimento do país, ou seja, precisavam sentir o crescimento na prática.[384]

Durante os anos de vigência do “milagre”, os militares buscaram, então, a legitimidade da política econômica do regime. Todavia, bastava-lhes o aumento da capacidade aquisitiva das classes médias – em expansão – e, principalmente, das classes altas que aumentavam ainda mais a sua renda[385]. Nesse sentido, a ideia do sujeito que ganha com o crescimento econômico do país estava reduzida a essas duas classes, deixando claro a quem a ditadura militar brasileira servia.[386]

Apesar disso, é preciso manter em mente a conjuntura de crescimento acelerado que o Brasil vivia e, assim, entender a valorização dada, por todas as classes, ao discurso da construção de uma “grande nação”[387]. Esse consenso na sociedade brasileira foi fortalecido, em grande parte, pela “[...] expectativa de ganhos materiais que se tornava palpável sobretudo para segmentos vastos das classes médias brasileiras, mas que permanecia também no horizonte de outros vastos e importantes setores sociais populares.”[388]

Por isso que as publicidades destinadas às classes médias e baixas não queriam reivindicações por igualdade social ou democracia, mas indivíduos que reivindicassem o progresso nacional e, mais que isso, individual, que era definido pelo aumento do poder de consumo.[389]

---

[382] *Ibid.*, p. 18-22.
[383] CARTOCE, 2017, p. 131-132.
[384] *Ibid.*, p. 132.
[385] GIANNAZI, *Op. Cit.*, p. 189-193.
[386] CARTOCE, *Op. Cit.*, p. 134.
[387] CORDEIRO, *Op. Cit.*, p. 325.
[388] CORDEIRO, 2015, p. 325.
[389] CARTOCE, *Op. Cit.*, p. 138.

> [...] Ocorre que, para muitos brasileiros, a liberdade passara, pouco a pouco, a traduzir-se no direito de comprar, vender e acumular símbolos de bem-estar e ascensão social, ao passo que os direitos de opinar, discutir, votar e lutar, uma vez que não satisfaziam os desejos mais imediatistas de promoção e satisfação pessoais, iam sendo paulatinamente relegados a segundo plano [...][390]

Para as classes médias o poder de consumo se tornou uma realidade mais próxima, em contrapartida, para as mais baixas restavam sonhar com as possibilidades que ainda surgiriam com o "milagre brasileiro". Precisamos, então,

> [...] compreender o milagre de forma mais ampla, como um modo de estar no mundo naquele momento e que, para além das possibilidades de ascensão econômica, oferecia também uma determinada visão do passado e expectativas de um futuro promissor, a partir de um presente no qual essas pessoas deveriam apenas viver de acordo com as normas sociais estabelecidas. Em outros termos, o milagre oferecia a camadas expressivas da sociedade uma ideia segundo a qual o trabalho e a obediência às normas e às instituições do presente significavam o respeito pela pátria, pela sua história e pelos grandes homens da nação, e, ao mesmo tempo, a construção de um futuro próspero [...][391]

O regime militar tentou, por meio do fenômeno econômico, fazer uma ponte entre o passado e o futuro. Assim, queriam evocar o passado glorioso da nação[392] e, simultaneamente, enaltecer o presente e o futuro de conquistas: a "construção ordeira do progresso"[393]. Passado, presente e futuro estavam, naquele momento, unidos para a edificação do "Brasil Grande".[394]

Como observa Cartoce (2017), esse é o "milagre econômico": o amplo consumo de bens, como eletrodomésticos e automóveis, para suprir o vazio político proporcionado pelo regime militar, ou seja, a realização pessoal do cidadão comum[395]. Isso a ditadura fez muito bem; transformou o Brasil em uma sociedade capitalista de consumo para algumas classes, enquanto divulgava o mesmo Brasil para todos e todas,

---

[390] FIGUEIREDO *apud* CARTOCE, 2017, p. 138.
[391] CORDEIRO, 2015, p. 325.
[392] O ano de 1972 foi um período de grandes comemorações, devido ao sesquicentenário da independência e os eventos nacionais promovidos pelo regime militar para rememorar os heróis da independência (CORDEIRO, 2015, p. 10-11).
[393] CORDEIRO, 2015, p. 326.
[394] *Ibid.*, p. 329.
[395] CARTOCE, *Op. Cit.*, p. 138.

criando a sensação de crescimento econômico e alargamento das possibilidades para toda a população.

3.1.1. Médici e os números do desenvolvimento econômico brasileiro

Os anos de 1969 a 1973 do governo do presidente Médici ficaram marcados pela prosperidade econômica amplamente noticiada e atestada por meio dos números oficiais apresentados pelo regime. Os índices de crescimento explodiram em 1970 e 1971 – ano de lançamento do I PND. A inflação – motivo para insatisfação popular – foi mantida em queda e estabilizada pelo governo, sendo que os índices oficiais, de 1973, chegaram a ser manipulados para baixo. A expansão do crédito, sob o slogan "Nunca fomos tão felizes!", fez a alegria dos assalariados médios.[396]

O ministro Delfim Netto, quando conservado para o governo Médici, além de prometer o aumento na taxa de crescimento anual, havia estipulado também duplicar a renda per capita no período de 1970 e 1980[397]. Desse modo,

> [...] Para a maioria da população, pouco envolvida com questões ideológicas, o país vivia um momento glorioso, com pleno emprego, bolsa de valores em alta, consumo e oferta de crédito abundantes, além de ter conquistado o tricampeonato mundial de futebol. Obras grandiosas como a Ponte Rio-Niterói, a Usina de Itaipu e a rodovia Transamazônica (nunca terminada) eram veiculadas pela mídia como exemplos do sucesso da política implementada. A censura e a propaganda oficial, por sua vez, garantiam o clima de calmaria e de ufanismo no país. Nesse cenário, em 1971, o governo militar tinha 82% de aprovação, segundo o Ibope [...][398]

Todas essas realizações da política seguida pelo governo Médici eram, precisamente, apresentadas em números, dos quais se destacam algumas cifras alcançadas no ano de 1972:

> [...] crescimento do PIB de 10,4%; um aumento de apenas 14% no índice de custo de vida da Guanabara; superávit de 2,4 bilhões de dólares no balanço de pagamentos; 4 bilhões de dólares de reservas internacionais – mais que o dobro das reservas do ano anterior; 3,9 bilhões de dólares de exportações, nas quais os "manufaturados"

[396] NAPOLITANO, *Op. Cit.*, p. 162-163.
[397] OLIVEIRA, Vanessa Rodrigues de. *Desigualdade social e redemocratização no Brasil:* o debate sobre a distribuição de renda e a crise do regime militar (1964-1980). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, p. 31-32.
[398] OLIVEIRA, 2018, p. 32-33.

> contribuíram com mais de 1 bilhão; 4,2 bilhões de dólares de importações; por último, um número que não é um resultado de 72 mas sim um objetivo a ser atingido no ano que começa: 12% de aumento do custo de vida em 1973 [...][399]

Os números ocupavam, então, os lugares mais importantes nos pronunciamentos, nas propagandas e nos anúncios do governo Médici. Os encarregados da política econômica falavam sobre as estatísticas, as cifras e as expressões do meio econômico, como se fossem tão familiares ao povo quanto a saúde, a moradia, os alimentos e o bem-estar social.[400]

Neste cenário, a propaganda do regime, baseada nos números e estatísticas, assumiu um tom de vitória; cerca de uma década após o golpe, a ditadura, por meio do desempenho econômico, se manifestava vitoriosa e, com isso, a tese de que o projeto econômico militar era o melhor caminho para o país, se materializou.[401]

> [...] o crescimento dos últimos anos teve origem num tripé formado pela maior concentração da renda; pela expansão do crédito ao consumo; e pela abertura externa da economia, tanto em termos de comércio quanto de investimentos estrangeiros. Os três fatores possibilitaram o desenvolvimento do setor moderno da indústria brasileira, responsável pela produção de bens de consumo durável (automóveis, televisores, aparelhos de ar refrigerado, etc.), e garantiam as altas taxas de crescimento do PIB verificadas desde 1967 [...][402]

O elencado acima apresenta a três principais causas do alto desempenho econômico brasileiro durante os anos do "milagre". São, portanto, apreciações gerais da economia, ou melhor, os esclarecimentos que costumavam ser divulgados em discursos políticos e em jornais e emissoras de TV também.[403]

Há uma ressalva para a questão da concentração da renda, visto que para os especialistas e defensores da política econômica do governo – os "teóricos do crescimento"[404] –, para falar sobre concentração, previamente, é preciso entender que

---

[399] AUSENTE. Os oito grandes números do Presidente Médici. Jornal *Opinião (RJ)*, edição nº 10, seção "O Brasil", p. 3-4, 1973. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=123307&pagfis=222. Acesso em: 18/04/2022.
[400] *Ibid.*, edição nº 10, p. 3-4.
[401] OLIVEIRA, *Op. Cit.*, p. 51.
[402] AUSENTE, *Op. Cit.*, edição nº 4, p. 11-12.
[403] *Ibid.*, edição nº 4, p. 12.
[404] *Ibid.*, edição nº 4, p. 12.

"[...] antes de repartir os benefícios do desenvolvimento, antes de distribuir as fatias, é preciso assegurar o aumento da riqueza nacional, o crescimento do bolo [...]".[405]

Favoráveis x contrários

Quando o assunto é as causas do "milagre brasileiro", as explicações dos economistas favoráveis ao modelo de desenvolvimento concordam em dois pontos com a oposição: a expansão do crédito ao consumo e a abertura para o exterior são amplamente aceitas e anunciadas; no entanto, a concentração da renda é considerada uma consequência e não uma causa do crescimento econômico.[406]

Dessa forma, os defensores da política econômica do regime militar buscavam construir um consenso sobre o crescimento econômico nacional, ou seja, o aumento da concentração/desigualdade é uma consequência direta do crescimento que o país vivia, já que mudanças acompanham os processos de desenvolvimento econômico.[407]

A conclusão dos defensores é pautada na ideia de que "[...] as maiores diferenças de renda estão associadas às diferenças de níveis de educação [...]"[408]. Assim, a produtividade depende do grau de instrução de cada indivíduo, o que acaba por isentar a política econômica do governo da responsabilidade pela concentração do período. A concentração era, então, algo "natural" do processo que o Brasil estava percorrendo, gerado por "[...] mudanças qualitativas (nível de educação, idade e sexo) e alocativas (setorial e regional) da força de trabalho."[409]

Os teóricos contrários à política econômica em voga criticavam essa ideia, porque apesar de ser inegável o aumento da demanda de técnicos e profissionais especializados em detrimento dos pouco qualificados, a repartição da renda não é feita apenas por mecanismos econômicos, mas também sociais e políticos.[410]

Portanto,

> [...] o fator determinante da concentração de renda verificada nesse período foi o conjunto de medidas, implementadas a partir de 1964, que cerceava as lutas sindicais, ao mesmo tempo em que concedia reajustes salariais em níveis inferiores ao custo de vida, resultando numa real deterioração dos salários, especialmente dos operários que, em sua maioria, recebiam até um salário mínimo [...][411]

[405] *Ibid.*, edição nº 4, p. 12.
[406] *Ibid.*, edição nº 4, p. 12.
[407] OLIVEIRA, *Op. Cit.*, p. 39.
[408] OLIVEIRA, 2018, p. 43.
[409] OLIVEIRA, 2018, p. 44.
[410] *Ibid.*, p. 45.
[411] OLIVEIRA, 2018, p. 45-46.

Apesar de posicionamentos contrários e críticas ao desenvolvimento econômico pautado na concentração da renda – como acabamos de salientar –, queremos deixar claro com esse tópico que o regime militar, durante os primeiros anos da década de 1970, proporcionou na maioria da população brasileira a "sensação de construção do novo"[412]. O "novo tempo" concebido pelo "milagre" foi capaz de sintetizar expectativas construtivas, patrióticas e nacionalistas[413] que apagaram ou ocultaram por um momento os problemas que surgiam.

3.2. Um horizonte de expectativas amparado na experiência da acumulação de capital: a oposição do Opinião (RJ)

Ao longo do texto, muito se falou sobre concentração de renda, centralização da renda, acumulação de capital, enfim, termos que denotam a principal característica do modelo de desenvolvimento econômico da ditadura militar. Tanto nas referências estudadas e citadas, quanto nas ideias analisadas da rede intelectual-jornalística, o acúmulo do capital nas mãos de classes sociais específicas do país foi uma das causas – além da expansão do crédito ao consumo e da abertura externa da economia[414] – do "milagre brasileiro" (altas taxas de crescimento econômico) e, fundamentalmente, do profundo aumento das desigualdades no Brasil.

Neste momento, vamos nos aprofundar a respeito da oposição e das críticas efetuadas pelos jornalistas e intelectuais, que compunham o jornal alternativo *Opinião (RJ)*, da concentração de renda no Brasil durante os anos do "milagre" e, assim, das suas causas e também suas consequências diretas para o povo brasileiro.

O nosso esforço é, portanto, "analisar e entender as ações humanas no tempo"[415], ou melhor, naquele tempo histórico movido por interesses econômicos, políticos e convicções ideológicas.[416]

3.2.1. O fenômeno de "reconcentração" da renda no Brasil

A princípio, é preciso ressaltar que a repartição da renda no Brasil sempre foi desigual, porém, tornou-se ainda mais desigual na década 1960-1970[417] (pós-golpe de

[412] CORDEIRO, 2015, p. 18.
[413] *Ibid.*, p. 19.
[414] AUSENTE, *Op. Cit.*, edição nº 4, p. 11.
[415] MOTTA, 2021, p. 16.
[416] *Ibid.*, p. 16.

1964). Foi por isso que surgiu, entre os especialistas da época, o debate em torno da questão do desenvolvimento, ou melhor, quem se beneficia dele e porque o crescimento das taxas do PIB não oferece benefícios à maioria pobre da população[418]. Sendo assim, o desenvolvimento não é democrático.[419]

Sabemos que a ditadura militar instaurada a partir de 1964 deu início a um novo processo de acumulação de capital que redefiniu a direção do desenvolvimento econômico no país[420]. Nesse sentido, em uma das fontes analisadas, foi observado um conceito que direciona a nossa compreensão acerca do rápido crescimento econômico brasileiro pós-1964.

Trata-se da ideia de "reconcentração"[421], concebida, naquele contexto, pela economista Maria da Conceição Tavares – pioneira nos estudos da corrente de oposição ao governo militar[422]. Dessa maneira, o que se viu após a ruptura de 1964 foi um fenômeno de "reconcentração" da renda.

A renda no Brasil era, antes do golpe, concentrada nas camadas mais ricas da população, devido a quatro séculos de exploração camponesa e escrava e mais de 50 anos de exploração dos trabalhadores da indústria (operários), o que foi suficiente para produzir uma pequena elite rica e uma multidão de pobres e miseráveis.[423]

No entanto, o "grau de concentração antes de 1964 não era [...] suficiente para permitir o crescimento da atividade fabril [...]"[424]. Isso quer dizer que a "modernização" pretendida pelos integrantes da coalizão direitista[425], que surgiu e ganhou força em fins da década de 1950 e começo da década de 1960, não era possível por meio do processo de acumulação de capital pré-1964.[426]

O Brasil se encontrava, portanto, em um impasse acerca da continuação do seu processo de desenvolvimento econômico baseado na industrialização. Os economistas daquela geração indicavam alternativas a serem seguidas; dentre elas, as propostas reformistas que vimos anteriormente. Tais propostas tinham na redistribuição da renda

---

[417] SINGER, Paul. Por que não dividir o bolo?. Jornal *Opinião (RJ)*, edição nº 4, seção "O Brasil", p. 9, 1972. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=123307&pagfis=85. Acesso em: 15/12/2020.
[418] *Ibid.*, edição nº 4, p. 9.
[419] NAPOLITANO, *Op. Cit.*, p. 149.
[420] SILVA, *Op. Cit.*, p. 81-83.
[421] AUSENTE, *Op. Cit.*, edição nº 4, p. 11.
[422] *Ibid.*, edição nº 4, p. 11.
[423] *Ibid.*, edição nº 4, p. 12.
[424] *Ibid.*, edição nº 4, p. 12.
[425] MOTTA, *Op. Cit.*, p. 65.
[426] IANNI, *Op. Cit.*, p. 265; SILVA, *Op. Cit.*, p. 68-85; DEL VECCHIO, *Op. Cit.*, p. 11.

um norte e ganharam muita força, pois aparentavam ser as mais conscientes – em termos de responsabilidade econômica e social – para o país.

> [...] Qual não foi o espanto desses economistas quando viram o sistema encontrar uma saída de que não suspeitavam, e que implicou em fazer exatamente o contrário de suas reformas? Depois de 1964 houve redistribuição da renda sim, mas não no sentido de beneficiar a massa e aumentar o mercado para artigos populares. A renda foi redistribuída para multiplicar o poder aquisitivo das classes altas e expandir o mercado de artigos de luxo. [...] Para isso, basta transferir mais renda da massa de assalariados – o que foi feito com a redução do salário real – e não distribuir os ganhos de produtividade apropriados pelos empresários. E com a ajuda de uma publicidade eficiente, ingressa o Brasil no rol das sociedades de consumo, até então – que injustiça – limitadas aos países desenvolvidos [...][427]

A retomada do crescimento pós-1964, tendo início em meados de 1967, por meio da "reconcentração" da renda, foi algo inesperado por muitos especialistas. O sistema capitalista brasileiro chegou, naquele momento, ao seu limite e, por isso, se reinventou. Na realidade, foi em direção ao que mais importava: os interesses econômicos dos setores dominantes, isto é, concentrar ainda mais capital.

Podemos salientar que subestimaram a capacidade de inovação do próprio sistema capitalista.

> [...] Prova disso foi a retomada do crescimento depois de 1967, verificada sem a efetivação de nenhuma reforma estrutural e sem o reinício do processo de substituição das importações. Com uma política econômica aperfeiçoada, se chegam ao chamado "milagre brasileiro" [...][428]

Logo, a nossa hipótese é que o Brasil, a partir de 1964, deu início a um "novo tempo" organizado pela "reconcentração" da renda e que uniu o passado nacional de interesses oligárquicos e desigual com o "novo" presente que pretendia não só garantir como também expandir os interesses. Todavia, para alcançar tal objetivo, precisava-se de outros métodos; nesse caso, a "modernização conservadora" auxiliaria o processo.

Como resultado, foi possível o desenvolvimento industrial capitalista, o que garantiu e agravou a concentração da renda nas mãos das classes altas, acentuando as desigualdades. O caráter autoritário do regime se mostrou extremamente necessário para

[427] AUSENTE, *Op. Cit.*, edição nº 4, p. 12.
[428] *Ibid.*, edição nº 4, p. 11.

o modelo econômico[429], uma vez que retirou do salário real dos trabalhadores o capital para o desenvolvimento proposto. O Brasil, de fato, ingressou em um "novo tempo", o tempo das sociedades capitalistas de consumo, só que diferente dos países desenvolvidos, não proporcionou as mesmas condições de vida para todas as classes.

A partir disso, os integrantes do projeto intelectual-jornalístico *Opinião (RJ)* formaram no "novo" presente uma corrente de oposição ao modelo de desenvolvimento do regime militar e, por meio desse veículo de comunicação social, trouxeram os seus conhecimentos – formados nos espaços de experiência – a respeito do crescimento econômico. Mais do que isso, esses indivíduos, baseados no passado nacional e no "novo tempo", enxergavam as consequências da política econômica adotada no Brasil, ou melhor, um horizonte de expectativas se abriu por meio do processo de "reconcentração" da renda.[430]

3.2.2. As consequências diretas do "milagre" para o Brasil

Os representantes oficiais do governo – defensores da política econômica – sempre deixaram claro que a concentração da renda é natural no momento de desenvolvimento do país, porque é impreterível a concentração, para, em seguida, ocorrer uma divisão entre todos. Assim, as desigualdades existentes são, numa primeira hora, "normais"[431]. Porém, não há normalidade na concentração de renda, pelo contrário, ela é decorrente da desigualdade da repartição da propriedade, o que afeta a maioria da população. Isso poderia ser mudado sem atingir o crescimento da economia.[432]

> [...] a propriedade das empresas é altamente concentrada nas mãos de uma minoria, que naturalmente aufere elevadas rendas, ao passo que no setor público da economia, sendo a propriedade estatal, não há este tipo de desigualdade na repartição. Deste modo, se o setor público cresce mais rapidamente que o privado, a totalidade de suas rendas pode ser usada ou para reinversão ou para finalidades sociais em benefícios da minoria, o que levaria a uma desconcentração da renda, sem que o crescimento da economia fosse diminuído [...][433]

[429] GIANNAZI, *Op. Cit.*, p. 17; VIANNA, *Op. Cit.*, p. 79-81.
[430] KOSELLECK, *Op. Cit.*, p. 305-327; HARTOG, François. Prefácio; Introdução. In:_____. *Regimes de Historicidade:* presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 9-41.
[431] SINGER, *Op. Cit.*, edição nº 4, p. 9.
[432] *Ibid.*, edição nº 4, p. 9.
[433] *Ibid.*, edição nº 4, p. 9.

Nesse trecho, o economista Paul Singer apresenta uma alternativa não só para o problema da concentração de renda no país, como também para um crescimento mais sustentável, isto é, se opõe ao modelo de desenvolvimento em vigor e sugere que o Estado priorize o setor público.

Ao invés do Estado brasileiro utilizar o dinheiro público para a ampliação de créditos ao setor privado a juros reduzidos[434], o que aumenta a desigualdade na repartição da renda, deveria utilizá-lo em benefício do setor público, assim, cresceria mais rápido que o privado e haveria uma "reinversão" em finalidades sociais para a minoria, levando a uma desconcentração da renda[435]. Contudo, ocorre o contrário: o Estado fornece as condições que a burguesia e o capital estrangeiro necessitam, ou seja, a intervenção estatal em seu benefício e, fundamentalmente, o controle do aparelho de Estado sobre a economia para gerir o desenvolvimento.[436]

O aumento das desigualdades não pode ser naturalizado, como o "milagre brasileiro" efetuou. Mesmo que o PIB tenha dobrado durante os últimos anos de 1960 e o começo dos anos 1970, não se pode normalizar a não valorização salarial dos trabalhadores menos qualificados, ou seja, a maioria da população brasileira que não se beneficia do crescimento[437]. Vale reiterar que o aclamado desenvolvimento dos "anos de ouro" não é democrático.

Isto posto, a crítica de Furtado em relação à condução da economia nacional pelo regime militar, com o seu modelo de desenvolvimento, é pautada na maneira como um poder (governo militar brasileiro) legisla sobre impostos, arrochos salariais, concentração de renda, etc., isto é, essas decisões são inadequadas para os interesses sociais[438], portanto, há um alto custo social pelo desenvolvimento da economia e não um crescimento equivalente dos dois.

Não se pode afirmar – como fazem os tecnocratas oficiais – que todos os investimentos fazem parte de um processo para se alcançar qualquer tipo de objetivo, até mesmo social, uma vez que os investimentos estão aumentando a capacidade produtiva mediante custo social[439]. A ideia central do ex-ministro de João Goulart era, em vez de aumentar os investimentos, produzir mais bem estar social por meio da

[434] SILVA, *Op. Cit.*, p. 83-84.
[435] SINGER, *Op. Cit.*, edição nº 4, p. 9.
[436] NAPOLITANO, *Op. Cit.*, p. 161; VIANNA, *Op. Cit.*, p. 84.
[437] SINGER, *Op. Cit.*, edição nº 4, p. 9.
[438] FURTADO, *Op. Cit.*, edição nº 1, p. 8.
[439] *Ibid.*, edição nº 1, p. 8.

diminuição do consumo supérfluo das minorias privilegiadas, o que altera a distribuição do bem estar.[440]

No entanto, o que se vê no país é uma maior concentração de renda nessas camadas privilegiadas e, por isso, com mais oportunidades de consumo, de carros, eletrodomésticos, etc. Aos poucos, o Brasil se transforma em uma sociedade capitalista de consumo para as classes mais altas.

> [...] Em um país como o Brasil basta concentrar a renda (aumentar o consumo supérfluo em termos relativos) para elevar a taxa de crescimento do PIB. Isto porque, dado o baixo nível médio de renda, somente uma minoria tem acesso aos bens duráveis de consumo e são as indústrias de bens duráveis as que mais se beneficiam de economias de escala. [...] Em síntese: quanto mais se concentra a renda, mais privilégios se criam, maior é o consumo supérfluo, maior será a taxa de crescimento do PIB. Desta forma, a contabilidade nacional pode se transformar num labirinto de espelhos, no qual um hábil ilusionista pode obter os efeitos mais deslumbrantes [...][441]

Podemos constatar como a concentração de renda no Brasil foi primordial para o crescimento econômico daqueles anos, devido ao baixo nível médio da renda do brasileiro. No modelo econômico implantado pelo regime militar, uma minoria tem acesso ao consumo supérfluo e as indústrias que produzem esses bens são as mais beneficiadas, consequentemente, a taxa de crescimento do PIB aumenta de forma gradativa.

Além da concentração de renda e o consequente aumento das desigualdades sociais, devemos nos atentar também ao segundo ponto que levou ao "milagre": a expansão do crédito ao consumo e o decorrente processo inflacionário.

O crescimento do consumo alinhado à inflação: "nasce a classe média"

A concentração da renda organizada pelo regime militar foi o primeiro passo em direção ao desenvolvimento. Graças ao acúmulo de riquezas foi possível caminhar para a segunda parte do tripé econômico em que se apoiou a economia brasileira: a expansão do crédito ao consumo. Tanto os economistas da linha oficial quanto os opositores

[440] *Ibid.*, edição nº 1, p. 8.
[441] *Ibid.*, edição nº 1, p. 8.

concordam que "[...] o crédito direto ao consumidor serviu para ampliar o mercado de bem de consumo duráveis, garantindo a participação da classe média nesse mercado."[442]

Vamos relembrar que, antes de 1964, a divisão de renda no Brasil proporcionou a formação de uma pequena camada rica e uma multidão de pobres e miseráveis. Haviam poucos mercados consumidores para os produtos que viriam com a industrialização. Desse modo, a concentração somada a expansão do crédito ao consumo buscou a formação de outros mercados[443]. Nesse caso, se a classe média não surgiu, precisamente, no pós-1964, ela cresceu, ganhou força e se consolidou na sociedade ao longo da ditadura militar brasileira.

A ideia era dar um impulso inicial na procura dos bens duráveis, para isso, tornou-se necessário que o crescimento econômico privilegiasse não apenas a minoria proprietária (os empresários), mas também um grupo social mais amplo, capaz de formar um mercado de consumo desses bens. Para tal objetivo, utilizaram a poupança da classe alta para financiar o consumo da classe média.[444]

O economista Celso Furtado apresenta como o sistema de crédito ao consumo funcionava.

> [...] O sistema funcionava da seguinte forma: os membros da classe alta, donos de empresas, com os sobrelucros obtidos graças à redução salarial, aos estímulos concedidos pelo governo, e à expansão de suas vendas, tomavam títulos de renda fixa (letras de câmbio) às financeiras. Com o dinheiro resultante dessa operação, as financeiras compravam dos mesmos industriais toda sorte de bens de consumo duráveis, que eram em seguida vendidos a crédito aos membros da classe média. Os juros pagos pelos consumidores serviam em parte para remunerar as financeiras, e em parte para que essas pagassem aos tomadores de letras de câmbio os rendimentos devidos. Tais rendimentos iriam se acrescentar aos sobrelucros já mencionados e, ao lado dos recursos gerados pelo aumento das vendas à classe média, serviriam para novas tomadas de letras de câmbio. O circuito estava assim formado, para a prosperidade da classe alta e financeiras, e felicidade geral dos consumidores [...][445]

Essa foi, portanto, a fórmula perfeita encontrada pelas elites econômicas para incentivar o consumo aos novos mercados. Todavia, o sistema era ideal a curto prazo,

[442] AUSENTE, *Op. Cit.*, edição nº 4, p. 14.
[443] *Ibid.*, edição nº 4, p. 14.
[444] *Ibid.*, edição nº 4, p. 14.
[445] *Ibid.*, edição nº 4, p. 14.

visto que a longo prazo estava alimentando um problema conhecido e temido pela sociedade brasileira: o processo inflacionário.[446]

Na medida em que o sistema aumentava rapidamente a quantidade de meios de pagamento em circulação – expandindo a demanda e levantando as taxas de juros –, ele alimentava o processo inflacionário. Isso era observado pelos economistas de oposição desde o ano de 1970; dentre eles, destaca-se Maria da Conceição Tavares e suas críticas contundentes ao modelo adotado pela ditadura.[447]

O governo e seus tecnocratas também sabiam disso e, por essa razão, agiram o mais rápido possível para neutralizar o problema.

> [...] O problema da inflação foi neutralizado pelo governo com duas medidas que permitiram a manutenção de uma taxa inflacionária relativamente alta (cerca de 25% ao ano desde 1967) sem perturbações para o sistema. A primeira medida foi a instituição da correção monetária, que compensa a deterioração dos rendimentos fixos provocada pela perda do poder aquisitivo da moeda [...]. A segunda medida consistiu nas desvalorizações frequentes do cruzeiro (mini-desvalorizações) que evitaram o encarecimento do preço em dólar de nossas exportações e mantiveram a competitividade externa [...][448]

Essas duas medidas foram ressaltadas anteriormente e, tanto uma como a outra, permitiram ao Ministro da Fazenda Delfim Netto controlar a inflação na medida em que o país crescia e as classes média e alta desfrutavam dos novos itens que surgiam no comércio nacional.

Apesar disso, tais medidas não tinham um efeito integral sobre o processo inflacionário, ou seja, ao mesmo tempo que neutralizavam vários efeitos da inflação promovida pela expansão do crédito, realimentavam de forma natural o processo. Assim, "[...] a desvalorização frequente do cruzeiro e a correção monetária fazem com que os preços subam hoje porque subiram ontem, ou este ano porque subiram ano passado."[449]

Isso significa que a inflação nunca teve um fim ou se pensou em dar um fim durante a ditadura, pelo contrário, ela só era transferida de um período para o outro e, dessa forma, foi se tornando algo ainda maior que anteriormente era. Isso não foi um impasse para o sistema, porque os tecnocratas perceberam a utilidade que a inflação

[446] *Ibid.*, edição nº 4, p. 14.
[447] *Ibid.*, edição nº 4, p. 14.
[448] *Ibid.*, edição nº 4, p. 14.
[449] *Ibid.*, edição nº 4, p. 14.

tinha na concentração da renda. Ela se transformou numa nova forma de concentração e, logo, de dinamização da economia.[450]

Foi graças à taxa inflacionária residual que

> [...] O governo pode continuar transferindo renda dos assalariados sem prosseguir abertamente na política do arrocho. Na medida em que os reajustes salariais periódicos não cobrem a depreciação da moeda, a "inflação orientada", nas palavras de Furtado, é o meio mais fácil de redistribuir a renda dos grupos sociais cujo poder de compra deverá declinar ou estagnar [...][451]

Concluímos que os índices que medem o aumento de preços ou de custo de vida de um país – nesse caso, o Brasil da década de 1970 – podem apresentar deficiências e, ainda, ser controlados ou alterados pelas autoridades, que "seguram" os preços ou os custos de um determinado produto, com a finalidade de evitar que os índices cresçam. Esse "controle" do valor de certos itens ou setores ocorre ao mesmo tempo que a economia continua a fixar normalmente os outros preços e lucros, o que gera efeitos terríveis.[452]

O jornalista econômico Aloysio Biondi observa que isso começou a ocorrer em 1971, quando houve o aumento do preço de alguns alimentos. O governo agiu junto com o empresariado para disfarçar as subidas de preços e, dessa forma, foram jogando os aumentos para frente: de 1971 transferiram para 1972 e depois para 1973. Foi desse "jeitinho" que a ditadura militar "evitou" a inflação.[453]

Portanto,

> [...] A inflação teria sido maior, evidentemente, se os aumentos "dosados" ou adiados para janeiro tivessem entrado em vigor em dezembro. Mas, se a tática de retardar permitiu que o resultado de 1972 estivesse apenas 0,7% acima dos 15% previstos, ela, ao mesmo tempo, prometia índices bastante desconfortáveis para este começo de ano, colocando em dúvida a meta dos 12% - para o custo de vida – proposta pelo presidente [...][454]

---

[450] *Ibid.*, edição nº 4, p. 14.
[451] *Ibid.*, edição nº 4, p. 14.
[452] BIONDI, Aloysio. A goela da inflação. Jornal *Opinião (RJ)*, edição nº 10, seção "O Brasil", p. 4, 1973. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=123307&pagfis=223. Acesso em: 30/07/2022.
[453] *Ibid.*, edição nº 10, p. 4.
[454] *Ibid.*, edição nº 10, p. 4.

Importante se atentar à questão do tempo nessa observação de Biondi, visto que, no presente passado do jornalista, com as experiências da inflação brasileira – resultado da acumulação da renda e da expansão do crédito ao consumo –, Biondi gerou expectativas a partir daquele momento. A possível piora da inflação/custo de vida para o ano de 1973 moveu as críticas do intelectual que enxergava probabilidades desanimadoras para o futuro do país.

Basicamente, o modelo adotado no Brasil não levava em conta o custo social, que se tornou um custo invisível. Isso quer dizer que

> [...] as dificuldades atuais da luta contra a inflação estão apenas vindo à luz. Elas já existiam, subjacentes. A alta de preços tem, entre suas causas, duas diretrizes fundamentais da atual política econômica: a ênfase à exportação e ao endividamento. Em outras palavras, a "abertura para o exterior". Diretrizes pelas quais o país vem alimentando a inflação e pagando um preço, sem que as estatísticas o revelem [...][455]

Esse trecho nos auxilia no desfecho do que foi o processo inflacionário durante o "milagre" brasileiro e, mais do que isso, nos traz a terceira e última parte do tripé econômico: a abertura externa da economia brasileira. A seguir, veremos, portanto, como o apelo aos mercados e aos capitais estrangeiros foram fundamentais para o crescimento da produção e dos investimentos industriais, porém, em contrapartida, aumentaram a dependência e a dívida externa brasileira.[456]

A abertura para o exterior e o endividamento como forma de conservação do "milagre"

Já ficou claro que o Brasil não atendia apenas ao mercado interno, uma vez que o país sempre esteve atento, sobretudo, às exportações. Dentro do seu modelo, que recebeu mais estímulos a partir de 1970, o mercado externo era essencial para atender aos interesses de momento. No entanto, um modelo de desenvolvimento que é voltado para o exterior, como resultado, torna a economia nacional dependente do mesmo.[457]

Vimos, previamente, o quanto a instrução nº 113 alavancou o movimento de "modernização" da produção industrial brasileira, baseado no ingresso de capitais estrangeiros. Essa medida estimulou a instalação de fábricas no Brasil – principalmente

[455] *Ibid.*, edição nº 10, p. 5.
[456] AUSENTE, *Op. Cit.*, edição nº 4, p. 14.
[457] BIONDI, *Op. Cit.*, edição nº 10, p. 5.

a automobilística –, prioridade para o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Sendo assim, a ditadura militar herdou um modelo econômico elaborado no período varguista e que foi aprofundado durante os anos de Juscelino Kubitschek: o intervencionismo e planejamento estatal combinados com a participação de capital privado – nacional e internacional.[458]

Esse modelo se tornou problemático a longo prazo, visto que o país necessitava cada vez mais de divisas para atender ao crescimento de suas importações e também para atender à sua dívida externa[459]. Resumindo, "[...] a existência do 'milagre' continuará, portanto, a depender, e cada vez mais, do comportamento das empresas estrangeiras, do seu capital e da sua tecnologia."[460]

Dito isso, o que importava para o regime e o grande capital era o momento, o tempo efêmero e não um futuro distante baseado em panoramas funestos, porque o "milagre" era ali e agora. O Brasil devia aproveitar aquele instante de ascensão econômica, ou melhor, a alta sociedade capitalista devia desfrutar dos belos anos "milagrosos".

A ditadura militar estava ali para isso; para organizar e facilitar a relação do Brasil com as multinacionais ou das multinacionais com o Brasil. Isso significa que não havia à intenção de limitar a participação do capital estrangeiro, porque, tal decisão, não interessava a nenhum dos dois lados: tanto o governo militar quanto o capital internacional não queriam arruinar as exportações brasileiras.[461]

Foi por isso que, em maio de 1972, o governo Médici lançou o decreto-lei 1219 que estabeleceu os Benefícios Fiscais e Programas Especiais de Exportação (BEFIEX). Ele concedia vantagens para as empresas estrangeiras que estavam em território nacional, como isenção de impostos para a importação de máquinas, equipamentos, peças e matérias-primas, tendo como exigência a exportação dos produtos finais. Tratava-se, assim, de um recurso executado pelo governo para aumentar as exportações brasileiras baseadas nas filiais estrangeiras localizadas no país.[462]

Tal recurso foi implantado em 1972, porque a manutenção das taxas de crescimento do PIB, de acordo com o modelo econômico empregado, dependia da

[458] MOTTA, *Op. Cit.*, p. 223.
[459] BIONDI, *Op. Cit.*, edição nº 10, p. 5.
[460] AUSENTE, *Op. Cit.*, edição nº 4, p. 14.
[461] GOMES, *Op. Cit.*, edição nº 12, p. 7.
[462] GOMES, Marcos. O transplante de fábricas. Jornal *Opinião (RJ)*, edição nº 1, seção "A Economia", p. 4, 1972. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=123307&pagfis=8. Acesso em: 15/05/2022.

capacidade do país em dispor de um número suficiente de divisas para realizar importações, sempre crescentes de máquinas, equipamentos, etc.[463]

As divisas vinham por meio dessas transações comerciais. Tratava-se, então, de um ciclo: o país precisava produzir mais para exportar mais. No entanto, para isso, dependia de mais equipamentos, máquinas, etc., que não haviam no país. As divisas que já haviam no país, naqueles primeiros anos da década de 1970, eram insuficientes para aumentar o número de importações de tais recursos. Além disso, elas também eram, em sua maioria, do afluxo de capitais estrangeiros, mas de características diferentes: empréstimos a curto prazo, por isso, não podiam ser transformadas em importações. Eram necessárias outras soluções para garantir as importações e o crescimento do PIB.[464]

É nesse contexto que ocorre o lançamento do decreto 1219, com condições "[...] mais atraentes para as grandes empresas estrangeiras expandirem suas atividades no país, visando o mercado externo [...]"[465]. Desse modo, "[...] o objetivo é aumentar as exportações para o país receber mais divisas e o PIB continuar crescendo – ainda que esse crescimento fique cada vez mais dependente das empresas internacionais." [466]

As exportações aumentaram e, consequentemente, as divisas também. Apesar disso, o crescimento do PIB nacional se tornaria ainda mais dependente das ações das empresas estrangeiras instaladas no Brasil e que poderiam, a qualquer momento, retira-las do país. [467]

Ainda em 1972, no fim de agosto, o governo lançou uma nova resolução: o decreto 1236, que complementava e reforçava o 1219, dentro da política de aumentar as exportações baseando-se nas firmas estrangeiras. O novo decreto permitia que fábricas inteiras – em funcionamento em outros países – deslocassem para o Brasil, desde que, produzissem, especialmente, para o exterior. [468]

O decreto veio para oficializar a chegada de novas multinacionais ao país que, antes mesmo dessa resolução, já tinham a intenção de transferir fábricas inteiras para o Brasil, devido aos atrativos oferecidos ao investidor estrangeiro como também em decorrência da evolução econômica e política da situação mundial – contexto mundial favorável para novos investimentos. [469]

---

[463] *Ibid.*, edição nº 1, p. 4.
[464] *Ibid.*, edição nº 1, p. 4.
[465] *Ibid.*, edição nº 1, p. 4.
[466] *Ibid.*, edição nº 1, p. 4.
[467] *Ibid.*, edição nº 1, p. 4.
[468] *Ibid.*, edição nº 1, p. 4.
[469] *Ibid.*, edição nº 1, p. 4.

No entanto,

> [...] deve-se examiná-la melhor. Primeiro, as empresas que transplantarem suas fábricas para o Brasil, o farão movidas pelos fortes subsídios ao capital, que elevarão sua taxa de lucro e pelos baixos salários vigentes no Brasil, pois é o resultado desses dois fatores que as tornarão competitivas no mercado externo. É essa uma fórmula, na verdade, ideal para reforçar a concentração da renda. A longo prazo, portanto, essa estratégia ampliará as distâncias entre o crescimento do PIB e o crescimento do setor que produz bens de capital. Concentrará a renda e reforçará o mesmo modelo de crescimento econômico, concentrador, excludente, mais dependente da importação de equipamentos e mais dependente da exportação dos bens manufaturados para que o decreto 1236 tornou-se necessário [...][470]

Notamos o ciclo vicioso proposto pelo decreto 1236 e, mais que isso, o quanto reforça um problema antigo e persistente da história brasileira, que foi agravado pela ditadura militar: a concentração da renda. Um ponto discutido anteriormente e que retorna nesse momento, visto que, o acúmulo de riquezas sempre foi e sempre será o principal objetivo do grande capital.

Diante do exposto acerca dos decretos 1219 e 1236, é perceptível o quanto as empresas estrangeiras tinham um papel fundamental na estrutura do setor industrial brasileiro, o que resultava no controle de cerca de 43,3% das exportações de manufaturados do Brasil[471]. Com isso, quase metade de tudo que era produzido – em solo brasileiro – para exportação, pertencia as companhias internacionais, ou seja, houve sim um aumento considerável no fluxo de dólares no território nacional, porém, concentrado nas mãos dos estrangeiros.

Então, os dólares entravam no Brasil de duas formas distintas: por meio das exportações – com grande influência estrangeira – e também por meio dos empréstimos concedidos por outras nações, principalmente os Estados Unidos. Fica evidente a dependência do país em relação ao dinheiro do mercado internacional.[472]

Além do mais, entre os anos de 1971 e 1972, o Brasil – em proporção das suas próprias finanças – estava importando mais do que exportando, o que, consequentemente, afeta o saldo da balança comercial da nação. Para cobrir esse déficit

[470] OLIVEIRA, *Op. Cit.*, edição nº 1, p. 4.
[471] GOMES, *Op. Cit.*, edição nº 12, p. 7.
[472] BIONDI, *Op. Cit.*, edição nº 10, p. 5.

no balanço de pagamentos, o Brasil teve que pegar um volume maior de empréstimos.[473]

Contudo, o problema é que os novos empréstimos e os juros devem ser pagos na medida em que os vencimentos dos juros de empréstimos anteriores vão chegando. E, tudo isso, leva a necessidade de novos empréstimos para pagar as dívidas que se acumulam; uma bola de neve sem tamanho definido.[474]

Fora que,

> [...] as empresas que funcionam no Brasil têm conseguido torrentes de empréstimos no exterior porque há excesso de dólares no mundo, em primeiro lugar (o quê, atenção, pode vir a mudar). E, em segundo lugar, porque podiam estabelecer seus preços livremente, realizar seus lucros livremente – altos bastante para pagar juros e amortizar empréstimos de curto prazo [...][475]

Esse trecho retirado de artigo do jornalista econômico Aloysio Biondi, é determinante para findarmos o entendimento acerca das concessões e facilidades dadas pelo Estado brasileiro, nos anos de ditadura militar, ao capital multinacional e, mais do que isso, notamos em sua escrita, mais uma vez, o tempo histórico enquanto propulsor de suas ideias a respeito do endividamento nacional ao citar que "há excesso de dólares no mundo", porém, "pode vir a mudar".

Em relação ao presente passado do jornalista, acentuemos que tal reportagem foi publicada no dia 08 de janeiro de 1973. Estávamos na primeira semana do ano de 1973, o ano da "Crise do Petróleo". Entretanto, o embargo petrolífero proclamado pelos membros da Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP) só foi no mês de outubro.

Sabemos que Biondi não poderia prever o fenômeno de outubro, mas sabia que o sistema capitalista mundial, dificilmente, seria capaz de suportar por mais algumas décadas aquele fluxo de dólares pelo mundo. Além disto, a própria política econômica do "crescimento pelo endividamento" – tendo o Brasil, nos últimos anos, como maior exemplo –, é colocada em xeque a todo momento, já que as dívidas externas tendem a aumentar progressivamente e, a longo prazo, surgem os prejuízos internos.[476]

[473] *Ibid.*, edição nº 10, p. 5.
[474] *Ibid.*, edição nº 10, p. 5.
[475] *Ibid.*, edição nº 10, p. 5.
[476] *Ibid.*, edição nº 10, p. 5.

Neste momento, é necessário referir que, assim como o regime militar conseguiu muitos empréstimos por causa do excesso de dólares dos "anos dourados" do capitalismo mundial, as empresas aqui instaladas também conseguiram. Apesar disso, tais empresas não se endividavam, e sim o oposto, graças aos recursos e "mimos" disponibilizados pelo governo, elas ficavam em vantagem ao poder estabelecer os seus preços e seus lucros livremente.

Como ressaltado em outro momento, foi isso que atraiu as multinacionais para o Brasil pós-1964: o livre comércio e a expectativa de saldar todos os investimentos feitos, possibilitando um lucro máximo.

A questão é: enquanto as empresas aqui estabelecidas pegavam empréstimos para investir na produção de manufaturados e, com isso, aumentar as suas exportações, qual era a função dos empréstimos feitos pelo governo brasileiro?

As empresas estrangeiras dominavam os setores mais dinâmicos da indústria nacional: o setor de bens de consumo durável e bens de capital. Enquanto as empresas nacionais privadas predominavam sobre os bens de consumo não durável e produtos intermediários, as empresas estatais detinham a maioria do patrimônio no setor das indústrias de base.[477]

Posto isso, as empresas estatais constituíam um grupo pequeno de firmas concentradas, acima de tudo, no controle das grandes siderúrgicas. No Brasil, o Estado governado pelos militares assumiu, então, a tarefa de ficar com os setores que exigiam investimentos enormes e que demoram anos a serem recuperados (energia elétrica, transportes, comunicações, etc.), restando ao capital privado, principalmente o internacional, os investimentos mais rentáveis e dinâmicos.[478]

Além disso, os grandes e poucos investimentos rentáveis que o Estado realizava, eram voltados também para o benefício das indústrias estrangeiras, de preferência a automobilística.[479] Desse modo, o regime militar empregava os recursos econômicos existentes obtidos por empréstimos para "preparar o terreno" para o estabelecimento dessas indústrias e a consolidação de suas produções.

Enfim, isso reflete a influência que essas multinacionais exercem sobre toda a economia nacional, dispondo de tecnologia e dos recursos financeiros necessários para operar em vastos e dinâmicos setores. Com esse fato, controla as atividades das quais outros setores menos dinâmicos dependem para crescer.[480]

---

[477] GOMES, *Op. Cit.*, edição nº 12, p. 7.
[478] *Ibid.*, edição nº 12, p. 7.
[479] *Ibid.*, edição nº 12, p. 7.
[480] *Ibid.*, edição nº 12, p. 7.

Tal domínio qualitativo pelas indústrias estrangeiras não foi corrigido e nem se compensou a perda que a economia nacional vinha sofrendo com os privilégios e incentivos ao capital internacional.

Como resultado do que foi apresentado até aqui, o Brasil entrou, ao final da década de 1970, em uma dura recessão econômica, acompanhada de hiperinflação, descontrole das contas públicas, de forma que a dívida externa se tornou impagável e havia a permanente falta de reservas cambiais. Portanto, o salto industrial e a modernização entre os anos 1968 e 1973 cobraram um elevado preço à sociedade brasileira.[481]

3.3. O legado do "milagre econômico" para o período pós-ditadura militar

Um ponto importante a ser destacado: ao longo da ditadura militar, o "nacionalismo" foi perfeitamente compatível com a presença do capital estrangeiro, sendo, portanto, um arranjo de divisão de esferas. Porém, o ano de 1984 – final da ditadura – mostrou que o projeto econômico do regime havia falhado, ou melhor, a economia brasileira estava em rota de colapso.[482]

Sabemos que, a partir de 1973, o sistema capitalista internacional entrou em crise, devido à Crise do Petróleo do mesmo ano. Com isso, quando Geisel assumiu o poder no ano seguinte – 1974 –, ele herdou uma economia ainda em progresso, mas que já apresentava graves problemas. O fim dos "anos dourados" do capitalismo mundial marcou também o começo do fim do "milagre brasileiro".[483]

A Crise de 1973 serviu, então, para mostrar as fragilidades e as dependências externas do desenvolvimento econômico nacional. O "milagre", na verdade, já estava no seu limite, a crise só acelerou a decadência da economia brasileira.[484]

Os resultados do modelo econômico autoritário foram os piores possíveis, visto que foram necessárias duas décadas para que os problemas, como a inflação descontrolada, a enorme dívida externa, a falta de reservas cambiais, a enorme concentração da renda, o aumento das desigualdades sociais, etc., fossem, pelo menos, amenizados.[485]

---

[481] MOTTA, *Op. Cit.*, p. 243.
[482] *Ibid.*, p. 62-243.
[483] *Ibid.*, p. 237-240.
[484] NAPOLITANO, *Op. Cit.*, p. 169.
[485] MOTTA, *Op. Cit.*, p. 243-244.

A concentração de renda e o arrocho salarial – elementos centrais do modelo econômico da ditadura militar –, levaram a um considerável aumento das desigualdades sociais ao redor do país. Segundo Motta (2021),

> [...] O crescimento econômico rápido e sem a devida atenção aos impactos sociais produziu outros tipos de problema, como a urbanização desenfreada e seu corolário negativo, como habitações e transportes precários, falta de saneamento e de serviços de saúde e aumento da violência urbana – acompanhada da violência policial, que foi incrementada pela ditadura. Além disso, houve aumento notável da poluição e a destruição de áreas naturais, principalmente a floresta amazônica. Vale a pena mencionar também o desperdício de recursos em alguns dos projetos faraônicos da ditadura, sendo que parte deles não foi concluída, além das perdas devidas à corrupção [...][486]

Em suma, esse processo de desenvolvimento capitalista periférico, implantado no Brasil, funcionou para quem devia funcionar: os segmentos mais bem remunerados da classe média e a elite nacional – fundamentais para a "modernização" proposta. Já aos mais pobres, restaram as migalhas e o endividamento, pressionados pelo crédito e os juros.[487]

Por isso que, em nossa análise, as políticas econômicas – colocadas em prática por um regime de natureza autoritária e conservadora[488] – que levaram ao avanço econômico, entre os anos 1968-1973, também devem ser observadas como violações dos direitos humanos pela ditadura militar, uma vez que resultaram na superexploração do trabalho, nos baixos salários e nas muitas outras dificuldades cotidianas vividas pelos trabalhadores, trabalhadoras e também migrantes e suas famílias. São abusos dos direitos sociais de todo cidadão.

A fome, a miséria e o subdesenvolvimento brasileiro não surgiram com a ditadura, mas foi ela que "incrementou" esses problemas recorrentes – que outros sujeitos tentaram corrigir antes do golpe de 1964. Dessa forma, até hoje, as cidades brasileiras e os seus cidadãos pagam o preço deste déficit social.[489]

[486] MOTTA, 2021, p. 245.
[487] NAPOLITANO, *Op. Cit.*, p. 164-165.
[488] *Ibid.*, p. 165.
[489] *Ibid.*, p. 165-166.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – A "presença" da ditadura militar no tempo presente

Nesse momento final, vamos discorrer sobre a atualidade da ditadura militar brasileira, ou seja, ressaltaremos que a "ruptura de época"[490] ocorrida em 1964 e os rumos que o país seguiu, a partir de um projeto de modernização e desenvolvimento, não saíram de cena com a volta da democracia.

Não vimos, em 1985, uma nova ruptura, mas uma transição política, já que conciliações e acordos foram firmados, o que possibilitou a "consolidação da hegemonia burguesa e monopolista, orientada pela perspectiva do capital financeiro internacional"[491]. Os efeitos desses arranjos, como vimos no último capítulo, são sentidos no tempo presente.

Dessa maneira, o processo de redemocratização brasileiro não teria passado de um acordo para a manutenção do projeto iniciado pelo regime, em especial, na área econômica, como buscamos destacar.

O golpe de 1964 e a ditadura militar que se sucedeu no Brasil marcaram a nossa história. Esse período não só marcou o passado, como também, ainda hoje, repercute na sociedade brasileira, tanto por meio de discursos conservadores que enaltecem os feitos militares, quanto por discursos de oposição às violações da democracia, das liberdades e dos Direitos Humanos, causadas pela repressão e pela violência do regime.

No entanto, nos últimos anos, estamos vislumbrando um crescimento de manifestações negacionistas em relação aos fatos históricos daquela época, ou seja, é como se estivesse ocorrendo um retorno do passado ao presente e, por isso, o tema encontra-se à nossa volta[492]. Os 21 anos desse fatídico evento parecem estar mais atuais do que nunca.

Por essa razão, a pergunta é: a que se deve esse retorno da ditadura militar em nossa presente democracia? Partindo dos ensinamentos de Hartog (2013), sobre as diversas experiências do tempo, devemos melhor apreender "todos os tempos ou a totalidade do tempo"[493] – é necessário um distanciamento do presente, para que ao término da operação, se consiga ligar passado, presente e futuro, portanto, um composto

[490] ARAUJO, 2014.
[491] SILVA, 2014, p. 86.
[492] FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.43-59, jan/jun 2012.
[493] HARTOG, 2013, p. 38.

dos três tempos[494] –, isto é, considerar os momentos de crise no tempo e, essencialmente, a memória no "presentismo".

A partir disso, as interrogações presentes podem ser esclarecidas, porque perde-se as articulações do passado, do presente e do futuro, havendo uma relação entre um futuro ameaçador, um passado demasiadamente lembrado e um presente estático ou interminável[495]. Isso quer dizer que o passado deixa de ser uma referência para ser "atualizado", ou seja, ele é trazido para o presente. Por isso, a ditadura militar que retorna hoje, não é o passado – dos historiadores – mas sim uma memória, utilizada para atender as necessidades e demandas políticas do presente.

Seguindo esse raciocínio, voltemos agora para o golpe de 1964 e a sua sequência autoritária. O episódio de 31 de março daquele ano foi uma "ruptura de época", o que deu início a um "novo tempo" no país[496].

> [..] é o que temos de admitir em nossa apreensão do tempo vivido, [...] a história humana é estruturada em 'épocas': uma época é separada de outras exatamente por uma descontinuidade, condensada num fato desencadeador, que marca um antes e um depois, uma separação radical. [...] são eventos que fazem pensar que o mundo antes deles acontecia dessa ou daquela maneira e passa a não mais sê-lo; ultrapassadas essas fronteiras, o mundo "tal como costumávamos percebê-lo" como que se esvai, e em seu lugar se ergue um outro modo de acontecer.[497]

Por meio de uma aliança formada entre capital privado nacional e internacional, tecnocratas e militares, encerra-se o regime liberal-democrático populista no Brasil e inaugura-se um regime político ditatorial[498], afirmando um caminho autoritário para à valorização dos interesses multinacionais e elitistas. O que se viu a seguir foi repressão, perseguição, desaparecimentos, torturas, mortes, censura, pouquíssimos avanços sociais, aumento das desigualdades, desvalorização dos interesses nacionais, dos salários dos trabalhadores, etc.

Mais à frente, o regime vai "neutralizando seus instrumentos mais repressivos e dando início a uma transição que abrirá o caminho para um regime constitucional e democrático"[499]. Para Bauer (2014), iniciou-se um processo pactuado que durante onze

[494] *Ibid.*, p. 38-39.
[495] *Ibid.*, p. 38.
[496] ARAUJO, *Op. Cit.*, p. 19.
[497] ARAUJO, 2014, p. 11.
[498] SILVA, *Op. Cit.*, p. 64-65.
[499] ARAUJO, 2014, p. 19.

anos efetuou uma abertura "lenta, gradual e segura", contribuindo para a diluição das responsabilidades e, além disso, retardou as obrigações do Estado em relação às violações de Direitos Humanos.[500]

Por se tratar de uma transição e não de uma "ruptura de época" – como ocorrido em 1964 –, podemos abordar esse momento – pós-1985 – como uma continuidade da velha ditadura na nova democracia, isto é, uma sequência consistente sob vários pontos de vista, que vão do político ao jurídico, do social ao econômico[501]. Deste modo,

> A verdadeira descontinuidade, portanto, é o pós-1964 e não o pós-1985 (quando os militares saem de cena) ou o pós-1988 (quando a Constituição Federal é promulgada). [...] o projeto "de época" que se inaugura com o período ditatorial teria ao fim e ao cabo prevalecido, embora a ditadura propriamente dita tivesse de sair de cena no meio do caminho.[502]

Como afirma Fico (2012), a ditadura militar brasileira é, assim, um fenômeno que "não terminou" e para esse historiador, deve-se isso a Lei da Anistia de 1979, já que ela foi "a principal cláusula da transição democrática dos anos 1980 e consagrou a impunidade"[503]. Foi uma estratégia elaborada por um grupo exclusivo de integrantes do regime, que garantiu o comando da abertura política, planejada para "transcorrer sem maiores percalços e, sobretudo, sem que os responsáveis pelos desmandos da ditadura fossem punidos"[504]. A impunidade e a ausência de uma real ruptura, tornam essa transição de 1985 um processo que ainda não teve fim.[505]

Por isso que, como ressalta Bauer (2014), quando se fala na transição da ditadura brasileira, muitos autores criticam e não utilizam os conceitos de "democratização" ou "redemocratização", pois consideram esse fenômeno incompleto. Se não houve obtenção da cidadania plena, que é um princípio básico da democracia, logo é incompleto[506]. Nesse sentido,

---

[500] BAUER, Caroline Silveira. Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar. *Dimensões*, vol. 32, 2014, p. 148-169. ISSN: 2179-8869, p. 154.
[501] ARAUJO, *Op. Cit.*, p. 19.
[502] ARAUJO, 2014, p. 19.
[503] FICO, 2012, p. 51.
[504] FICO, 2012, p. 51.
[505] *Ibid.*, p. 52.
[506] SOARES, D'ARAÚJO, CASTRO *apud* BAUER, *Op. Cit.*, p. 150.

> [...] forjou-se durante esse processo a chamada "ideologia da reconciliação", baseada na premissa da equiparação da violência do Estado e das organizações de esquerda armada – o que permitia responsabilizar a todos pela violência do período e, assim, incentivar o esquecimento recíproco, através da desmemória e do silêncio. A premissa de que não se pode construir uma democracia baseada no esquecimento não foi levada em consideração nesse período.[507]

Esse ponto da desmemória e do esquecimento promovido durante a ditadura, junto a manutenção de uma relação amistosa entre civis e militares, configuram-se em aspectos da transição política, mas, essencialmente, de continuidade em relação às violações de Direitos Humanos; e quando falamos sobre essas violações, estamos abordando também a permanência das práticas, das instituições e de políticas públicas, econômicas, etc. Sendo assim, a sociedade como um todo foi afetada pela ditadura e não apenas o *sujeito-vítima* (os atingidos diretamente pela repressão). Trata-se, então, de uma geração marcada pelas continuidades da transição e, como dito anteriormente, em vários enfoques.[508]

Não sendo um retorno da ditadura (passado) em nossa vigente democracia (presente) e sim a sua continuidade, precisamos recorrer ao tempo, que nos auxilia na compreensão dessa questão.

Os problemas do passado não foram resolvidos, por exemplo, esse dos torturadores e da anistia que os livrou da justiça[509], mostram que a transição para a democracia beneficiou os interessados e culpados pelo projeto aplicado na ditadura. Assim, esses problemas – que nunca se resolvem – acumulam e se presentificam. Esse "presentismo"[510] não ocorre somente pela relação do passado com o presente – ou vice-versa –, mas também da relação do presente com as expectativas de futuro, porque se as expectativas mudam, tal como, se o futuro parecer ruim ou pior, logo, elas tornam-se "decrescentes".[511]

Queremos destacar, então, que o presente é melhor por comparação, e o passado melhor do que o presente; em vez de idealizar o futuro, idealiza-se o passado[512], um passado mal resolvido e, por isso, visto como melhor. Enfim, como sustenta Hartog (2013), com o "presentismo" se acaba ficando "fechado para uma sobrevivência diária e

[507] JELIN *apud* BAUER, 2014, p. 151.
[508] BAUER, *Op. Cit.*, p. 153-157.
[509] ARAUJO, *Op. Cit.*, p. 22-23.
[510] HARTOG, *Op. Cit.*, p. 13-16.
[511] ARAUJO, *Op. Cit.*, p. 21.
[512] *Ibid.*, p. 15.

um presente estagnante"[513]. Por esse ângulo, o futuro é percebido, não mais como promessa, mas como ameaça.

A ditadura não foi superada, não só em termos institucionais (as evidências de continuidade da ditadura, por exemplo, nas polícias militares, nas políticas econômicas prevalecentes, na Constituição Federal, etc.)[514], mas também como fato "vivo" no dia-a-dia, ou seja, as pessoas comuns ainda se baseiam, por exemplo, nos "grandes feitos" dos governos militares para justificarem a sua simpatia à ditadura.

Talvez o feito mais vangloriado seja o fenômeno "milagre econômico", onde o Brasil cresceu muito economicamente, além de ter sido palco de grandes obras de infraestrutura, dando-lhe um ar de modernização. Tudo isso, foi muito bem aproveitado pelo regime – com propagandas em seu benefício e a censura e repressão às críticas –, o que trouxe a legitimação necessária aos militares.

Por último, o presente trabalho buscou contribuir com a historiografia brasileira acerca da ditadura militar (1964-1985). Mais do que isso, o intuito também foi apresentar a luta e a resistência de um grupo de jornalistas e intelectuais ao longo do tempo histórico. Logo, observamos que ainda é necessário lutar, resistir e combater a ditadura e os seus apoiadores no tempo presente, visto que ela ainda se faz tão presente e, por vezes, ameaça a nossa democracia.

Ditadura nunca mais!

[513] HARTOG, 2013, p. 15.
[514] ARAUJO, *Op. Cit.*, p. 19.

BIBLIOGRAFIA

ADAMATTI, Margarida Maria. *A crítica cinematográfica no jornal alternativo Opinião:* frentismo, estética e política nos anos setenta. São Paulo: Tese de doutorado – Escola de Comunicações e Artes/Universidade de São Paulo, 2015.

AGUIAR, Flávio. Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). *História da imprensa no Brasil.* 2. Ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018.

ARAUJO, Cicero. Política, história e a questão da atualidade do golpe de 1964. In: NAPOLITANO, Carlo José; LUVIZOTTO, Caroline Kraus; LOSNAK, Célio José; GOULART, Jefferson Oliveira (orgs.). *O Golpe de 1964 e a Ditadura Militar em Perspectiva.* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

ARAUJO, Victor Leonardo de. A macroeconomia do governo Médici (1969-1974): uma contribuição ao debate sobre as causas do "milagre" econômico. *Economia Ensaios*, Uberlândia, 33(1): 41-70, Jul./Dez. 2018.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978):* o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

BARROS, Edgard Luiz de. *Os governos militares.* São Paulo: Contexto, 1997.

BARROS, Patrícia Marcondes de. A imprensa alternativa brasileira nos "Anos de chumbo". *Revista Akrópolis*, Umuarama, v.11, n.2, abr./jun., 2003.

BAUER, Caroline Silveira. Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar. *Dimensões*, vol. 32, 2014, p. 148-169. ISSN: 2179-8869.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília e outros. *Cultura política, memória e historiografia.* Rio de Janeiro: FGV, 2009.

BOBBIO, Norberto. Intelectuais. In: _____. *Os intelectuais e o poder:* dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

BRITO, Roberta Kelly de Souza. *Imprensa Alternativa no Brasil:* o caso do jornal Opinião. In: Anais do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, Recife, 2012.

CANDIDO, Jeferson João. *Para além da frente ampla:* Fernando Gasparian e a educação das elites. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Literatura, Florianópolis, 2018.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil.* São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

_____. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. IN: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho (orgs.). *História das Américas:* fontes e abordagens historiográficas. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015.

CARTOCE, Raquel Elisa. *O Milagre anunciado:* publicidade e a Ditadura Militar Brasileira (1968-1973). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa:* jornalismo de oposição e inovação. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CODATO, Adriano. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. In: *História* – Questões e Debates, Curitiba, no. 40, p.11-36, 2004.

CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre:* comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CRESPO, Regina Aída. Revistas Culturais e Literárias Latinoamericanas. Objetos de Pesquisa, fontes de conhecimento histórico e cultural. In: FRANCO, Stella Maris Scatena; JUNQUEIRA, May Anne (orgs.). *Cadernos de Seminário de Pesquisa.* São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo / Humanitas, 2011.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. *Projeto História,* São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

CUPOLILLO, Luã de Campos. *Crise na dívida durante a ditadura militar na imprensa alternativa:* uma análise do Jornal O Trabalho entre 1978 e 1985. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo:* a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Movimentos sociais e políticas reformistas no governo João Goulart. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964:* o golpe contra a democracia e as reformas. Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2014.

DEL VECCHIO, Angelo. *A era Delfim:* Planejamento estratégico e regime militar (1967-1973). Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

DREIFUSS, René Armand. *1964:* a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DROSDOFF, Daniel. *Linha dura no Brasil:* o governo Médici (1969-1974). São Paulo: Global, 1986.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009, pp. 831-856. Acesso em: 31/08/2019.

FESTA, Regina. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Orgs.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil.* São Paulo: Paulinas, 1986.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo:* ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60 – 2004.

_____. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.43-59, jan/jun 2012.

_____. *Além do Golpe:* versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2014.

_____. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

FRANCELINO, Josiane de Araujo. *Os determinantes do endividamento externo brasileiro, 1964-79:* uma tentativa de categorização das principais interpretações e análise empírica. Dissertação de mestrado em Economia (Área de Concentração em História Econômica), Programa de Pós-Graduação em Economia, Unesp, Araraquara-SP, 2004.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIANNAZI, Carlos. *A doutrina de Segurança Nacional e o "milagre econômico" (1969/1973).* São Paulo: Cortez, 2013.

GOULART, Jefferson O. Crônica de uma centralização anunciada: concentração de poder e dinâmica federativa sob a ditadura. In: NAPOLITANO, Carlo José; LUVIZOTTO, Caroline Kraus; LOSNAK, Célio José; GOULART, Jefferson Oliveira (orgs.). *O Golpe de 1964 e a Ditadura Militar em Perspectiva.* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*, v. 11, p. 31-47, jan/jun. 2005.

HARTOG, François. Prefácio; Introdução. In:_____. *Regimes de Historicidade:* presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 9-41.

HOGLFELD, Antonio; CASAGRANDE, Elisa; MANZANO, Júlia. A América Latina nos jornais brasileiros alternativos Opinião e Movimento (1972-1976). *Comun. & Inf.*, v. 15, n. 1, p. 06-20, jan./jun., 2012.

IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital.* São Paulo: Expressão Popular, 2019.

KOSELLECK, Reinhart. História dos Conceitos e História Social; "Espaço de experiência" e "horizonte de expectativa": duas categorias históricas. In:_____. *Futuro passado:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários nos Tempos da Imprensa Alternativa.* São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. *O jornal impresso como fonte de pesquisa:* delineamentos metodológicos. 10º Encontro Nacional de História da Mídia. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

LEFORT, Claude. *A invenção democrática:* os limites da dominação totalitária. 3 ed. Autêntica Editora, 2011.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. *História e imprensa:* a importância e a contribuição dos jornais no conhecimento histórico. Anais do XIV Encontro Regional de História: Universidade Estadual do Paraná/Campo Mourão-PR, 2014.

LENE, Hérica. O jornalismo de economia e a ditadura militar no Brasil: impulso e desenvolvimento. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 17 n. 2, p. 24 – 32, maio/agosto, 2010.

LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas.* São Paulo: Contexto, 2005.

_____. Fontes impressas, historiografia e escrita da história. IN: LOHN, Reinaldo Lindolfo (Org.). *História nas bancas de revistas:* um país impresso. Entre representações sociais e culturas políticas. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016.

_____. Impressos periódicos: percursos de pesquisa. IN: ISAIA, Artur Cesar; GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes (org.). *Memória e identidade:* entre oralidade escrita. Canoas, RS: Ed. Unilasalle, 2018.

_____. *Práticas de pesquisa em história.* São Paulo: Contexto, 2020.

MACARINI, José Pedro. *A política econômica da ditadura militar no limiar do "milagre" brasileiro:* 1967/69. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 99, set. 2000.

_____. A política econômica do governo Médici (1970-1973). *Nova Economia*_Belo Horizonte_15 (3)_53-92_setembro-dezembro de 2005.

_____. Um Aspecto da Política Econômica do "Milagre Brasileiro": a Política de Mercado de Capitais e a Bolha Especulativa 1969-1971. *Est. Econ.*, São Paulo, v. 38, n. 1, P. 151-172, Janeiro-Março 2008.

MACHADO, José Antônio Pinheiro. *Opinião x Censura:* momentos da luta de um jornal pela liberdade. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda, 1978.

MARINELI, Felipe. *O pensamento de Antônio Delfim Netto e o milagre econômico brasileiro (1968-73).* Dissertação de mestrado em História Econômica – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

MARQUARDT, Eduard. *Cultura em Opinião:* as páginas de Tendências Culturais (1972-1977). Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Literatura, UFSC, Florianópolis-SC, 2003.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. Introdução: pelos caminhos da imprensa no Brasil. In: _____ (org.). *História da imprensa no Brasil.* 2. Ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018.

MARTINS, L. C. dos P. História dos conceitos e conceitos na história: a imprensa como fonte/objeto da história conceitual do político. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza (orgs.). *Capítulos de História Política:* fontes, objetos e abordagens. São Leopoldo: Oikos, 2018.

MATTOS, Marcelo Badaró. As lutas da classe trabalhadora e o golpe de 1964. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964:* o golpe contra a democracia e as reformas. Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2014.

MENDES, Sérgio Luiz da Silva. A imprensa alternativa durante a ditadura militar no Brasil (1964-1984): um olhar historiográfico. *CONTRAPONTO* – Revista Eletrônica de História, Teresina, n. 1, v. 1, jun. 2011.

MONTELEONE, Joana *et. al. À espera da verdade. Empresários, juristas e elite transnacional:* histórias de civis que fizeram a ditadura militar. São Paulo, Alameda, 2016.

MONTERO, Paula; MOURA, Flávio (orgs.). *Retrato de grupo – 40 anos do Cebrap*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

MORAES, Rafael. O governo Castello Branco e a federação das indústrias do estado de São Paulo: as bases do "milagre" (1964-1967). *Am. Lat. Hist.* Econ., maio-agosto, 2016, pp. 64-90 – DOI: 10.18232/alhe.v23i2.709.

MOTTA, Rodrigo P.S. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. Rio de Janeiro: *Topoi*, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 62-85.

_____. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar. 2018.

_____. *Passados presentes:* o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica. *Contemporânea*. Rio de Janeiro. v. 2. 2011.

_____. *1964:* História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Vanessa Rodrigues de. *Desigualdade social e redemocratização no Brasil:* o debate sobre a distribuição de renda e a crise do regime militar (1964-1980). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2018.

PAULINO, Ana Elisa Lara. O impacto do "milagre econômico" sobre a classe trabalhadora segundo a imprensa alternativa. *R. Katál.*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 562-571, set./dez. 2020 ISSN 1982-0259.

PEREIRA, Raimundo Rodrigues. Vive a imprensa alternativa. Viva a imprensa alternativa! In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Orgs.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil.* São Paulo: Paulinas, 1986.

QUEIROZ, Fábio José de. *1964:* o dezoito de brumário da burguesia brasileira. São Paulo: Sundermann, 2015.

RÉMOND, René. Uma História Presente; Do político. In: ____. *Por uma história política.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. In: _____. *Por uma história do político.* São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010, p. 67 – 101.

SALIBA, Elias Tomé. Pequena História do Documento: aventuras modernas e desventuras pós-modernas. IN: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tânia Regina de. (org). *O historiador e suas fontes.* São Paulo: Contexto, 2017.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira T. *História & Documento e Metodologia de Pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. *Censura à imprensa e a busca de legitimidade no regime militar.* IX Encontro Estadual de História da ANPUH – Seção Rio Grande do Sul, 2008.

SANTOS, Antonio Carlos. *Um intelectual entre os spots e as academias:* a crítica de Ronaldo Brito em *Opinião* 1972-1977. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1996.

SILVA, Luiz Fernando da. Crise do regime político no pré-1964, golpe civil-militar e consolidação do regime ditatorial. IN: NAPOLITANO, Carlo José; LUVIZOTTO, Caroline Kraus; LOSNAK, Célio José; GOULART, Jefferson Oliveira (orgs.). *O Golpe de 1964 e a Ditadura Militar em Perspectiva.* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

SOUZA, N. A. de. *A economia da ditadura e da transição.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

TOLEDO, C. N. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia populista. *Revista de Sociologia e Política*, Nº 2, 1994.

_____. 1964: esquerdas, democracia e golpismo. In: _____(org.). *1964:* o golpe contra a democracia e as reformas. Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2014.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André e GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. *Rev. Bras. Econ.*, Jun 2008, vol.62, no.2, p.221-246. ISSN 0034-7140.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. *A administração do Milagre:* o Conselho Monetário Nacional 1964-1974. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

WILLIAMS, Raymond. O círculo de Bloomsbury. In: _____. *Cultura e Materialismo.* São Paulo: Ed. Unesp, 2011. p. 201 – 230.